

UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI
ÉRICA BANUTH

**TURISMO EM ÁREAS DE REPRESA: CARACTERIZAÇÃO E
EVOLUÇÃO NO MUNICÍPIO DE AREALVA (SP)**

SÃO PAULO
2010

ÉERICA BANUTH

**TURISMO EM ÁREAS DE REPRESA: CARACTERIZAÇÃO E
EVOLUÇÃO NO MUNICÍPIO DE AREALVA (SP)**

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Hospitalidade, área de concentração em Planejamento e Gestão Estratégica em Hospitalidade e linha de pesquisa Políticas e Gestão em Hospitalidade e Turismo, da Universidade Anhembi Morumbi, sob a orientação da Profa. Dra. Mirian Rejowski.

São Paulo
2010

ÉERICA BANUTH

TURISMO EM ÁREAS DE REPRESA: CARACTERIZAÇÃO E EVOLUÇÃO NO MUNICÍPIO DE AREALVA (SP)

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Hospitalidade, área de concentração em Planejamento e Gestão Estratégica em Hospitalidade e linha de pesquisa Políticas e Gestão em Hospitalidade e Turismo, da Universidade Anhembi Morumbi, sob a orientação da Profa. Dra. Mirian Rejowski.

Aprovado em

Nome do orientador/titulação/IES

Nome do convidado/ titulação/IES

Nome do convidado/IES

Dedico esta pesquisa aos meus pais que me incentivaram e me deram todo o apoio necessário para a realização desse mestrado.

AGRADECIMENTOS

À minha excepcional orientadora, Profa. Dra. Mirian Rejowski por toda a compreensão, dedicação e paciência nas inúmeras orientações. Agradeço por todo o aprendizado, livros emprestados, leituras, sugestões e críticas a esse trabalho.

Aos meus amigos e professores do mestrado que contribuíram para a conclusão dessa pesquisa, em especial ao Gilberto Back que me ajudou na confecção dos mapas temáticos.

À minha mãe que me apoiou sempre nas horas mais difíceis, nos desabafos, no mau humor e pela ajuda que me deu em todos os momentos que precisei, principalmente com o Abstract.

Ao meu pai que contribuiu com essa pesquisa, disponibilizando o seu tempo e pela ajuda na busca do material nas pesquisas de campo.

À minha irmã que me acompanhou nas aventuras pelas estradas de terra, em lugares desconhecidos na primeira etapa da pesquisa de campo e pela colaboração com as fotos.

Aos meus amigos queridos que me incentivaram no decorrer do desenvolvimento dessa pesquisa, torcendo sempre pelo meu sucesso.

Aos entrevistados que foram muito atenciosos e que sem a ajuda deles parte dessa pesquisa não seria possível.

À Prefeitura Municipal de Arealva e a todos os funcionários que me ajudaram de alguma forma.

RESUMO

Pesquisa sobre o turismo em áreas de represa, que busca explicar a trajetória do turismo no município de Arealva (SP) a partir da construção da Barragem de Ibitinga, analisando a ocupação e uso turístico às margens do rio Tietê, no período de 1960 a 2009. De caráter exploratório, descritivo e explicativo, fundamenta-se em fontes bibliográficas e documentais, entrevistas com dirigentes do município e moradores antigos, consulta à Internet sobre dados do município, e pesquisa de campo para coleta de dados dos componentes turísticos. Utilizou-se o GPS para marcação destes e o SIG para a confecção dos mapas temáticos, a fim de analisar a evolução e características desses componentes. Parte de aspectos conceituais, regulamentações e leis sobre o turismo em recursos hídricos e apresenta alguns aspectos da hidrovía Tietê-Paraná. Em seguida trata dos reflexos do uso turístico e de lazer em áreas de represa e de questões sobre o planejamento turístico e das aplicações do geoprocessamento no mesmo. Apresenta o mapeamento dos componentes turísticos, e a trajetória evolutiva do Turismo a partir da identificação de quatro fases no período de 1960 a 2009. Dentre os resultados destaca como principal atrativo turístico e de lazer a Praia Municipal de Arealva, atualmente em decadência, que marca o início e crescimento dos ranchos, principal componente turístico, em loteamento às margens do rio Tietê. Conclui que o turismo fluvial nessa área parece não ser prioritários para as políticas públicas atuais, constatado pela falta de investimentos e ordenação do uso público e turístico.

Palavras-chave: Turismo em áreas de represa. Turismo fluvial. Componentes turísticos. Desenvolvimento turístico. Arealva (SP).

ABSTRACT

Research about the tourism in dam areas, that it looks for to explain the trajectory of tourism in the municipal district of Arealva (SP) starting from the construction of the Dam of Ibitinga, analyzing the occupation and tourist use to the margins of the river Tietê, in the period of 1960 to 2009. Of exploratory, descriptive and explication character, it is based on bibliographical and documental sources, interviews with leaders of the municipal district and old residents, it consults the Internet on data of the municipal district, and field research to collect data of the tourist components. GPS was used for demarcation of these and GIS for the making of the thematic maps, in order to analyze the evolution and characteristics of those components. Part of conceptual aspects, regulations and laws about the tourism on water resources and it presents some aspects of the Tietê-Paraná. Next comes the use of reflexes and leisure tourism in dam areas and of subjects about the tourist planning and of the applications of the geo processing in the same. Display the mapping of the tourist components, and the evolutionary trajectory of tourism starting from the identification of four phases from 1960 to 2009. Among the results highlights the main tourist attraction and leisure Beach Municipal Arealva currently in decline, marking the beginning and growth of the ranches as a major component of tourism, blending into the river Tietê. Concludes that the river tourism in this area seems not to be priority for the current public politics, verified by the lack of investments and ordination of the public and tourist use.

Key-words: Tourism in dam areas. River tourism. Tourist components. Tourism development. Arealva (SP).

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Jurisdições das Unidades Hidroviárias - Brasil, 2009.....	15
Figura 2. Bacia do Tietê-Paraná.....	17
Figura 3. Mapa do Projeto Calha da Hidrovia Tietê-Paraná.....	22
Figura 4. Mapa da região administrativa de Bauru.....	43
Figura 5. Mapa de localização do município de Arealva	46
Figura 6. Vias de acesso ao município de Arealva.....	47
Figura 7. Mapa com a visão geral dos pontos coletados – divisão por bairros	55
Figura 8. Mapa região da Praia Municipal de Arealva.....	56
Figura 9. Travessia do rio Tietê por balsa na década de 1950 – Arealva, 1951	58
Figura 10. Travessia atual do rio Tietê por balsa – Arealva, 2009	59
Figura 11. Praia Municipal de Arealva - 2004.....	60
Figura 12. Área de embarque e desembarque de equipamentos náuticos na Praia Municipal de Arealva - 2009.....	61
Figura 13. Portal de entrada para a Praia Municipal de Arealva - 2009	62
Figura 14. Estacionamento da Praia Municipal de Arealva - 2009.....	63
Figura 15. Ilha da Praia – Praia Municipal de Arealva, 2009.....	64
Figura 16. Píer da Praia Municipal de Arealva - 2009	65
Figura 17. Área de pesca na Praia Municipal de Arealva - 2009.....	65
Figura 18. Instalações sanitárias na Praia Municipal de Arealva - 2009	65
Figura 19. Placas de sinalização na Praia Municipal de Arealva - 2009	66
Figura 20. Camping da Praia Municipal de Arealva - 2009	68
Figura 21. Bar da Balsa – Arealva, 2009.....	69
Figura 22. Barraca Pôr do Sol – Arealva, 2009.....	70
Figura 23. Barraca Lanchonete da Praia – Arealva, 2009.....	71
Figura 24. Mapeamento dos loteamentos por quantidade de lotes – Arealva, 2009.....	73
Figura 25. Mapeamento dos loteamentos por ano de criação – Arealva, 2009	74
Figura 26. Rancho Ilha da Fantasia – Arealva, 2008	75
Figura 27. Mapeamento do loteamento Jardim da Praia e do Condomínio Riviera do Tietê – Arealva, 2009	77
Figura 28. Condomínio Riviera do Tietê.....	78

Figura 29. Mapeamento do loteamento Recanto Eldorado – Arealva, 2009	79
Figura 30. Vista parcial do loteamento Recanto Eldorado – Arealva, 2009	80
Figura 31. Mapeamento do loteamento Vale do Sol – Arealva, 2009	81
Figura 32. Vista parcial do loteamento Vale do Sol – Arealva, 2009.....	82
Figura 33. Loteamento Marilândia – Arealva, 2009.....	83
Figura 34. Loteamento Jardim Primavera – Arealva, 2009	84
Figura 35. Mapeamento do loteamento do Mimi e condomínio Jardim Primavera – Arealva, 2009	85
Figura 36. Loja Artesanato do Campo – Arealva, 2009.....	86
Figura 37. Piscicultura Acqua Santa Clara – Arealva, 2009.....	87
Figura 38: Vista geral do Centro de Estudos Integrados da Biomecânica (CEIB) – Arealva, 2009	88
Figura 39. Visão parcial do rio Tietê em Arealva antes da construção da represa de Ibitinga – década de 1960	90
Figura 40. Vista aérea da Praia Municipal de Arealva antes da reforma da praia.....	92
Figura 41. Vista aérea da Praia Municipal de Arealva depois da reforma – 2000.....	95
Figura 42. Aeroporto Estadual de Bauru/Arealva (Moussa Tobias) – Bauru, 2006...	96

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Vegetação natural remanescente – Arealva e Bauru, 2007	45
Tabela 2. Distribuição da população urbana e rural no período de 1950 a 2007	50
Tabela 3. Microbacias hidrográficas do município de Arealva.....	52
Tabela 4. Taxas de estacionamento cobradas para estacionamento de veículos na Praia Municipal de Arealva – 2009.....	62
Tabela 5. Loteamentos situados as margens do rio Tietê – Arealva, 2009.....	72

LISTA DE SIGLAS

ACOBAR – Associação Brasileira dos Construtores de Barcos e seus Implementos
ANA – Agência Nacional de Águas
ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica
APP – Área de Preservação Permanente
CEPAM – Fundação Prefeito Faria Lima
CESP – Companhia Energética de São Paulo
CODER – Conselho de Desenvolvimento Econômico Regional
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
DAQ – Diretoria de Infra-Estrutura Aquaviária
DNAE – Departamento Nacional de Águas e Energia
DNAEE – Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica
DNIT – Departamento Nacional Infra-Estrutura de Transporte
DNPM – Departamento Nacional de Pesquisa Mineral
EADI – Estação Aduaneira do Interior
ETA – Estação de Tratamento de Água
GEHPAQ - Gerência de Hidrovias e Portos Interiores
GPS – Sistema de Posicionamento Global
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPRS – Índice Paulista de Responsabilidade Social
IPTU – Imposto Predial e Territorial
MTUR – Ministério do Turismo
PIB – Produto Interno Bruto
PNCG – Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro
PNMA – Política Nacional do Meio Ambiente
PNMR – Política Nacional para os Recursos do Mar
PNRH – Plano Nacional de Recursos Hídricos
RA – Região Administrativa
SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo
SEMA – Secretaria Especial de Meio Ambiente
SIG – Sistema de Informação Geográfica

SIGEST-HTP – Sistema Integrado de Gestão do Eixo Desenvolvimento da Hidrovia
Tietê-Paraná

SINGERH – Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos

SISTUR – Sistema de Turismo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – RECURSOS HÍDRICOS E TURISMO	5
1.1 Aspectos conceituais	5
1.2 Gestão de recursos hídricos no Brasil	10
1.2.1 Base legal.....	10
1.2.2 Outros regulamentos	12
1.3 Hidrovia Tietê-Paraná e Turismo	14
1.3.1 Hidrovia Tietê-Paraná.....	14
1.3.2 Programas de desenvolvimento regional	20
CAPÍTULO 2 – TURISMO E PLANEJAMENTO EM ÁREAS DE REPRESAS	26
2.1 Planejamento e sustentabilidade	26
2.1.1 Questões ambientais.....	26
2.1.2 Reflexos do uso turístico e de lazer	29
2.2 Aspectos particulares do planejamento turístico	33
2.2.1 Componentes da oferta	33
2.2.2 Aplicações do geoprocessamento.....	37
CAPÍTULO 3 – TURISMO NA ÁREA DA REPRESA DE IBITINGA EM AREALVA (SP)	42
3.1 Região Administrativa de Bauru	42
3.2 Município de Arealva	46
3.2.1 Aspectos gerais	46
3.2.2 Aspectos históricos	48
3.2.3 Aspectos físicos	50
3.3 Mapeamento dos componentes turísticos	54
3.3.1 Identificação dos componentes	54
3.3.2 Infra-estrutura de apoio	57
3.3.3 Recursos turísticos e de lazer	60
3.3.4 Serviços e instalações turísticas – meios de hospedagem	67
3.3.5 Serviços e instalações turísticas – meios de alimentação.....	68

3.3.6 Serviços e instalações turísticas – residências secundárias	71
3.3.7 Outros serviços e instalações turísticas	84
3.4 Evolução do turismo no município de Arealva (1960-2009)	87
3.4.1 Fase 1 – Turismo e lazer antes do represamento do rio Tietê (década de 1960)87	
3.4.2 Fase 2 – Turismo e lazer após o represamento do rio (décadas de 1970 e 1980)	89
3.4.3 Fase 3 - Turismo e lazer em expansão e a decadência da praia (década de 1990)	91
3.4.4 Fase 4 - Turismo e lazer da reforma da praia até 2009 (década de 2000).....	93
3.5 Visão do turismo e perspectivas futuras	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	106
ANEXOS	114
APÊNDICES	126

INTRODUÇÃO

No processo de interação com a paisagem natural, o homem promove grandes modificações. Esse espaço se materializa de diferentes formas como resultado da combinação de elementos naturais, sociais e econômicos.

A água é um dos mais importantes elementos da natureza. Ela se reveste de um caráter de imprescindibilidade, pois sem a sua presença não há vida.

Segundo Chaudrhy (2000) toda e qualquer água é importante para a humanidade, porém há uma delas cuja importância é ainda maior: aquela que é utilizada para o consumo humano, que pode ser denominada, de recursos hídricos.

[...] os recursos hídricos são considerados um bem comum que deve ser gerenciado de forma integrada, garantindo, assim, um aproveitamento otimizado com um mínimo de conflitos. A necessidade de um gerenciamento integrado é ainda mais premente quando se constata que os recursos não são ilimitados e que podem sofrer sérios danos em resultado de sua exploração desordenada (CHAUDRHY, 2000).

A escolha do tema que originou o presente trabalho, justifica-se devido à falta de estudos na área de turismo fluvial no Brasil e a potencialidade que o país apresenta nesse segmento, ao lado da falta de planejamento e ordenação de ocupação do espaço turístico às margens de rios, lagos e represas. Residindo no interior do Estado de São Paulo há mais de vinte anos, inclusive em um município às margens do rio Tietê, onde existe uma praia fluvial que é muito freqüentada por pessoas da região nos finais de semana e nos meses de verão, vivenciou-se a realidade do turismo fluvial. Com isso percebeu-se a existência de um conjunto de atividades de lazer e recreação praticadas às margens de represas, bem como modalidades de ocupação do espaço turístico nas mesmas, passíveis de serem estudadas no âmbito do mestrado.

Considerando que o uso e ocupação das margens dos reservatórios influenciam direta e indiretamente os recursos hídricos, é importante a sua caracterização, principalmente nas áreas de contato direto com os corpos d'água.

Mediante tais preocupações, definiu-se o problema desta dissertação na forma da seguinte questão central: Como ocorreu o desenvolvimento turístico em área de represa, a partir do represamento do rio que a formou? Outros questionamentos decorrentes foram os seguintes: Quais são os componentes da oferta turística na área e como se caracterizam? Que fases podem descrever e

explicar o ciclo evolutivo do turismo nessa área? Até que ponto a oferta turística nesses locais apresenta especificidades ou características próprias a serem consideradas no seu planejamento e gestão?

A decisão pela Hidrovia Tietê-Paraná deu-se inicialmente devido à proximidade do local e da convivência da autora com esse espaço. Percebeu-se logo que uma área interessante a ser pesquisada, considerada de maior desenvolvimento turístico, é entre as usinas de Barra Bonita e Ibitinga, compreendendo nove municípios que são: Barra Bonita, Jaú, Pederneiras, Itapuí, Boracéia, Bariri, Itaju, Arealva e Ibitinga. No entanto, como essa área é extensa, optou-se por focar o município de Arealva, ainda não tão desenvolvido turisticamente como Barra Bonita, no qual o turismo ainda ocorre de forma relativamente espontânea e pouco ordenada. O município é também um dos dezessete pólos turísticos segundo o Plano de Fomento Tietê-Paraná elaborado pela Cesp (SEADE, 1999), cujo estudo poderá se constituir em um modelo a ser aplicado em estudos do turismo fluvial no Brasil.

O objetivo primário do estudo é explicar a trajetória do turismo no município de Arealva a partir da construção da Barragem de Ibitinga, analisando a ocupação e uso turístico às margens da represa. Como objetivos secundários, destacam-se: a) identificar e caracterizar os componentes turísticos nessa área; b) descrever e analisar as fases de desenvolvimento turístico a partir da oferta desses componentes; e c) discutir as particularidades da oferta turística e da evolução do turismo na área.

Esta pesquisa caracteriza-se como exploratória nas fases de “revisão da literatura, formulação de problemas, levantamento de hipóteses, identificação e operacionalização das variáveis”, uma vez que tem um planejamento flexível como abordado por Dencker (2007, p. 151). Mas apresenta-se como descritiva nas fases de coleta e tratamento dos dados, pois procura tanto descrever fenômenos quanto estabelecer relações entre variáveis, como explicitado também por essa autora (DENCKER, 2007, p. 151). E pode ainda ser considerada como pesquisa explicativa, nas fases de elaboração do sistema de classificação e dos mapas geoturísticos, como proposto por Rejowski (1997), pois procura-se explicar a ocorrência e as especificidades do turismo na região estudada.

Para obtenção e coleta dos dados foram realizados levantamentos em fontes bibliográficas e documentais, com destaque para as atas da Câmara

Municipal de Arealva dos anos de 1972-1975, complementados por dados empíricos coletados por meio de entrevistas com dirigentes do município e residentes (sitiantes mais antigos), além de Internet, contato com estudiosos e observação sistemática.

Coletaram-se cartas topográficas, imagens de satélite, fotografias aéreas e fotografias antigas do município de Arealva, cujas informações foram complementadas pelos dados provenientes dos trabalhos de campo, com base na observação da oferta turística “in loco”. Cada componente turístico identificado foi marcado com o auxílio de um GPS - Global Position System (Sistema de Posicionamento Global). Para a marcação de cada ponto, adotou-se a medida de imprecisão inferior a 20 m, a mesma utilizada no Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Mar, trabalho considerado idôneo e elaborado por empresas respeitadas no mercado¹.

Essas informações, juntamente com a análise espacial das representações em ambiente SIG – Sistema de Informação Geográfica e imagens do Google Earth, serviram como base para a construção e a elaboração do mapeamento temático dos componentes identificados.

A pesquisa de campo propriamente dita, realizada no município de Arealva, constituiu-se em duas fases: a primeira no período de 10 a 24 de julho de 2009 para o levantamento e coleta de documentos, fotos antigas e atuais e identificação dos componentes turísticos às margens do rio Tietê, coletou-se informações sobre os mesmos, além do registro fotográfico de cada componente e a marcação das coordenadas geográficas no GPS, utilizou-se uma ficha técnica para coleta de dados dos componentes (apêndice A). Na segunda fase da pesquisa de campo, realizada no período de 2 a 9 de novembro de 2009, coletaram-se dados de outros componentes turísticos, além de informações necessárias ao aprofundamento da pesquisa. Foram também realizadas entrevistas abertas com moradores antigos e dirigentes locais, a fim de traçar a trajetória evolutiva do turismo nessa área de represa. Optou-se por incluir trechos da íntegra dos depoimentos dos entrevistados em *italic*, a fim de diferenciá-los das citações literais de trechos de documentos. Assinala-se que todos os colaboradores assinaram termos de cessão de autorização para uso dos seus depoimentos orais.

¹ Esse plano foi elaborado pela Consultoria Independente do Projeto de Preservação da Mata Atlântica (PPMA) e pelo Instituto Ekos Brasil em 2006.

A pesquisa constitui-se de três capítulos, sendo que o primeiro aborda os aspectos conceituais, regulamentações e leis sobre o turismo em recursos hídricos e apresenta alguns aspectos da hidrovia Tietê-Paraná. No segundo, apresenta-se uma análise dos reflexos do uso turístico e de lazer em áreas de represa, ao lado de uma abordagem sobre questões do planejamento turístico, da classificação de componentes turísticos e da aplicação de instrumentos de geoprocessamento em turismo. O terceiro contempla o turismo em áreas de represa com foco no município de Aeralva, descrevendo a região de estudo, os componentes identificados com o auxílio de mapas temáticos, e a análise das fases evolutivas do turismo no município.

1 RECURSOS HÍDRICOS E TURISMO

Nesse capítulo apresentam-se considerações conceituais básicas sobre o turismo relacionado aos recursos hídricos, sua tipologia e classificação, apontando as principais regulamentações incidentes nessas áreas. A partir de uma síntese evolutiva da hidrovia Tietê-Paraná, enfoca-se o rio Tietê e os programas de desenvolvimento para essa região, principalmente os referentes ao desenvolvimento turístico.

1.1 Aspectos conceituais

Os ambientes aquáticos são utilizados em todo o mundo com distintas finalidades, entre as quais se destacam o abastecimento de água, a geração de energia, a irrigação, a navegação, a recreação, a aquicultura e a harmonia paisagística (REZENDE; BOTTER, 2004).

No âmbito do turismo, constitui-se como um segmento ainda pouco explorado que vem sendo denominado, em sua ocupação mais geral, de turismo náutico, mas cujos sub-segmentos podem ser caracterizados segundo o local, como: turismo fluvial, turismo em represas, turismo lacustre e turismo marítimo. No turismo náutico, vários produtos são desenvolvidos, como cruzeiros de longo curso e de cabotagem, esporte, mergulho e caça submarina, passeios de embarcações, pesca fluvial, oceânica e de plataforma continental (LIMA, 2009).

O potencial do mercado náutico proporciona novos produtos, com desafios de prospectar cada vez mais o desenvolvimento deste setor. A cadeia produtiva da indústria náutica compreende a indústria e o comércio de embarcações recreativas e esportivas nos seus mais variados tipos e modelos, todas as atividades econômicas ligadas ao seu uso e manutenção, além da infra-estrutura de apoio às atividades náuticas e turísticas. O setor do turismo náutico movimenta uma cadeia de importantes segmentos a ele imediatamente vinculados: hoteleiro, de restauração, de eventos, de artesanato, de aluguel de embarcações, de contratação de marinheiros e motoristas, comércio, transporte e serviços.

Considerando-se a atividade em países desenvolvidos, o turismo fluvial é muito praticado nos rios e canais da França e Holanda ou de outros países que possuem rios e canais navegáveis.

Esta atividade consiste em passar férias de final de semana, uma ou duas semanas navegando com pequenas embarcações com capacidade que oscila entre 4 e 12 pessoas. As embarcações podem ser alugadas de empresas que têm uma frota do tipo de embarcações de recreação, e o cliente executa todas as tarefas necessárias à atividade. A navegação costuma ser acompanhada de atividades de excursionismo, visitas culturais ao longo do percurso, passeios de bicicleta, banhos em lugares próprios dos rios, efetuar as compras necessárias de alimentos para a manutenção, assim como outros artigos necessários para o turista que realiza esse tipo de atividade (MONTEJANO, 2001, p. 261).

No entanto, tal conceituação pode ser aplicada para o turismo fluvial europeu, mas não expressa à realidade brasileira. No Brasil há rios que comportam embarcações maiores e até cruzeiros de luxo similares aos cruzeiros marítimos, como, por exemplo, no Rio Amazonas.

Alguns rios e canais navegáveis ao redor do mundo sempre foram considerados como locais turísticos tradicionais. Viagens turísticas pelo Nilo (Egito), Tamisa (Inglaterra), Reno (Alemanha), Loire (França), Sena (França), Danúbio (Alemanha e Áustria), Mississipi (EUA) e no Amazonas (América do Sul) têm atraído a atenção de turistas e excursionistas ao longo das últimas décadas.

[...] os cruzeiros fluviais geralmente são efetuados em embarcações que podem variar desde seis até cem passageiros, fora, é claro, os casos do Amazonas e do Nilo, que são capazes de receber até mesmo as maiores embarcações. Os navios que navegam nos rios europeus, no entanto, geralmente são embarcações com uma capacidade média de 20 passageiros, o que propicia um serviço mais personalizado em um ambiente em que todos os hóspedes podem se conhecer (PALHARES, 2002, p.263).

No que se refere à realização do turismo náutico-fluvial no Brasil, existem alguns empecilhos que contribuem para a inadequação da navegação de muito dos seus rios: a topografia do país e a opção pela geração de energia elétrica por meio de hidroelétricas². Ainda assim, o Brasil apresenta um grande potencial para o desenvolvimento do turismo fluvial, pois possui aproximadamente 40.000 km de rede hidroviária potencialmente navegável (ROCHA, 2009).

A bacia do Amazonas está localizada numa planície, apresentando mais de 23.000 km naturalmente navegáveis. O rio Amazonas, o principal desta bacia, é

² No contexto do turismo marítimo brasileiro, pode-se citar a proibição, até 1995, da navegação de cabotagem no país para navios de bandeira estrangeira. Tal restrição inibia a inclusão do Brasil nas rotas de viagem dos cruzeiros estrangeiros. Somente a partir de agosto de 1995 com a publicação da Emenda Constitucional nº7 de 1995 (BRASIL, 1995), foi liberada a navegação de cabotagem no litoral brasileiro para embarcações de turismo.

provavelmente o que oferece as maiores oportunidades para viagens turísticas fluviais, principalmente em função da presença da floresta Amazônica e outras atrações turísticas; por exemplo, o fenômeno do deságüe do Negro no Solimões, com as águas dos dois rios não se misturando de imediato, tornou-se um espetáculo natural que atrai muitos visitantes.

O maior rio inteiramente brasileiro, o São Francisco, entretanto, é um rio de planalto, fazendo com que a navegabilidade de toda a sua extensão seja prejudicada. Já o rio Tietê junto com o rio Paraná, formam a hidrovia Tietê-Paraná, que apesar da existência de hidrelétricas e quedas d'água, é navegável graças à presença das eclusas. Essa hidrovia tem servido não só para o transporte, mas também para incentivar o turismo nas regiões ribeirinhas.

No Brasil o turismo náutico do ponto de vista econômico ainda é pouco explorado, situação que, segundo pesquisas da Associação Brasileira dos Construtores de Barcos e seus Implementos (ACOBAR), pode ser explicada pela falta de infra-estrutura organizada capaz de dar suporte ao desenvolvimento desse tipo de lazer (CESÁRIO, 2006).

No Brasil, de acordo com o Ministério do Meio Ambiente, o turismo associado aos recursos hídricos pode ser agrupado em três segmentos principais: turismo e lazer no litoral; turismo ecológico e pesca; e turismo e lazer nos lagos e reservatórios interiores. Como essa dissertação está baseada no estudo do uso turístico em regiões de represas, aborda-se apenas esse último segmento, o qual segundo a Agência Nacional das Águas (ANA, 2005, p. 1) carece da definição de política e estratégia do uso racional dos lagos e dos reservatórios como instrumento de oferta de lazer de baixo custo à sociedade.

Em geral, a prática do lazer e turismo se apresenta nas represas pelas atividades de quatro categorias de usuários: moradores locais, turistas³ e excursionistas⁴. Os fluxos turísticos⁵ decorrentes dessas atividades se direcionam

³ Visitantes temporários que permanecem pelo menos vinte e quatro horas no local, cuja finalidade de viagem pode ser classificada sob um dos seguintes tópicos: lazer, negócios, família, missões e conferências (BENI, 2001).

⁴ Visitantes temporários que permanecem menos de vinte e quatro horas no local (incluindo viajantes de cruzeiros) (BENI, 2001).

⁵ Os fluxos ou correntes turísticas são o conjunto de turistas que se deslocam para centros, focos ou núcleos receptores de turismo com o objetivo de desenvolver uma série de atividades relacionadas com o tempo livre ou de lazer dedicado ao turismo e às viagens (MONTEJANO, 2001).

muitas vezes para a prática do turismo náutico, o qual é entendido pelo Ministério do Turismo como a

[...] atividade turística cuja motivação de lazer está associada ao litoral, rios, lagos, lagoas e atividades afins, incluindo a prática dos esportes náuticos e pressupõe um equipamento náutico: a embarcação que se constitui também em atrativo motivador do deslocamento, ao mesmo tempo em que é utilizada como meio de transporte turístico. Nessa concepção, entende-se como náutica toda atividade de navegação desenvolvida em embarcações sob ou sobre águas, paradas ou correntes, sejam fluviais, lacustres, marítimas ou oceânicas (BRASIL, 2006, p.9).

Como a presente pesquisa não se restringe ao turismo náutico, ou seja, à atividade de navegação e à prática de esportes náuticos, trata-se do turismo em ambientes aquaviários (ou hidroviários), fluviais e terrestres, constituídos pelo represamento de rios e pela implantação de barragens hidrelétricas, envolvendo portanto áreas de represas, onde além dos aspectos náuticos há outros componentes turístico-recreativos a serem considerados. Por isso adota-se o termo *turismo em áreas de represa* no contexto desta dissertação, como um subtipo do turismo fluvial.

No Brasil, os grandes reservatórios foram construídos principalmente para a geração de energia elétrica e surgiram a partir da construção das Usinas Hidrelétricas. Com o passar do tempo, esses espaços começaram a ser utilizados para outros fins como piscicultura e turismo.

Os terminais hidroviários de turismo, assim como as marinas de águas interiores, podem abranger, além das instalações na água e para apoio em terra, toda uma infra-estrutura envolvendo instalações tais como: hotéis, restaurantes, clubes, lojas, condomínios residenciais, equipamentos de lazer, instalações sócio-esportivas, parques e toda a interface das atividades náuticas de lazer e recreação com a comunidade local (ANA, 2005). Tais organizações e empreendimentos no entorno de reservatórios são responsáveis por transformações nas margens, que se por um lado trazem benefícios econômicos, por outro podem tornar mais intenso o seu uso e comprometer a qualidade das águas e das margens de represas (QUEIROZ, 2000).

O Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) elaborado pela Secretaria de Recursos Hídricos e o Ministério do Meio Ambiente visa à utilização racional e integrada dos recursos, incluindo o transporte aquaviário, com vista ao

desenvolvimento sustentável não apenas econômico, mas também social, ambiental, político e cultural.

Com relação aos aspectos econômicos, a visão das hidrovias é estratégica, voltada tanto para a imediata superação de limitações, estrangulamentos, redução de custos de transporte e provisões de ligações ainda inexistentes ou incompletas (chamadas *missing links*), como para o planejamento estratégico, que determina prioridade de investimentos para melhoria de desempenho das hidrovias em médio e longo prazo.

No aspecto social, o planejamento estratégico para o setor hidroviário tem considerado prazos de execução das obras e as prioridades são definidas considerando a resposta com que os empreendimentos possam atender aos anseios da comunidade e dos usuários, e sua inserção no contexto geral da economia do País.

No aspecto ambiental o transporte aquaviário depende substancialmente do uso dos recursos hídricos, que vêm causando danos na água, devido ao lançamento de esgotos e a geração de resíduos das embarcações que expõem gases, óleos, graxas e lixo. As marinas e terminais de passageiros podem causar vários problemas na coluna de água, tais como a diminuição de oxigênio dissolvido (OD) e o aumento de hidrocarbonetos de petróleo. Os poluentes podem ser levados à água pelo escoamento superficial das áreas das marinas, terminais ou das próprias embarcações, ou ainda por derramamentos e descargas de efluentes e resíduos gerados em terra ou a bordo. Outro fator importante a ser levado em consideração é a degradação no entorno das represas e rios, causada pela implantação das instalações turísticas ou de lazer.

A sustentabilidade dos recursos hídricos pode ser alcançada pelo desenvolvimento sustentável integrando os componentes sociais, ambientais e econômicos, e, especificamente no caso do uso turístico, pela adoção de práticas de prevenção e controle da degradação do meio ambiente associada à garantia da atratividade turística junto aos usuários, às instalações de apoio e às áreas de entorno (REZENDE; BOTTER, 2004).

Faz-se necessário lembrar que os recursos hídricos são vulneráveis às formas pelas quais outros recursos naturais são explorados, em particular o solo que está sujeito à impactos diferenciados por ações humana, dentre as quais o turismo. Nesse sentido, Ruschmann (1997) inclui a poluição hídrica de represas, rios, lagos e

cachoeiras entre os danos causados pelo crescimento descontrolado de atividades de turismo e recreação, devido ao lançamento de esgotos e à geração de resíduos por embarcações de recreio que expõem gases, óleos e graxas, determinada pela ineficiência ou falta de coleta de lixo e pela falta de orientação dos próprios usuários.

Segundo Sachs (1993), “impacto ambiental é a alteração da qualidade ambiental quando ocorre modificação no meio ambiente pela ação humana”. Para Oliveira & Herrman (2001), os impactos ambientais tendem a se multiplicar e a se repetir ao longo do tempo devido ao crescimento urbano realizado por movimentos espontâneos, estimulados pela especulação imobiliária e pela apropriação indevida de formas estruturais, como é o caso dos loteamentos instalados às margens de rios e represas no Brasil.

1.2 Gestão de recursos hídricos no Brasil

1.2.1 Base legal

A base legal é constituída pelo conjunto de leis, decretos, normas e regulamentos relacionados ao uso e controle dos recursos hídricos, conforme modelo de gerenciamento de águas adotado pelo Estado. No Brasil, até o advento da Lei de Recursos Hídricos, o modelo de gestão era o de gerenciamento pelo tipo de uso da água, com a atuação desarticulada e ineficiente de diversos órgãos e entidades públicas (BORSAL; TORRES, 2003).

A primeira experiência brasileira na gestão de recursos hídricos teve início na década de 1930 e estava vinculada à questão agrícola. Em 1933, foi criada a Diretoria de Águas, depois Serviço de Águas, no Ministério da Agricultura. Logo em seguida, em 1934, esse serviço foi transferido para a estrutura do Departamento Nacional de Pesquisa Mineral (DNPM), quando é editado o Código de Águas, até hoje em vigor.

O Código de Águas foi estabelecido pelo Decreto 24.643, de 10 de julho de 1934 e como outros instrumentos legais que disciplinam as atividades do setor, provém de um modelo de gerenciamento de águas orientado por tipos de uso. Trata-se da etapa da administração de recursos hídricos no Brasil denominada modelo burocrático. Nessa fase, a administração pública tinha como objetivo predominante

fazer cumprir os dispositivos legais sobre águas. Havia extensa legislação a ser obedecida, relativa a concessões e autorizações de uso, licenciamento de obras, ações de fiscalização, interdição, multa etc.

A segunda etapa da gestão dos recursos hídricos, denominada modelo econômico-financeiro, caracterizou-se pelo uso de instrumentos econômicos e financeiros por parte do poder público, direcionados à promoção do desenvolvimento nacional ou regional, além de induzir à obediência das normas legais vigentes.

Em 1965, o Serviço das Águas, transformado em Divisão, tomou a configuração de Departamento Nacional de Águas e Energia (Dnae). Esse mesmo departamento, em 1968, passou a denominar-se Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (Dnaee).

No início da década de 1970, incorporando o movimento ecológico pós Conferência Mundial do Meio Ambiente de Estocolmo (1972), foi criada a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), vinculada ao Ministério do Interior, que passou a atuar ouvindo o Dnaee na classificação das águas interiores. Em 1984 o Dnaee finalizou o diagnóstico sobre as bacias hidrográficas e foi criado o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama).

A partir da promulgação da Constituição de 1988, foram criadas as condições iniciais para inaugurar a terceira etapa da gestão de recursos hídricos, a qual foi denominada “modelo sistêmico de integração participativa”. A diferença entre este modelo e o modelo econômico-financeiro é que, além de examinar o crescimento econômico, também verifica a equidade social e o equilíbrio ambiental.

Em janeiro de 1997 foi sancionada a Lei 9.433 (BRASIL, 1997), que estabeleceu o Plano Nacional de Recursos Hídricos e incorporou princípios, normas e padrões de gestão da água universalmente aceitos e já praticados em diversos países. A Lei dos Recursos Hídricos, comentada na Seção 6, vem ao encontro dos principais aspectos do modelo sistêmico de integração participativa, que requer instrumentos legais específicos para sua implementação. Nessa etapa, não se pode prescindir do instrumento da outorga do uso da água, mecanismo pelo qual os governos federal e estadual, em cujos domínios se encontram as águas, dispõem-se a promover seu uso adequado sob o ponto de vista da sociedade em geral.

Em síntese, o que se esperava com o modelo sistêmico de integração participativa é a criação de uma vontade política regional que, além de arrecadar

recursos, tenha sucesso na administração pública, promovendo o uso e a proteção das águas (BORSAI; TORRES, 2003).

Após a instituição do PNRH no ano de 1997, criou-se no mesmo ano o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGERH), que também é conhecido como *Lei das Águas*. Com relação ao aproveitamento turístico de recursos hídricos, de forma direta ou indireta, podem ser citados os seguintes artigos:

- Em seu Capítulo I, art. 1º, item IV dispõe como fundamento da PNRH: “a gestão de recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas”;
- Em seu Capítulo II, art. 2º, item I dispõe como objetivo da PNRH: “assegurar, à atual e às futuras gerações, a necessária disponibilidade de água em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos”;
- Em seu Capítulo III, art. 3º, itens II, III e VI, respectivamente, dispõe como diretrizes gerais da ação para implantação da PNRH: “a adequação da gestão de recursos hídricos às diversidades físicas, bióticas, demográficas, econômicas, sociais e culturais das diversas regiões do país; a integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental (ecoturismo); a integração da gestão das bacias hidrográficas com a dos sistemas estuarinos e zonas costeiras (turismo no litoral e em reservatórios e lagos interiores)”;
- Em seu Capítulo IV, art. 4º, item II dispõe como instrumento da PNRH: “o enquadramento dos corpos d’água em classes, segundo seus usos preponderantes”;
- Em seu Capítulo IV, Seção I, art. 7º, item III dispõe como conteúdo mínimo dos Planos de Recursos Hídricos: “balanço entre disponibilidades e demandas futuras dos recursos hídricos, em quantidade e qualidade, com identificação de conflitos potenciais” (ANA, 2005, p. 4).

Em julho de 2000, cria-se a Agência Nacional de Águas (ANA), sendo essa incluída no Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGERH), pela Lei nº 9.984, tendo como competência a implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Esta Lei dispõe em seu art. 4º:

[...] definir e fiscalizar as condições de operação de reservatórios por agentes públicos e privados, visando a garantir o uso múltiplo dos recursos hídricos, conforme estabelecido nos planos de recursos hídricos das respectivas bacias hidrográficas. (BRASIL, 2005, p. 5)

1.2.2 Outros regulamentos

Além do disposto no item anterior, importa citar outros regulamentos sobre o zoneamento e usos de recursos hídricos, a qualidade e balneabilidade das águas, as áreas ao longo de rios e represas, dentre as quais se destacam as Áreas de Preservação Permanente (APP).

Com relação à Legislação Ambiental é importante destacar a Lei nº 7.661/1988 que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), como parte integrante da Política Nacional para os Recursos do Mar (PNMR) e da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), já que muitos rios brasileiros desembocam na Zona Costeira Brasileira.

O PNGC deverá prever o zoneamento de usos e atividades na zona costeira e dar prioridade à conservação e proteção dos recursos naturais, recifes, ilhas costeiras e sistemas fluviais, estuarinos e lagunares, baías e enseadas, praias, grutas marinhas, restingas e dunas, florestas litorâneas, manguezais e pradarias submersas, sítios e unidades naturais de preservação permanente e monumentos que integrem o patrimônio natural, histórico, paleontológico, espeleológico, étnico, cultural e paisagístico. Ele deverá ser elaborado e executado observando normas, critérios padrões relativos ao controle e à manutenção da qualidade do meio ambiente estabelecidos pelo CONAMA, que contemplem entre outros, os aspectos da ocupação e uso do solo, do subsolo e das águas, habitação e saneamento básico, turismo, recreação e lazer (BRASIL, 2005, p. 5-6).

A Resolução do CONAMA nº 274/2000 trata da qualidade e balneabilidade das águas, e refere-se diretamente ao turismo destinado ao lazer, pois avalia as condições de uso da água nas seguintes categorias: própria (subdividida em excelente, muito boa e satisfatória) e imprópria. Cita ainda outras considerações relevantes:

- A saúde e o bem-estar humano podem ser afetados pelas condições de balneabilidade;
- Os níveis de qualidade, avaliados por indicadores e parâmetros específicos, através da classificação das águas doces, salobras e salinas, assegura as condições de balneabilidade;
- É necessária a criação de instrumentos para avaliar a evolução da qualidade das águas em relação aos níveis estabelecidos para a balneabilidade de forma a assegurar as condições necessárias à recreação de contato primário;
- A Política Nacional de Recursos Hídricos e a Política Nacional de Gerenciamento Costeiro recomendam a adoção de sistemáticas de avaliação da qualidade ambiental das águas (BRASIL, 2005, p. 7).

O Código Florestal sob a Lei Federal nº 7.803 de 1989, considera Áreas de Preservação Permanente (APP), todas as áreas ao longo dos rios ou qualquer cursos de água e ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais. Conforme o artigo nº 2 desse Código, as APP são as áreas:

Ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água desde o seu nível mais alto em faixa marginal cuja largura varia de 30 metros a 500 metros, proporcionalmente à largura do rio; ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais. (BRASIL, 1989).

Tratando-se especificamente de APP em reservatório e áreas de entorno, tem-se a Resolução CONAMA nº 302/02, que dispõe sobre parâmetros, definições e limites de APP de reservatórios artificiais e o regime de uso do seu entorno. Considera como reservatório artificial, a “acumulação não natural de água destinada a quaisquer de seus usos múltiplos” (BRASIL, 2002, Art. 2º, item I). Com relação ao uso de áreas de entorno do reservatório, regulamenta que:

O empreendedor, no âmbito do procedimento de licenciamento ambiental, deve elaborar o plano ambiental de conservação e uso do entorno de reservatório artificial em conformidade com o termo de referência expedido pelo órgão ambiental competente, para os reservatórios artificiais destinados à geração de energia e abastecimento público. (BRASIL, 2002, Art. 4º).

O CONAMA também esclarece, em suas considerações preliminares, que as APPs são “caracterizadas pela intocabilidade e vedação de uso econômico direto. Entretanto, em nome do desenvolvimento sustentável, cria inúmeras exceções à regra, prevendo a intervenção ou supressão de vegetação” nas mesmas. Nesse sentido, “poderá autorizar intervenção ou supressão nas APPs, mediante procedimento administrativo autônomo e prévio”, se justificado por utilidade pública ou interesse social. (COSTA, 2008, p.6).

1.3 Hidrovia Tietê-Paraná e Turismo

1.3.1 Hidrovia Tietê-Paraná

As hidrovias no Brasil são geridas pelo DNIT - Departamento Nacional Infra-Estrutura de Transportes, por meio de sua Diretoria de Infra-Estrutura Aquaviária - DAQ, na Gerência de Hidrovias e Portos Interiores - GEHPAQ, que conta com as unidades hidroviárias abaixo relacionadas (figura 1): AHIMOC - Administração das Hidrovias da Amazônia Ocidental; AHIMOR - Administração das Hidrovias da Amazônia Oriental; MINOR - Administração das Hidrovias do Nordeste; AHIPAB - Administração das Hidrovias do Parnaíba; AHITAR - Administração das Hidrovias do Tocantins e Araguaia; AHIPAR - Administração da Hidrovia do Paraguai; AHSFRA - Administração da Hidrovia do São Francisco; AHRANA - Administração da Hidrovia Paraná; AHSUL - Administração das Hidrovias do Sul.



Figura 1: Jurisdições das Unidades Hidroviárias - Brasil, 2009

Fonte: BRASIL (2009).

A Hidrovia Tietê-Paraná é um sistema de navegação formado a partir de um conjunto de eclusas, unindo lagos de usinas hidrelétricas situadas nos rios Tietê e Paraná (Bacia do Tietê-Paraná), que abrange trechos dos rios Paranaíba, Grande e Piracicaba, além de afluentes do Paraná e Tietê, como mostra a figura 2.

A potencialidade da navegação do Rio Tietê como alternativa de transporte tem estado presente na pauta das políticas públicas estaduais, federais e municipais nas últimas três décadas, buscando impulsionar o transporte hidroviário de carga no interior do Estado de São Paulo com abrangência interestadual e internacional. Essas políticas direcionam-se ao desenvolvimento da região, e colocam a Hidrovia Tietê-Paraná como um novo eixo de desenvolvimento do Estado de São Paulo e, inclusive, do Mercosul (CESP, 1999).

O rio Tietê com quase 1.100 km de extensão é o mais tradicional curso d'água do estado de São Paulo, não só por cortar sua capital, como também por atravessar, praticamente, todo o território paulista, desde a Serra do Mar até o rio Paraná, no extremo oeste do estado. Ao contrário de outros cursos d'água, o rio se

volta para o interior e não corre para o mar, característica que o tornou um importante instrumento na colonização do país. Tem entre 10 e 15 milhões de anos e era chamado pelos índios de Anhembi (SÃO PAULO, 2007) e posteriormente por Tietê, sendo que ambos os nomes foram usados por muito tempo.

[...] Anhembi, Agembi, Aiembi, Anem by, Aniembi, Anhambi, Niembi e outras tantas designações são comuns nos antigos documentos.

A tradução desses vocábulos para a língua portuguesa é discutível e [...] ora quer referir-se as aves como o nhambu ou a perdiz européia, ora a uma erva rasteira de flores amarelas, “nhambi” [...] e ora como rio dos veados (anhangj).

Outras vertentes dizem que Anhembi é corruptela de i-em-bi, tendo o "i" o significado de não-liso, altos e baixos, obstáculos; o "e" representa a saída, a barra, a foz, e o “bi” refere-se a levantar, alçar, indicando um rio de leito acidentado; alguns entendem que Anhemby ou Añemby deva indicar a parte baixa do rio.

Quanto ao vocabulário Tietê, é tido pelo Padre Anchieta como referência à “madre ou mãe do rio”; muitos acham poderá ser uma palavra derivada de tié ou tei-tei, idioma tupi que designava uma ave tanagrídea ou fringilídia – canário de cor amarela. Tietê poderia também significar água volumosa e corrente ou água de mau gosto, ruim, de qualidade inferior. O certo é que ambos os nomes, Anhembi e Tietê, concomitantemente, persistiram por longo tempo.

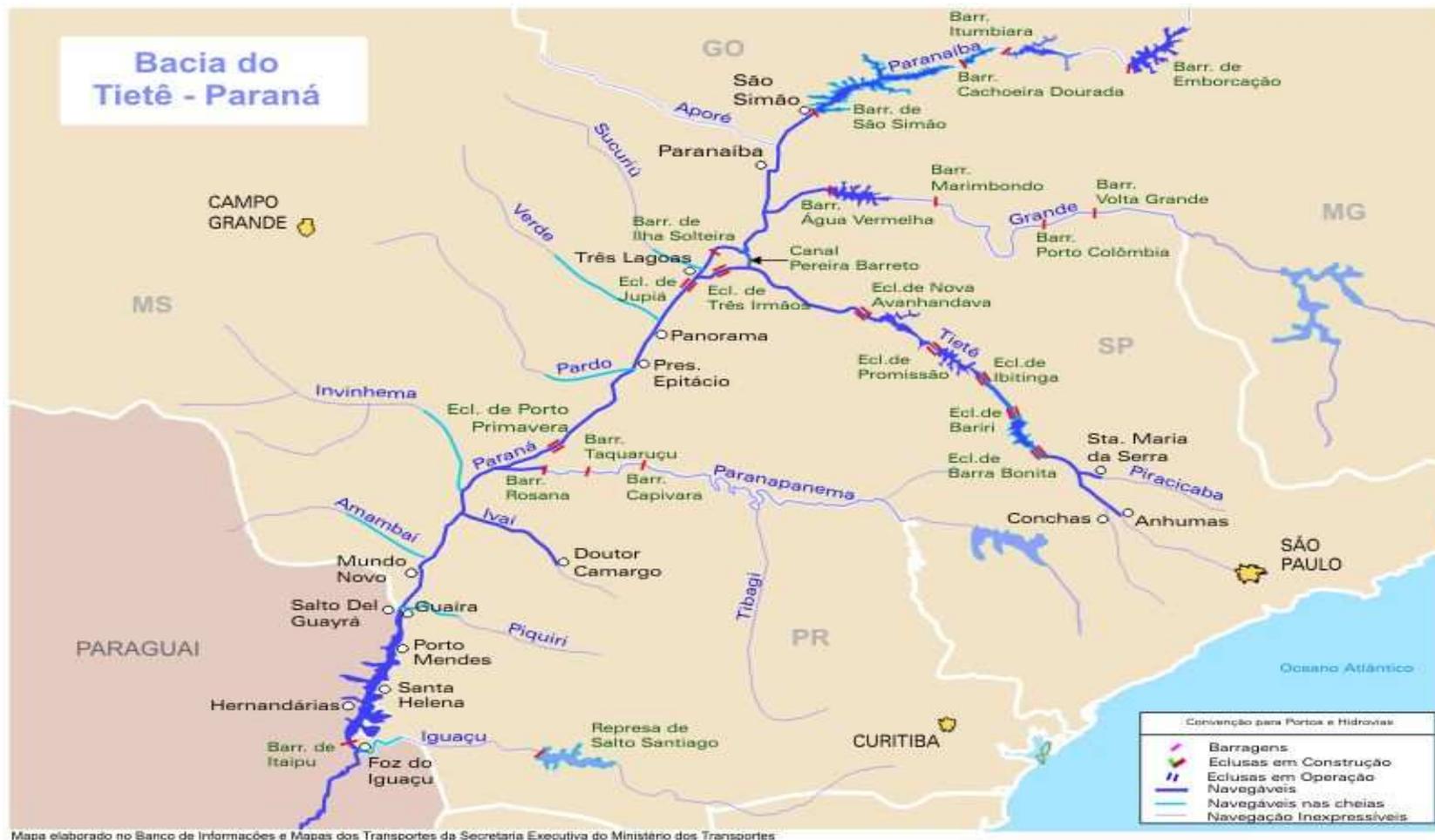


Figura 2: Bacia do Tietê-Paraná

Fonte: BRASIL (2002).

Algumas crônicas de 1730, estudadas por Taunay, parecem dar conta de que o nome Tietê designava o rio desde a nascente até a cidade de Salto, e Anhembi dessa cidade à desembocadura no rio Paraná, após percorrer cerca de 1.100 quilômetros em território paulista. A dualidade de nomes persistiu até por volta de 1840. (ROCHA, 2002, s.p.)

Tem sua nascente na cidade de Salesópolis, com apenas um filete de água limpa e cristalina. Em seguida, perto da cidade de Mogi das Cruzes, passa a receber diversos resíduos industriais e domésticos, atingindo seu pior grau de poluição ao longo da cidade de São Paulo. Depois que sai da capital, com a ajuda de processos naturais como a ação de bactérias que "limpam" a sujeira e acidentes geográficos como quedas d'água, o rio volta a se reabilitar. A partir da cidade de Barra Bonita, está novamente limpo e segue assim até o encontro com o Rio Paraná.

Historicamente o rio Tietê teve papel fundamental no processo de conquista do interior do país e do desenvolvimento no estado de São Paulo. A partir do século XVI, os bandeirantes⁶ usavam-no para expedições com o objetivo predominante de captura de índios e de busca por pedras e metais preciosos (SÃO PAULO, 2007).

Tronco fluvial do planalto, o Tietê abriu novos caminhos: o Pinheiros, o Cotia, o Piracicaba, o Paraíba. Embora os paulistas nem sempre se utilizassem dos cursos de água para suas entradas, muitas foram as bandeiras assinaladas no porto de Pirapitingüi, prestes a rodar, muito antes da descoberta do ouro do Cuiabá. Desde cedo, assim, o Tietê começou a assumir importância histórica tão decisiva que sobrelevaria a de nossos outros rios, tantos deles, mais longos e volumosos (NÓBREGA, 1981, p.54).

No início do século XX, o rio Tietê era um dos locais de lazer preferidos dos paulistanos: piquenique, natação, pesca e diversos esportes aquáticos eram praticados ao longo do rio na capital. As atividades esportivas continuaram até a década de 1950, quando o Tietê transformou-se em um esgoto a céu aberto na cidade (SÃO PAULO, 2007).

⁶ Denominam-se bandeirantes os sertanistas que, a partir do século XVI, penetraram nos sertões brasileiros em busca de riquezas.

A navegação contínua no rio começou em 1973, com a inauguração da Eclusa de Barra Bonita⁷, a qual estimulou o desenvolvimento do turismo regional. No Sistema Tietê-Paraná, imensos lagos foram formados após a construção dos reservatórios, possibilitando a navegação de barcos de grande porte. Visava-se com isso o estabelecimento de um fluxo de transporte de carga mais barato do que o rodoviário e o ferroviário para economizar os combustíveis derivados do petróleo (CORRÊA FILHO; ALBERTIN; MAUAD, 2003)

A hidrovia tem estimulado, ao longo de seu curso, a instalação de inúmeros empreendimentos industriais, agrícolas e turísticos, criando diversos pólos de desenvolvimento econômico regional no interior do Estado de São Paulo. As suas características geográficas relacionadas à fauna e flora, áreas de mata preservada e grandes lagos, além das próprias barragens e eclusas, estimulam a instalação de empreendimentos turísticos e de lazer se instalem em municípios localizados ao longo da hidrovia.

A Cesp, em um estudo sobre turismo e serviços desenvolvido no final da década de 1990 para o Fórum São Paulo Século XXI, apresentou um conjunto de componentes e atividades ligadas ao turismo nas hidrovias, assim denominados: agências de turismo ecológico e rural; hotéis convencionais; hotéis-fazenda; hotéis-pousada; condomínios fechados; praias fluviais ou lacustres; áreas de lazer; parques temáticos; marinas; clubes convencionais; clubes de pesca; clubes temáticos; campings; instalações de pesque-pague; pesca esportiva; restaurantes; cantinas; lojas de *souvenirs*; aluguel de embarcações de lazer; navegação de recreio em pequenas embarcações (*jet ski*, veleiros, lanchas etc.); passeios de barco de curta duração; passeios de barco de média duração (com pernoite em terra); passeios de barco de longa duração (com pernoites na embarcação); passeios de helicóptero; passeios de ultraleve. (SEADE, 1999)

Na região navegável do rio Tietê dentro do Estado de São Paulo, encontram-se algumas cidades com capacidade para negócios em geral e

⁷ A Eclusa de Barra Bonita é a primeira da Hidrovia Tietê-Paraná, através da qual é feita a transposição do desnível de cerca de 24 metros entre a vazante do rio Tietê e a bacia de acumulação da hidrelétrica. É um dos principais atrativos turísticos da cidade e região. (CORRÊA FILHO; ALBERTIN; MAUAD, 2003)

turismo, sendo elas: Conchas, Anhembi, Botucatu, Piracicaba, Artemis, Águas de São Pedro, São Pedro, Santa Maria da Serra, Dois Córregos, Mineiros do Tietê, São Manuel, Barra Bonita, Igarçu do Tietê, Macatuba, Jaú, Pederneiras, Itapuí, Boracéia, Bariri, Bauru, Arealva, Itajú, Iacanga, Ibitinga, Borborema, Pongaí, Novo Horizonte, Sabino, Salles, Adolfo, Promissão, Penápolis, São José do Rio Preto, Barbosa, Birigui, Buritama, Araçatuba, Pereira Barreto, Itapura, entre outras (PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, s.d.).

O turismo, que já é explorado na região de Barra Bonita, vem estimulando ao longo da hidrovia o aparecimento de áreas de lazer, esporte, recreações, marinas e portos turísticos, como uma das opções de desenvolvimento dos municípios situados ao longo da Hidrovia Tietê-Paraná. A Hidrovia desponta assim como instrumento de oferta turística nacional, composta por grandes superfícies de águas dos reservatórios, extensões de rios em correntes livres, paisagens naturais e recursos energéticos que privilegiam além do turismo de lazer, o cultural, o ecológico, o fluvial e o agroturismo ou turismo rural.

1.3.2 Programas de desenvolvimento regional

Em 1992, a Diretoria de Hidrovias e Desenvolvimento Regional da CESP elaborou a versão preliminar de um plano de complementação, operacionalização e fomento para a Hidrovia, e em 1996 concluiu o plano de fomento para a mesma. Nesses planos propunha fixação de 23 pólos industriais, 17 pólos de turismo, dentre os quais o município de Arealva, e 12 centros de distribuição de cargas. A criação de diversos núcleos de desenvolvimento ao longo da Hidrovia objetivava a formação de pólos industriais e turísticos, além de catalisar a fixação comercial e agrícola ao longo da Hidrovia Tietê-Paraná, em busca de um processo ordenado de crescimento econômico. (CESP, 1992 e SEADE, 1999).

Ao mesmo tempo em que o plano de fomento era discutido, elaborado e implantado, prefeitos de várias cidades do Oeste Paulista⁸, a fim de viabilizar

⁸ Jaú, Pederneiras, Itaju, Ibitinga, Pirajuí, Arealva, Itapuí, Laranjal Paulista, Sales, Botucatu, Anhembi, Itapura, Novo Horizonte, Barra Bonita, Sabino, José Bonifácio, Araçatuba e Boracéia.

as propostas da CESP, elaboraram um documento para a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento do Estado de São Paulo com propostas para orientar a execução de um plano de desenvolvimento regional. Em conjunto com a CEPAM, o estudo, denominado Projeto Calha, foi concluído em 1994 sendo até hoje um documento referencial para estudos na área.

O Projeto Calha propõe o planejamento e desenvolvimento da região lindeira à Hidrovia, visando orientar os empreendimentos a serem instalados de forma compatível com as vocações e potencialidades de cada município e a preservação do meio ambiente. Pressupôs que a utilização da Hidrovia traria modificações ao cenário regional, que demandariam medidas de planejamento para o melhor aproveitamento dos potenciais introduzidos pela acessibilidade hidroviária (SÃO PAULO, 1994). Nesse sentido, considera como dimensões a interiorização da indústria, o desenvolvimento e modernização da agropecuária, o desenvolvimento do turismo e da preservação do patrimônio ambiental, a implementação do Mercosul e uma nova divisão regional do Estado de São Paulo (figura 3).

O Projeto foi desenvolvido a partir de uma caracterização física, econômica, social e ambiental de 86 municípios, de Itu/Salto e de Piracicaba até Ilha Solteira, e estende-se ao longo da margem paulista do rio Paraná, desde Indaiapurã, no rio Grande, até Teodoro Sampaio e Rosana, no rio Paranapanema. Os municípios envolvidos ocupam uma área de 40.172 km², representando 16,2% da área total do estado e mais de 2 milhões de habitantes na época (BAENINGER; LEONELLI; BOLLIGER, 2002) (figura 3).

No eixo da Hidrovia predominam atividades referentes ao setor primário da economia, com a presença da pecuária, de culturas como a cana-de-açúcar, os cítricos e o café, bem como monoculturas, culturas temporárias e reflorestamentos. As atividades urbanas ligadas aos setores secundários e terciários intensificam-se regionalmente no sentido do oeste para leste, principalmente nos centros regionais de Araçatuba, Lins, Bauru, Jaú, Botucatu e Piracicaba. Destacam-se os centros industriais de Presidente Epitácio, Panorama, Andradina, Birigui, Penápolis, São Manuel, Piracicaba, Jaú e Salto (BAENINGER; LEONELLI; BOLLIGER, 2002).

Projeto Calha - Hidrovia Tietê - Paraná



(Fonte: NEPO/UNICAMP - Redistribuição da População e Meio Ambiente - São Paulo e Centro Oeste .
Estudo de caso: Processos Migratórios, Urbanização e Meio Ambiente no Novo Eixo Paulista: A Área de Influência da Hidrovia Tietê - Paraná)

Figura 3: Mapa do Projeto Calha da Hidrovia Tietê-Paraná

Fonte: Baeninger, Leonelli e Bolliger (2002).

A área do Projeto foi dividida em quatro sub-regiões, denominadas em função de seus objetivos. A porção mais oeste do Estado, lindeira ao rio Paraná, denominada Integração, objetiva incentivar pólos industriais e *agrobusiness*. Os municípios dessa sub-região são: Teodoro Sampaio, Rosana, Presidente Epitácio, Panorama, Paulicéia, Castilho, Itapura, Suzanópolis, Rubinéia, Santa Fé do Sul, Santa Clara D'Oeste, Mesópolis, Populina, Indiaporã, Guarani D'Oeste, Paranapuã, Santa Albertina, Santa Rita D'Oeste, Três Fronteiras e Nova Canaã Paulista.

A segunda sub-região, denominada Dinamização, visa a modernização e dinamização do setor primário. Inclui os municípios de Ilha Solteira, Pereira Barreto, Andradina, Araçatuba, Brejo Alegre, Birigui, Coroados, Glicério, Penápolis, Aanhandaá, Promissão, Guaíçara, Lins, Sud Menucci, Santo Antonio do Aracanguá, Buritama, Zacarias, Planalto, José Bonifácio, Barbosa, Ubarana, Mendonça, Adolfo, Sales, Sabino e Novo Horizonte.

A terceira sub-região, denominada Modernização, tem como meta incrementar centros de formação tecnológica e institutos de ensino e pesquisa, com destaque para a formação de mão-de-obra hidrovária, turismo e agroindústrias. Os municípios integrantes dessa região são Cafelândia, Pirajuí, Balbinos, Reginópolis, Arealva, Bauru, Pederneiras, Macatuba, Barra Bonita, Igarapu do Tietê, Pratânia, São Manuel, Botucatu, Anhembi, Dois Córregos, Mineiros do Tietê, Jaú, Itapuí, Boracéia, Bariri, Itaju, Ibitinga, Iacanga, Uru, Borborema e Pongaí.

Na última sub-região, denominada Reprogramação, o projeto propôs estimular atividades econômicas nos seguintes municípios de pequeno porte: Águas de São Pedro, Conchas, Laranjal Paulista, Porto Feliz, Itu, Salto, Elias Fausto, Capivari, Rafard, Tietê, Saltinho, Piracicaba, São Pedro e Santa Maria da Serra.

A partir do final da década de 1990, houve grandes modificações institucionais de diversos setores envolvidos com a Hidrovia Tietê-Paraná. Além do processo de privatização da CESP, iniciada em 1996, foi criada a ANA - Agência Nacional de Águas, já citada, e a ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, no âmbito de novas políticas de estruturação e regulamentação para o setor elétrico e para os recursos hídricos. Em 1999 a empresa AES Tietê passou a controlar as seguintes usinas hidrelétricas (UHE): UHE Ibitinga (Ibitinga/SP), UHE Bariri (Boracéia/SP), UHE Caconde (Caconde/SP), UHE Barra Bonita (Barra Bonita/SP), UHE Promissão (Promissão/SP), UHE Limoeiro (Mococa/SP), PCH Mogi-Guaçu (Mogi-Guaçu/SP), UHE Água Vermelha (Ouroeste/SP), UHE Euclides da Cunha (São José do Rio Pardo/SP) e UHE Nova Avanhandava (Buritama/SP). Essa concessão é de 30 anos, ou seja, até o ano de 2029 (POLO, 2008).

Anteriormente ao processo de privatização, a Diretoria de Hidrovias e Desenvolvimento Regional da CESP tinha a atribuição de implantar e integrar a Hidrovia Tietê-Paraná com o sistema de transporte do Estado de São Paulo, por intermédio de planos, projetos e políticas de indução da interiorização do desenvolvimento do Estado de São Paulo. Assim, incumbia-se não apenas de promover uma política de transporte hidrovário para o interior paulista, mas também de desenvolver uma política de desenvolvimento econômico atrelada à Hidrovia, onde o turismo também se inseria.

À CESP cabe ser a parceira junto às municipalidades e à natureza que generosamente banha e enriquece a vida dos povos lindeiros à Hidrovia Tietê-Paraná, ou seja, à CESP cabe fomentar o desenvolvimento desta vasta região, tendo por finalidade apontar novos e concretos caminhos de desenvolvimento econômico para o interior do Estado (BAENINGER; LEONELLI; BOLLIGER, 2002).

No final de 1999, foi criado o Departamento Hidroviário vinculado à Secretaria Estadual de Transportes com a atribuição de administrar a Hidrovia Tietê-Paraná incentivar a sua utilização como modal de transporte; de manter e balizar as rotas de navegação; de controlar as operações de transporte hidroviário do sistema; de fiscalizar o cumprimento de normas operacionais; e de intermediar os conflitos entre usuários e operadores de geração (SÃO PAULO, 2002).

A mudança fundamental nesse novo arranjo institucional foi desvincular a Diretoria de Hidrovias - antes ligada à CESP - e vinculá-la à Secretaria do Estado de Transportes com a incumbência de implementação da política de interiorização do desenvolvimento do Estado via Hidrovia Tietê-Paraná. Em 2009, a política estadual sobre a Hidrovia Tietê Paraná se insere no âmbito de três Secretarias Estaduais:

- Secretaria de Transporte, na qual o Departamento Hidroviário trata fundamentalmente da operacionalização e manutenção da Hidrovia enquanto eixo de transporte hidroviário;
- Secretaria de Esportes e Turismo, responsável pelo setor turístico da Hidrovia;
- Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, que criou uma Assessoria Especial para Assuntos do Sistema Tietê-Paraná.

A Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo vem viabilizando esforços para execução do “Projeto de Indução e Gestão do Eixo de Desenvolvimento do Sistema Tietê-Paraná”, cuja área de abrangência da Hidrovia conta com cerca de cem municípios. Esse projeto conta com o estudo “Sistema Integrado de Gestão do Eixo Desenvolvimento da Hidrovia Tietê-Paraná” (SIGEST-HTP) que atualiza os

dados do Projeto Calha e incorpora outras variáveis relacionadas ao uso múltiplo das águas: hidrogeração de energia elétrica, navegação, irrigação, abastecimento, saneamento, turismo, lazer e preservação da vida selvagem (SÃO PAULO, 2000).

Percebe-se assim, que a Hidrovia Tietê-Paraná é uma região de grande importância para o desenvolvimento econômico do interior do Estado de São Paulo, mas é necessário dar continuidade aos projetos existentes e criar novos projetos, principalmente os relacionados à atividade turística. A região tem potencial, mas falta ainda um planejamento baseado na sustentabilidade com apoio do poder público e privado para melhorar a infraestrutura dos municípios lindeiros e incentivar o desenvolvimento do turismo fluvial e o turismo em áreas de represa.

2 TURISMO E PLANEJAMENTO EM ÁREAS DE REPRESAS

Neste capítulo apresenta-se a análise das questões ambientais, sociais e econômicas que envolvem o turismo em áreas de represa, abordando os aspectos positivos e negativos para o reservatório, o município e a comunidade local. Aborda ainda questões no âmbito do planejamento turístico, referentes a sistemas de classificação de componentes turísticos e algumas aplicações de instrumentos de geoprocessamento, como base para o desenvolvimento da pesquisa de campo.

2.1 Planejamento e sustentabilidade

2.1.1 Questões ambientais

De acordo com Jacintho (2003) o avanço tecnológico alcançado pelo homem durante o século XX, tem sido acompanhado de mudanças significativas na paisagem natural, gerando preocupações relativas à qualidade do ambiente. Nesse sentido, a implantação e operação de usinas hidrelétricas causam diversas alterações ao meio ambiente (REZENDE; BOTTER, 2004).

A conservação dos recursos hídricos, em qualidade e quantidade, aliada ao incentivo aos usos múltiplos proporcionados pelos reservatórios, pode proporcionar oportunidades de desenvolvimento na região onde são inseridos, desde que fundamentados na sustentabilidade e responsabilidade perante o meio ambiente. Importa destacar que esses usos múltiplos dependem de complexas interações e de um gerenciamento adequado (HENRY, 1999), onde algumas questões devem ser consideradas.

As águas interiores tendem a ser o primeiro habitat a sofrer degradação, por serem locais onde os homens se estabelecem às margens dos rios e se utilizam dessas águas para diversas finalidades. Em especial, os locais onde existem a formação de lagos devido à construção de usinas hidrelétricas, ou seja, reservatórios naturais ou artificiais, são mais sensíveis às conseqüências do uso da bacia no seu entorno (HENRY, 1999).

Vários são os impactos da construção de um reservatório, os quais podem ocorrer antes e após a construção, nos sistemas terrestres e aquáticos,

segundo Henry (1999). Antes do represamento há o desmatamento, o desvio do rio, a retirada da vegetação, a captura e translocação da fauna silvestre e a remoção da população ribeirinha ou de áreas que serão inundadas. Durante o enchimento e após o início do funcionamento do novo sistema hidroviário, alterações físicas, químicas e biológicas ocorrem em função da mudança de fluxo d'água. Acrescenta-se a tais alterações o uso desordenado das áreas adjacentes (urbanização e atividades agropastoris, dependendo do potencial da região) e do próprio reservatório, incluindo pesca, recreação, navegação e geração de energia elétrica. Vários desses usos contribuem para o processo de eutrofização e contaminação dos reservatórios, principalmente quando estes estão próximos de centros mais urbanizados (ESPÍNDOLA, 2004).

Pereira (2006) enfatiza que para a proteção dos corpos d'água seja efetiva e sustentável, é necessário não somente controlar a poluição, mas também proteger todo o ambiente físico. Para a autora, o propósito do planejamento de bacias é, inicialmente, para se ter o entendimento da bacia com relação à água superficial, água subterrânea e usos do solo e como isto influencia na regulação. Com este entendimento, tal planejamento deverá permitir a tomada de decisões com relação ao manejo da situação existente e como os problemas devem ser abordados e resolvidos no futuro.

O uso e a ocupação indevida do solo contribuem para a degradação ambiental, a partir, por exemplo, das seguintes ações: ocupação de várzeas férteis; supressão de matas ciliares; substituição de florestas por campos e pastagens; construção de represas; monoculturas; plantio de florestas homogêneas; implantação de indústrias e pólos industriais; ocupação de áreas de mananciais e abertura de estradas (QUEIROZ, 2000).

As florestas naturais e as faixas protetoras de vegetação evitam que partículas do solo sejam levadas para rios, reservatórios ou lagos. Apesar disso, elas são incapazes de evitar infiltração de nutrientes de locais distantes e elevados. As culturas anuais produzidas às margens do reservatório podem representar perigo de contaminação da água devido ao escoamento superficial que transporta resíduos químicos, provenientes da adubação e da aplicação de defensivos agrícolas. Essas áreas merecem atenção devido à intensiva aplicação de produtos químicos exigidas pela cultura ao longo do seu ciclo de produção.

A partir do final da década de 1990, começou a haver uma preocupação de alguns órgãos ambientais com a ocupação desordenada nas margens dos reservatórios das usinas hidrelétricas, levando-os a exigir do empreendedor a elaboração de planos ambientais. Diferentemente dos primeiros planos elaborados, que se constituíam em instrumentos de desenvolvimento regional, os novos planos passaram a ter, como preocupação maior, a preservação dos recursos hídricos (PEREIRA, 2006).

O sucesso de empreendimentos situados às margens de represas e a qualidade das águas são fatores indissociáveis, podendo inviabilizar os seus usos com graves conseqüências para a economia regional, dada à importância da qualidade da água para as atividades geradoras de renda na região. Exemplo marcante de ocupação desordenada da região de entorno, que culminou com a degradação da qualidade da água, foi a represa de Salto Grande, no município de Americana (SP), que no início da década de 1980 foi um dos pontos turísticos mais utilizados para recreação na região central do estado de São Paulo, mas atualmente suas águas encontram-se impróprias para recreação e abastecimento (PEREIRA, 2006).

Esse processo iniciou-se devido à elevada carga de efluentes domésticos e industriais lançados sem tratamento prévio no rio Atibaia ao longo de trinta anos, o que resultou em um processo de eutrofização elevado de suas águas. Essa situação influenciou diretamente a vida da população, com a depreciação dos imóveis e do turismo, além de alterar as relações econômicas e sociais na região. Em uma das praias mais famosas da represa de Salto Grande, a Praia Azul, uma casa cujo investimento na construção chegou à cerca de 280 mil reais, teve grande desvalorização com seu preço de mercado para cerca de 80 mil reais (ESPÍNDOLA, 2004 *apud* PEREIRA, 2006).

Do ponto de vista qualitativo, a proteção dos recursos hídricos depende, fundamentalmente, de medidas disciplinadoras do uso do solo na bacia. A qualidade final da água no rio ou lago reflete necessariamente as atividades que são desenvolvidas em toda a bacia, pois cada um dos seus usos produz um efeito específico e característico (PORTO, 1991 *apud* PEREIRA, 2006). Para Milaré (1999), inclusive, o disciplinamento do uso do solo seria o instrumento ideal para a gestão ambiental municipal, uma vez que

abrangeria todas as atividades exercidas no espaço urbano, além de itens de preservação urbana.

Os impactos gerados na construção de uma represa foi tema de estudos de algumas pesquisas, como o de Leme (2007) que aborda a questão da perda de lugares, da história e da identidade do local na qual foi construída a represa. Diz que a construção de uma represa, envolve solução de problemas como a falta de energia e abastecimento, mas por outro lado modifica a paisagem local e com a inundação das áreas ribeirinhas, há a perda de lugares para muitas pessoas. Conclui em sua pesquisa que deveria haver um planejamento turístico nas represas para o resgate histórico do local que foi inundado, com a implantação, por exemplo, de placas informativas e, locais abertos à visitação que demonstrassem como era o local anterior a represa, quais as atividades exercidas, os lugares que se perderam etc. O turismo poderia se constituir em uma ferramenta de sensibilização e reflexão sobre as controvérsias que envolvem as grandes represas.

Nesse mesmo contexto Colito (2000) estudou os impactos sobre a população e o espaço na construção de usinas hidrelétricas, que teve como estudo de caso as comunidades rurais ameaçadas pela U.H. de Jataizinho – Rio Tibagi (PR). A autora discute sobre a imposição da construção de uma usina pelo Estado e que a população presente nessas áreas (desapropriadas e inundadas) sofre as mais severas conseqüências, porque perdem referências construídas durante gerações.

Os impactos ambientais estão entre os problemas mais sérios de países desenvolvidos e em desenvolvimento. Um dos grandes desafios é o ajuste das atividades econômicas baseado no uso sustentável dos recursos e também uma alteração de estilo de vida da população, tanto quanto possível com um mínimo de impacto ambiental e mais próximo da natureza. Nesse sentido, o manejo dos ecossistemas naturais é uma das maiores preocupações da sociedade moderna. (PEREIRA, 2006).

2.1.2 Reflexos do uso turístico e de lazer

As diversas regiões que têm recursos hídricos próprios para balneabilidade, como as represas, entram num processo de expansão das

atividades econômicas ligadas ao setor terciário e à demanda de lazer das populações urbanas. Além disso, segundo Queiroz (2000), as atividades relacionadas aos reservatórios são responsáveis por inúmeras transformações, como a instalação e expansão de loteamentos, além da implementação de infra-estrutura urbana e comércio, o que torna mais intenso o comprometimento da qualidade de água da represa.

A ocupação das margens da represa pelos loteamentos transforma a paisagem local em privada, sendo restrita apenas para os proprietários dessas residências. Grande parte dos loteamentos de muitos municípios está situada às margens das represas.

Alguns municípios tiveram a preocupação de não fechar as margens da represa, como é o caso do município de Martinópolis (SP) na Represa Laranja Doce. Após muitos loteamentos se apropriarem das margens da represa, o município planejou a aprovação dos demais loteamentos e preocupou-se em deixar as margens livres para o acesso de classes sociais menos favorecidas, construindo praias e instalações de apoio aos turistas que freqüentassem essas áreas (AVANA; FAVARETO; VALENTIN, 2004).

Um trabalho importante sobre residências secundárias foi o de Tulik (1995) que estuda a presença, dimensão e expressividade destas do Estado de São Paulo, com base nos censos de 1980 e 1991. Constrói e aplica o “Índice de Participação Porcentual de Residências Secundárias em Relação ao Total de Domicílios” em todos os municípios do estado, o que resulta na classificação destes em quatro níveis: excepcionais – mais de 40%; forte – de 20,1% a 40%; médios – 10,1% a 20%; fracos de 5,1% a 10%; e, incipientes, abaixo de 5%.

Constata que o maior desenvolvimento das residências secundárias no estado ocorreu na área rural, com a tendência de “se localizarem perto das superfícies líquidas (mar, rios, represas)”. Além de discutir de forma profunda e apropriada o conceito de segunda residência, mostra a sua evolução e os principais núcleos emissores para as mesmas. (TULIK, 1995).

Em relação aos impactos sócio-ambientais associados ao turismo, tem-se o trabalho de Leme (2007) na represa de Jaguari-Jacareí no município de Bragança Paulista (SP). A pesquisa realizada por essa autora confirmou que os efeitos negativos do turismo decorrem especialmente da especulação e

exploração descompromissada do setor imobiliário e também do descaso por parte dos usuários da represa. Os efeitos positivos identificados foram a geração de renda, empregos e impostos, o intercâmbio cultural e a divulgação das cidades situadas no entorno da represa. Com base nos resultados, ressalta a necessidade de elaboração de um planejamento turístico sustentável da área da represa, a fim ordenar o uso e ocupação turística.

Esclarece-se que as residências secundárias situadas em áreas urbanas pagam o IPTU para o município e geram empregos para a população local. Geralmente essas residências, além da sede principal, têm a casa do caseiro para cuidar da segurança da propriedade na ausência deste, o que proporciona um emprego familiar; em geral, o homem faz a manutenção da propriedade, jardins, piscina e a mulher a limpeza da sede; esse trabalho inclui a moradia da família. Outras instalações turísticas, como os serviços de alimentação, hospedagem, lazer e marinas também geram empregos para a população local.

Outro estudo é o de Tanaka (2008) que trata também dos impactos do turismo de segunda residência na represa de Itupararanga, no município de Ibiúna (SP). A autora constatou que as margens da represa estavam praticamente ocupadas por empreendimentos imobiliários e que muitos desses empreendimentos foram construídos de forma ilegal, desmatando grande parte da vegetação. Afirma que a preocupação com a conservação e manutenção do recurso hídrico, é uma questão recente.

Como impactos positivos a autora destaca: a geração de emprego e renda para a população autóctone; o título de estância turística ao município; as ações efetivas para a proteção do meio ambiente, como a criação de uma ONG e de uma APA; a infra-estrutura básica para a população rural e a valorização financeira das residências secundárias. Com relação aos impactos negativos, cita: a intensa especulação imobiliária e o efeito inflacionário das residências secundárias; a degradação ambiental das áreas nas quais essas residências foram construídas; a exclusividade de acesso à represa devido à ocupação das residências secundárias e de outros empreendimentos às margens da represa e a falta de planejamento turístico na construção dessas residências.

Ao final, conclui que os proprietários dessas residências secundárias acreditam que as suas propriedades e o uso direto da represa não prejudicam o ambiente; - assim eles desrespeitam a legislação ambiental ao construírem suas mansões e marinas particulares, desmatando a mata ciliar no entorno da represa. O poder público por sua vez não toma medidas necessárias para impedir essa ocupação irregular.

Ainda em relação às residências secundárias, Garcia (2008) analisam a territorialidade do lazer e turismo por meio da sua introdução às margens do Baixo Rio Sucuruí no município de Três Lagoas (MS). Com essa preocupação, realizaram um levantamento das principais características dos loteamentos e constataram a existência de mais de mil ranchos localizados às margens do rio, sendo que 80,43% dos seus proprietários, eram oriundos do próprio município. Verifica que as áreas que margeiam a represa que antes eram áreas rurais e produtivas, adquiriram formas e funções tidas como urbanas após a intensa especulação imobiliária que teve início na década de 1970.

Sob outra ótica, Polo (2008) aborda o turismo fluvial no Reservatório de Promissão por meio de um estudo de caso da hospitalidade e do turismo receptivo na Prainha da Pedra Branca, no município de Promissão (SP). Recupera todo o processo desde a implantação da praia após a construção da represa até a sua interdição, concluindo que o conjunto de ações do poder público foi de certa forma incoerente, pois não agiu de maneira eficaz para a recuperação do atrativo ou mesmo para a sua interdição efetiva. Para esta dissertação, interessa ainda citar as quatro fases de evolução do uso turístico e de lazer na Prainha Branca, identificadas pelo autor:

-Fase inicial: entre 1975 (ano de início da operação da usina), até 1982 (ano de desapropriação da área para uso recreativo e de lazer); fase marcada pelo uso espontâneo do local, sem estrutura e gestão de responsáveis.

- Fase de desenvolvimento e estagnação: de 1982 até a interdição em 1998; a Prefeitura Municipal assumiu o papel de gestor do atrativo e implantou benfeitorias no local; aumento do fluxo de visitantes na década de 1990 até a decisão de interditar o atrativo, após a ocorrência de acidentes fatais, conflitos e depredação do ambiente.

- Fase de decadência: a partir de 1998; a interdição da praia não impediu o fluxo de visitantes no local; o uso irregular desse atrativo contribui ainda mais para a deterioração do local, (POLO, 2008, p. 84)

Os estudos acima citados mostram o interesse de pesquisadores em relação aos impactos gerados a partir do uso turístico e de lazer em diferentes áreas de represa, com destaque para a falta do planejamento e regulamentação de loteamentos de residências secundárias às suas margens. Por outro lado, indicam que a problemática de sustentabilidade de recursos turísticos e de lazer nessas áreas também carece de um planejamento e gestão responsável e, portanto, de estudos mais aprofundados.

O turismo se bem planejado pode se constituir, para as comunidades locais, em uma alternativa de geração de renda. Ao se promover um desenvolvimento equilibrado entre as potencialidades da oferta turística e os projetos de empreendimentos turísticos, deve-se também valorizar os residentes e manter a estabilidade do patrimônio natural e cultural. Assim, é importante adotar e gerar novas práticas no planejamento e gestão do turismo, onde o seu fim maior seja a melhoria da qualidade de vida e do bem estar das comunidades.

No contexto, faz-se necessário abordar os componentes da oferta turística (e de lazer), ao lado das aplicações do geoprocessamento no planejamento turístico.

2.2 Aspectos particulares do planejamento turístico

2.2.1 Componentes da oferta

Planejar a atividade turística requer entender o sistema baseado em oferta e demanda, além da dinâmica social movida pela atividade turística e suas relações com o espaço. Na demanda tem-se com ponto central os consumidores, ou seja, os turistas. Na oferta, interessa nesta dissertação destacar os seus componentes, em especial os que se apresentam às margens dos rios em áreas de represa, ou seja, os componentes do turismo fluvial.

Buscando sistemas de classificação, glossários e terminologias na literatura especializadas, chegou-se inicialmente às tipologias propostas por

Beni (2001), no âmbito do subsistema da oferta turística, inserido no SISTUR - Sistema de Turismo; e do Ministério do Turismo (MTUR, 2003), no âmbito do inventário da oferta turística, inserido em uma das fases do Programa de Regionalização do Turismo.

Beni (2001) divide os componentes da oferta turística em dois grupos: atrativos turísticos e equipamentos e serviços turísticos. Considera-se que a infra-estrutura de apoio seria um subsistema à parte, não configurando um componente da oferta propriamente dita.

Entende como atrativo turístico “todo lugar, objeto ou acontecimento de interesse turístico que motiva o deslocamento de grupos humanos para conhecê-lo”, o qual pode ser subdividido em recursos naturais, recursos histórico-culturais, manifestações e usos tradicionais e populares, realizações técnicas e científicas e acontecimentos programados (BENI, 2001, p. 196).

- Recursos naturais: são elementos do espaço geográfico que constituem a paisagem, como por exemplo, montanhas, costas ou litoral, terras insulares, hidrografia, pântanos, quedas de água, parques, reservas de flora e fauna, grutas, cavernas, áreas de caça e pesca etc.
- Recursos histórico-culturais: são manifestações sustentadas por elementos materiais que se apresentam sob forma de bens imóveis e móveis, como por exemplo, monumentos, sítios, instituições culturais de estudo, pesquisa e lazer, museus, bibliotecas etc.
- Manifestações e usos tradicionais e populares: são todas as práticas culturais que são tidas como específicas do próprio local ou da região que as integram, ou ainda idênticas em nível nacional como: atividades cotidianas e festivas de ordem sacra ou profana, de caráter popular e folclórico, consideradas objeto de apreciação e/ou participação turística.
- Realizações técnicas e científicas contemporâneas: toda obra ou complexo científico e/ou tecnológico próprio para a exploração nas áreas de mineração, agricultura, pecuária ou da indústria e outras instalações que, pelas características de elaboração técnica, estimulam o seu aproveitamento como recurso de atração turística e que permitem a visita pública.
- Acontecimentos programados: são acontecimentos organizados visando ao intercâmbio e à divulgação de matérias científicas e técnicas, à comercialização de produtos, ao desenvolvimento e à prática de atividades desportivas e culturais e até assistenciais, caracterizadas como: congressos e convenções, feiras e exposições, competições desportivas e realizações diversas que atuam como estímulo para o turismo (BENI, 2001, p. 197).

Em relação aos equipamentos e serviços turísticos, estes representam, para o autor, “o conjunto de edificações, de instalações e serviços indispensáveis ao desenvolvimento da atividade turística”, o qual se subdivide em meios de hospedagem, serviços de alimentação, recreação e entretenimento e outros serviços turísticos.

- Meios de hospedagem: corresponde aos hotéis em geral, pousadas, motel, flat, pensão, albergues, área de camping, segunda residência etc.
- Serviços de alimentação: correspondem aos restaurantes, bares, lanchonetes, quiosques, sorveterias etc.
- Recreação e Entretenimento: referem-se a locais destinados a proporcionar divertimento, dotados de equipamentos e serviços indispensáveis à atividade turística. Como por exemplo: parques, praças, estádios, ginásios, marinas, mirantes, estabelecimentos noturnos, cinemas etc.
- Outros serviços turísticos: engloba as agências de viagens, centro de informações turísticas, postos de gasolina, comércio, instituições bancárias, locais de convenções e exposições, embaixadas, consulados etc. Beni (200, p. 325).

Essa categorização é seguida parcialmente pelo Ministério do Turismo, que divide a oferta turística em três grupos: infra-estrutura de apoio ao turismo, serviços e equipamentos turísticos e atrativos turísticos, assim discriminados:

- **Infra-estrutura de apoio ao turismo:** é composta por um conjunto de obras, de estrutura física e serviços, que proporciona boas condições de vida para a comunidade e dá base para o desenvolvimento da atividade turística: informações básicas do município, meios de acesso ao município, sistema de comunicação, sistema de segurança, sistema médio-hospitalar, sistema educacional e outros serviços e equipamentos de apoio;
- **Serviços e equipamentos turísticos:** compostos por um conjunto de serviços, edificações e instalações indispensáveis ao desenvolvimento da atividade turística e que existem em função desta: serviços e equipamentos de hospedagem, serviços e equipamentos para gastronomia, serviços e equipamentos de agenciamento, serviços e equipamentos para transporte, serviços e equipamentos para eventos, serviços e equipamentos de lazer e entretenimento, e outros serviços e equipamentos turísticos;
- **Atrativos turísticos:** locais, objetos, equipamentos, pessoas, fenômenos, eventos ou manifestações capazes de motivar o deslocamento de pessoas

para conhecê-los: atrativos naturais, atrativos culturais, atividades econômicas, realizações técnicas, científicas ou artísticas e eventos permanentes (MTur, 2003).

Além dessas tipologias, procurou-se algum subsídio em tesouros específicos de turismo, os quais são utilizados em especial pelos profissionais de Biblioteconomia e Ciência da Informação. Trata-se de uma lista de termos que representam conceitos, temas e conteúdos de documentos de uma área em particular, tendo em vista a normalização terminológica para o melhor acesso dos seus usuários⁹.

Localizaram-se dois tesouros, um elaborado pela Organização Mundial de Turismo (OMT) e o outro pelo Instituto de Estudos Turísticos do Ministério da Economia da Espanha.

No primeiro, a OMT não classifica o termo oferta turística (OMT, 2001). No segundo, este aparece como subcategoria de economia do turismo, mas sem subdivisões (ESPAÑA, 2003). Os termos que interessam na presente pesquisa neste último são os seguintes: atividades esportivas e recreativas, patrimônio turístico e serviços turísticos. Já no tesouro da OMT, destacam-se: alojamento, atividades esportivas, instalações turísticas, alojamento, lazer (ao ar livre), acontecimento turístico e patrimônio turístico.

Da análise de todas essas classificações percebe-se que não há uma tipologia específica para nomear componentes da oferta turística do turismo fluvial ou do turismo em áreas de represa, embora alguns deles possam se apresentar com características particulares e sob outras denominações. É o caso dos chamados “ranchos”, que é a denominação usada para as residências secundárias situadas ao longo da represa. Tulik (2001, p. 11) define residência secundária como:

[...] casa de temporada, de praia, de campo, chalé, cabana, rancho, sítio ou chácara de lazer são alguns dos termos comumente aplicados às propriedades particulares utilizadas temporariamente, nos períodos de tempo livre, por pessoas que têm sua residência permanente em outro lugar.

⁹ Conforme explicitado por Mirian Rejowski, na disciplina “Ensino e Pesquisa em Turismo e Hospitalidade” do Mestrado em Hospitalidade, no primeiro semestre de 2009.

As residências secundárias representam a posse sobre a terra e a apropriação da paisagem e dos recursos nas proximidades, de tal forma que chegam inclusive a impedir o acesso a alguns trechos das margens de rios. Tulik (2001) aponta que no estado de São Paulo, a aquisição de uma casa em regiões de represas valorizou-se de maneira espetacular, o que explica a grande concentração de loteamentos às margens do rio.

Tendo em vista o exposto neste item, considera-se como componentes turísticos a infra-estrutura de apoio, os serviços e as instalações turísticas, e os atrativos turísticos passíveis de serem identificados em áreas de represa, incluindo o uso e ocupação do rio e de suas margens, com base, portanto na classificação do MTur (2003). Trocou-se o termo equipamentos por *instalações turísticas*, classificando-o juntamente com os *serviços turísticos*, uma vez que por vezes ambos aparecem conjuntamente (por exemplo, serviços e instalações de alojamento ou alimentação). Conservou-se o termo *atrativo turístico* ao invés de patrimônio turístico, tendo em vista que este pode ser entendido como “a universalidade dos bens, materiais e imateriais, que possua um território com aptidão turística, seja por herança ou por incorporação” e o atrativo turístico “refere-se àquilo que atrai pessoas que podem usufruí-lo, ou seja, algo que apresenta, além de poder de atração, condições de uso turístico” (NAKAGAWA, 1994, p. 25).

Por fim, não se inclui como componente da oferta turística as atividades esportivas e de lazer por fazerem parte do comportamento de turistas e visitantes, embora ocorram em instalações e atrativos turísticos, como por exemplo, um jogo de futebol nas areias da praia, um banho de rio ou simplesmente a observação da paisagem.

2.2.2 Aplicações do geoprocessamento

Com intuito inicial de facilitar os cálculos geodésicos, a informática começou a ser aplicada às técnicas cartográficas no final dos anos de 1950. Em decorrência, os chamados Sistemas de Informações Geográficas (SIG) surgiram na década seguinte, inicialmente no Canadá, como parte de um programa governamental direcionado ao desenvolvimento de inventário de recursos naturais (CASTILHO, 2000 *apud* NOGUEIRA JÚNIOR, 2003).

No decorrer dos anos de 1980, com a grande popularização e barateamento das estações de trabalho gráficas, além do surgimento e evolução dos computadores e sistemas gerenciadores de bancos de dados, ocorreu a difusão do uso desses sistemas. Nas organizações, observa-se um grande crescimento do ritmo de emprego do SIG, sempre impulsionado pelos custos decrescentes do *hardware* e do *software*, e também pelo surgimento de alternativas mais baratas para a construção de bases de dados geográficas (CÂMARA, et al., 1996, *apud* NOGUEIRA JÚNIOR, 2003).

O processo cartográfico incorporado ao computador vem possibilitando um número crescente de produtores de dados espaciais, acompanhado pelo aumento de seus usuários. Com as mudanças tecnológicas, a cartografia passa por processos de mudança do seu produto final, como mapas em novos formatos em arquivos digitais com dados que representam feições da superfície da Terra (GUPTILL; MORRISON, 1997 *apud* NOGUEIRA JÚNIOR, 2003).

Os SIGs são instrumentos que, de acordo com Medeiros (1998), permitem amplas análises ao “integrar dados de diversas fontes e ao criar banco de dados georreferenciados”. Fazem parte do geoprocessamento que “denota uma disciplina do conhecimento que utiliza técnicas matemáticas e computacionais para o tratamento de informações geográficas” (MEDEIROS, 1998, p. 35). O geoprocessamento é uma tecnologia interdisciplinar, que permite a convergência de diferentes disciplinas científicas para o estudo de fenômenos ambientais e urbanos (CÂMARA; MONTEIRO, 2005 *apud* MIÃO, 2008), tais como o turismo. Neste campo, a utilização do GPS permite o georreferenciamento dos fenômenos de interesse e dos pontos turísticos de cada região (ROCHA, 2003 *apud* OLIVETTE, 2007).

Normalmente utiliza-se o GPS aliado ao SIG, que, segundo Mônico (2000) é um sistema de radionavegação desenvolvido pelo departamento de Defesa dos Estados Unidos da América, criado com a junção de dois programas com intuito de desenvolver um sistema de navegação de abrangência global.

[...] o sistema GPS é constituído por três segmentos: espacial, controle e usuário, ao passo que o segmento espacial é constituído por 24 satélites em órbita a 20.200 km de altitude.

Cada satélite move-se, acima da superfície da Terra, numa velocidade de 2.000 mph, completando uma órbita a cada 12 horas. As órbitas são arranjadas para que cada satélite repita a mesma trajetória uma vez a cada 24 horas. Assim, em qualquer ponto da Terra, num dado momento, é possível obter informações de no mínimo quatro satélites. Dessa forma, utilizando-se os receptores de GPS, é possível localizar qualquer ponto por meio de suas coordenadas, isto é, latitude e longitude (Coordenadas Geográficas) ou (UTM - Universal Transversa de Mercator), ou ainda outro sistema coordenadas qualquer (MONICO, 2000, p.23).

Para Bissoli (2002), as ferramentas computacionais para geoprocessamento permitem realizar análises complexas, ao integrar dados de diversas fontes e ao criar bancos de dados georreferenciados. Tornam ainda possível automatizar a produção de documentos cartográficos. A autora diz que ao se trabalhar com planejamento turístico não se deve negligenciar a necessidade de mudanças estruturais e qualitativas, nem a avaliação de uma nova organização espacial das atividades. Afirma ainda que no planejamento e desenvolvimento do turismo, o uso da informática garante melhor controle sobre os projetos, facilita o planejamento eficiente dos serviços e permite maior controle da administração de projetos e a aplicação criteriosa de recursos, com o uso de apoio gráfico, cálculos e relatórios.

O turismo e a cartografia têm em comum o espaço geográfico como objeto de estudo, o qual, simplificada, abrange elementos e aspectos existentes nas paisagens “naturais” e “artificiais”. Com o objetivo de auxiliar na compreensão deste espaço, a cartografia tem como uma de suas funções a representação por meio da construção de mapas (MAILLARD, 2000 *apud* AMARAL; SILVA, 2008).

Na relação entre Cartografia e Turismo podem ser destacadas duas cartografias, a de precisão e a cartografia de comunicação, que incidem diretamente no planejamento e na prática do turismo. Ramos (2005) considera que a cartografia de precisão é mais utilizada nos estudos de planejamento, para se entender o comportamento dos elementos representados espacialmente, de maneira que o gestor possa identificá-los e analisar seu comportamento; daí entende-se os fatores que influenciam a distribuição dos elementos representados no espaço, conseguindo assim potencializar a prática

do turismo. Já cartografia de comunicação é utilizada para orientar leigos em conceitos cartográficos, em visita a um sítio turístico, e tem como função a construção de mapas, os topográficos (ou, de base) e os temáticos (AMARAL; SILVA, 2008).

Alguns estudos sobre o uso do geoprocessamento esclarecem a importância desse instrumento para os estudos turísticos. Há uma vasta literatura publicada no exterior sobre o SIG em Turismo, abordando aplicações gerais desse sistema em turismo, como o de Turk e Gumusay (2004), e no planejamento e desenvolvimento de destinos turísticos, como o de Chen (2006) na China o de Raghuvanshi, Belwal e Solomon (2006) na Etiópia.

No Brasil, os estudos não são tão abundantes, mas selecionou-se um grupo de quatro estudos que merecem destaque, pois fundamentam a presente pesquisa. O primeiro, embora não se refira a áreas de represa, aborda o uso do SIG no planejamento participativo do Núcleo Santa Virgínia do Parque Estadual da Serra do Mar, em suas aplicações em três cenários: pré-plano, durante o plano e pós-plano (BACK, 2009). Trata-se de um texto fundamental para compreender como se utiliza o SIG como um instrumento principalmente no contexto do mapeamento turístico de uma área, e, em particular, dos componentes da oferta turística.

O segundo trabalho faz parte do projeto Gestão Sustentável das Lagoas Costeiras do Litoral Médio e Sul do Rio Grande do Sul do Programa Petrobrás Ambiental, e foi desenvolvido por uma equipe de pesquisadores da Universidade de Caxias do Sul em parceria com a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Pelotas (Embrapa). Especificamente no contexto do turismo, foi realizado o levantamento das potencialidades turísticas da região de estudo, sendo armazenados os dados em um SIG. (RUDZEWICZ, et al., 2009). Os mapas temáticos do turismo gerados por esse sistema classificam (atrativos naturais ou culturais) e a caracterizam os atrativos turísticos mediante representação por pictogramas. Esses mapas mostram a quantidade e a distribuição espacial das potencialidades turísticas, confirmando que o geoprocessamento oferece subsídios tecnológicos que configuram um importante instrumento a ser utilizado no planejamento e manejo dos destinos turísticos.

Citam-se também outros dois estudos que utilizaram a ferramenta SIG na mesma área de represa em momentos distintos. No primeiro, Lino e Decanini (2002) apresentam um projeto de produção cartográfica de um atlas eletrônico na *internet*, para disponibilizar informações turísticas de lazer para as represas do Estado de São Paulo, tendo como estudo de caso o Balneário da Represa Laranja Doce do Município de Martinópolis (SP). No segundo, Leal e Pereira (2009) elaboram uma proposta de planejamento ambiental da bacia hidrográfica dessa represa mediante o mapeamento temático do seu estado ambiental (ou situação), como o uso e ocupação do solo, vegetação existente, impactos ambientais identificados, entre outros. Os autores verificam a degradação da cabeceira da represa, em razão do processo de ocupação irregular, agravado pela disposição inadequada do lixo, lançamento de esgoto clandestino, formação de ravinas e assoreamento do leito. Esses problemas além de afetar a qualidade da água, contribuem para a má qualidade de vida da população e visitantes do local.

Percebe-se assim que os estudos do turismo em áreas de represa no Brasil que se utilizam do SIG não são abundantes. Preferencialmente abordam o uso e ocupação do espaço, com destaque para as residências secundárias, e os impactos delas decorrentes, o que sugere, mais uma vez, a falta de planejamento para nortear as ações públicas e privadas em prol da gestão responsável do turismo e do lazer nessas áreas.

3 TURISMO NA ÁREA DA REPRESA DE IBITINGA EM AREALVA (SP)

Este capítulo, em seu início, contextualiza a região administrativa de Bauru e o município de Arealva, onde se localiza a área foco da pesquisa. Em seguida, descreve os componentes identificados na pesquisa de campo e o mapeamento dos mesmos, para finalizar com a trajetória evolutiva do turismo no município, no período de 1960 a 2009

3.1 Região Administrativa de Bauru¹⁰

O município de Arealva faz parte da região administrativa de Bauru, localizada no centro-oeste do Estado de São Paulo e composta por 39 municípios¹¹ (figura 4). Ocupa uma área de 16.105 km² e se caracteriza como uma das regiões de menor extensão territorial do Oeste Paulista.

Desde a década de 1960, a população rural vem decrescendo nessa região. Entre 2000 e 2008, a taxa de crescimento anual da população foi de 1,43%, superior à do Estado (de 1,34%). Em 2008, a população regional era de 1.070.555 habitantes, ou 2,6% do total do Estado, sendo que só o município de Bauru representava 33,4% da população dessa região. A densidade demográfica da região, nesse mesmo ano, era de 66,1 habitantes por km², portanto bem abaixo da densidade estadual, de 165,8 habitantes por km².

A localização privilegiada tem sido um dos principais fatores do desenvolvimento sólido da Região Administrativa de Bauru. Ponto de partida da famosa Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, somou à vocação ferroviária o complemento de importantes rodovias estaduais e da Hidrovia Tietê–Paraná,

¹⁰ Os dados da Região Administrativa de Bauru foram obtidos do perfil regional desenvolvido pela Secretaria de Economia e Planejamento com a colaboração do Governo do Estado de São Paulo e a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), 2009.

¹¹ Os municípios que compõem a Região Administrativa de Bauru são: Agudos, Arealva, Avaí, Balbinos, Bariri, Barra Bonita, Bauru, Bocaina, Boracéia Borebi, Cabralia Paulista, Cafelândia, Dois Córregos, Duartina, Getulina, Guaimbê, Guaiçara, Guarantã, Iacanga, Igarapu do Tietê, Itaju, Itapuá, Jaú Lençóis Paulista, Lins, Lucianópolis, Macatuba, Mineiros do Tietê, Paulistânia, Pederneiras, Pirajuí, Piratininga, Pongai, Presidente Alves, Promissão, Reginópolis, Sabino, Ubirajara e Uru.

usufruindo todas as vantagens que essa situação propicia: facilidade de escoamento de safras, movimento industrial e comercial e um conseqüente fortalecimento do setor de serviços.

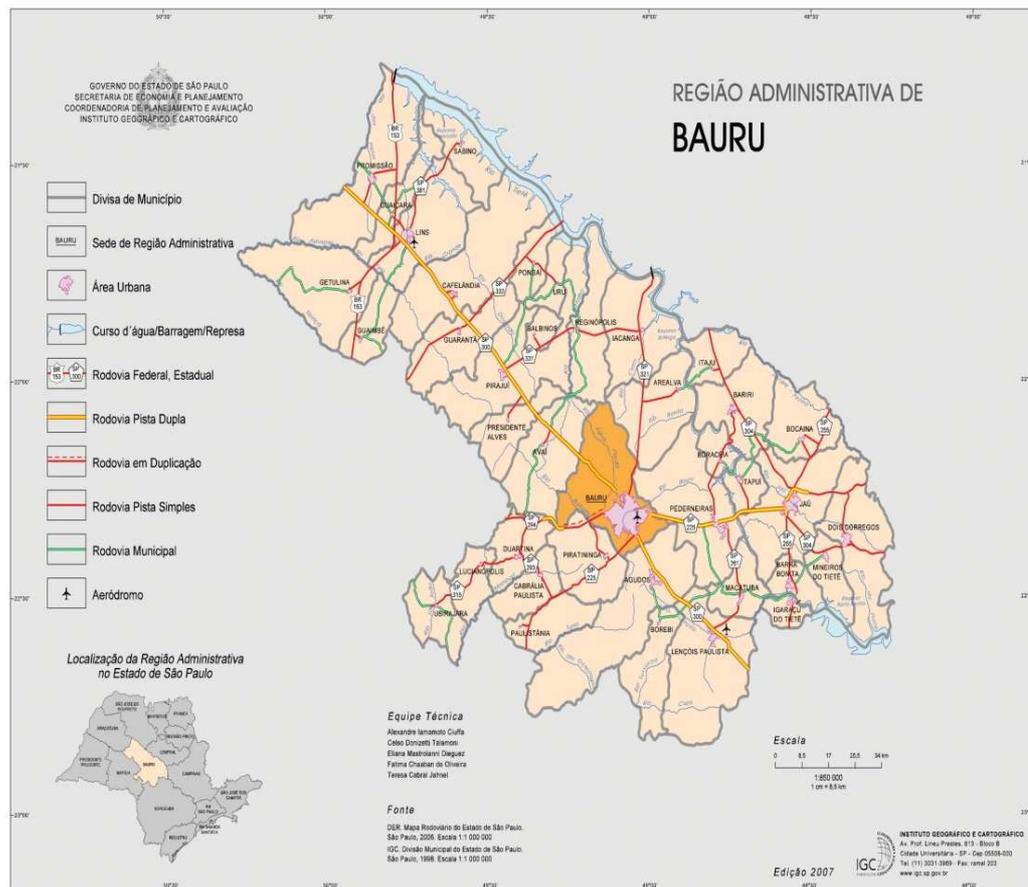


Figura 4: Mapa da Região Administrativa de Bauru

Fonte: São Paulo (2007).

Possui uma Estação Aduaneira do Interior – EADI, localizada em Bauru, que agiliza o controle alfandegário do comércio exterior com a Bolívia e que contabiliza relevante porcentual da movimentação de cargas do ramal ferroviário da Noroeste, como resultado de negócios com aquele país. Também se encontra na rota do Gasoduto Bolívia-Brasil, o que potencializa a oferta de energia para seus municípios e, por conseqüência, o desenvolvimento de sua economia.

A economia da região está fortemente baseada na agroindústria. A indústria regional, desde sua origem, caracteriza-se pela presença dos ramos tradicionais – têxtil, mobiliário, bebidas e alimentos –, pouco intensivos em

capital. Somente a criação do Proálcool¹², na década de 1970, incrementou a produção de máquinas, equipamentos e acessórios, devido à intensificação da atividade canavieira na região. A RA de Bauru, em relação às demais regiões do Estado, está numa posição intermediária nos indicadores que compõem o IPRS (Índice Paulista de Responsabilidade Social)¹³.

Segundo o IPRS de 2006¹⁴ a região ocupa a nona posição em riqueza, a décima em longevidade e a sétima em escolaridade. Nas edições de 2002, 2004 e 2006 do IPRS, Arealva classificou-se no Grupo 3, que agrega os municípios com baixos níveis de riqueza, mas com bons indicadores de longevidade e escolaridade (SEADE, 2008).

Bauru tornou-se um importante centro comercial, e destaca-se também nas áreas de saúde e ensino. A existência do maior entroncamento rodo-hidro-ferroviário do interior da América Latina nessa região cria condições para um desenvolvimento econômico auto-sustentado, favorecendo não apenas a atividade industrial e agropecuária como também os empreendimentos turísticos, contribuindo para a diversificação da economia local.

Os municípios da RA de Bauru estão distribuídos por cinco Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHs): Tietê/Jacaré, Tietê/Batalha, Médio Paranapanema, Aguapeí e Baixo Tietê, com predominância dos dois primeiros (31 municípios da região estão sob sua influência). Misturam-se aí as bacias do Tietê e de alguns de seus afluentes com as de tributários do Paranapanema, como o Turvo e o Pardo. O município de Arealva enquadra-se na Bacia Hidrográfica Tietê/Jacaré que foi definida como a Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos 13 (UGRHI-13) pela Lei nº 9.034/94 (BRASIL, 1994). Essa unidade é definida pelas bacias dos rios

¹² O governo federal criou o Programa Nacional do Álcool (Proálcool), em 1975, com o intuito de substituir combustíveis derivados do petróleo, como a gasolina, por uma fonte alternativa e renovável (GUANDALIA; SILVA, 2006).

¹³ O Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS caracteriza os municípios paulistas no que se refere ao desenvolvimento humano, através de indicadores sensíveis a variações de curto prazo e capazes de incorporar informações relevantes referentes às diversas dimensões de renda, longevidade e escolaridade. Cada uma destas dimensões é expressa por meio de um indicador sintético que pode assumir valores entre 0 e 100. De acordo com os parâmetros do IPRS para 2006, o indicador de riqueza é Baixo até 45 e Alto com escore de 46 e mais; o de longevidade é Baixo até 70, Médio de 71 a 73 e Alto de 74 e mais; e o de escolaridade, Baixo até 64, Médio de 65 a 67 e Alto de 68 e mais. (SEADE, 2008)

¹⁴ Fundação Seade; Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. *Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS 2008*. São Paulo: 2008. Disponível em: <www.al.sp.gov.br/web/forum/iprs06/>. (Os dados desta publicação referem-se a 2006).

Jacaré-Guaçu e Jacaré-Pepira e seus tributários, além de porções de áreas drenadas diretamente para o Rio Tietê, no trecho situado entre a Usina Hidrelétrica de Ibitinga, a jusante, e a Usina de Barra Bonita a montante.

A coleta e o tratamento do esgoto gerado nos domicílios e nos estabelecimentos comerciais são importantes para que se mantenha a boa qualidade das águas dos corpos hídricos da Bacia. Segundo o Relatório de Qualidade Ambiental do Estado de São Paulo em 2007, preparado pela Secretaria do Meio Ambiente com informações referentes a 2006, quase a metade dos municípios dá boa destinação aos resíduos sólidos domésticos. No caso da carga orgânica doméstica, 18 municípios não a tratavam, incluindo Bauru, e outros 18 obtiveram índices de 100% tanto em coleta quanto em tratamento. Em 2007, Arealva coletava e tratava 100% do seu esgoto, registrando uma população de 7.504 pessoas; e Bauru, com uma população de 347.601 pessoas, coletava 96% do esgoto o qual não era tratado na sua totalidade (SÃO PAULO, 2007).

Tabela 1: Vegetação natural remanescente – Arealva e Bauru, 2007

Município	Área (ha)	Vegetação natural remanescente	(%)
Arealva	47.900	3.103	6,5
Bauru	67.400	5.959	8,8

Fonte: São Paulo (2007).

Os municípios da área possuem nove unidades de preservação, três das quais se estendem a outras regiões. A conservação ambiental requer o incremento da cobertura vegetal da região, para evitar erosão e assoreamento dos rios, e a preservação das águas superficiais. As terras da RA de Bauru apresentam grau de erosão entre médio e alto, sendo que os municípios de Arealva e Bauru registram porcentagens abaixo de 10% de vegetal natural remanescente, conforme demonstram os dados da tabela 1.

3.2 Município de Arealva

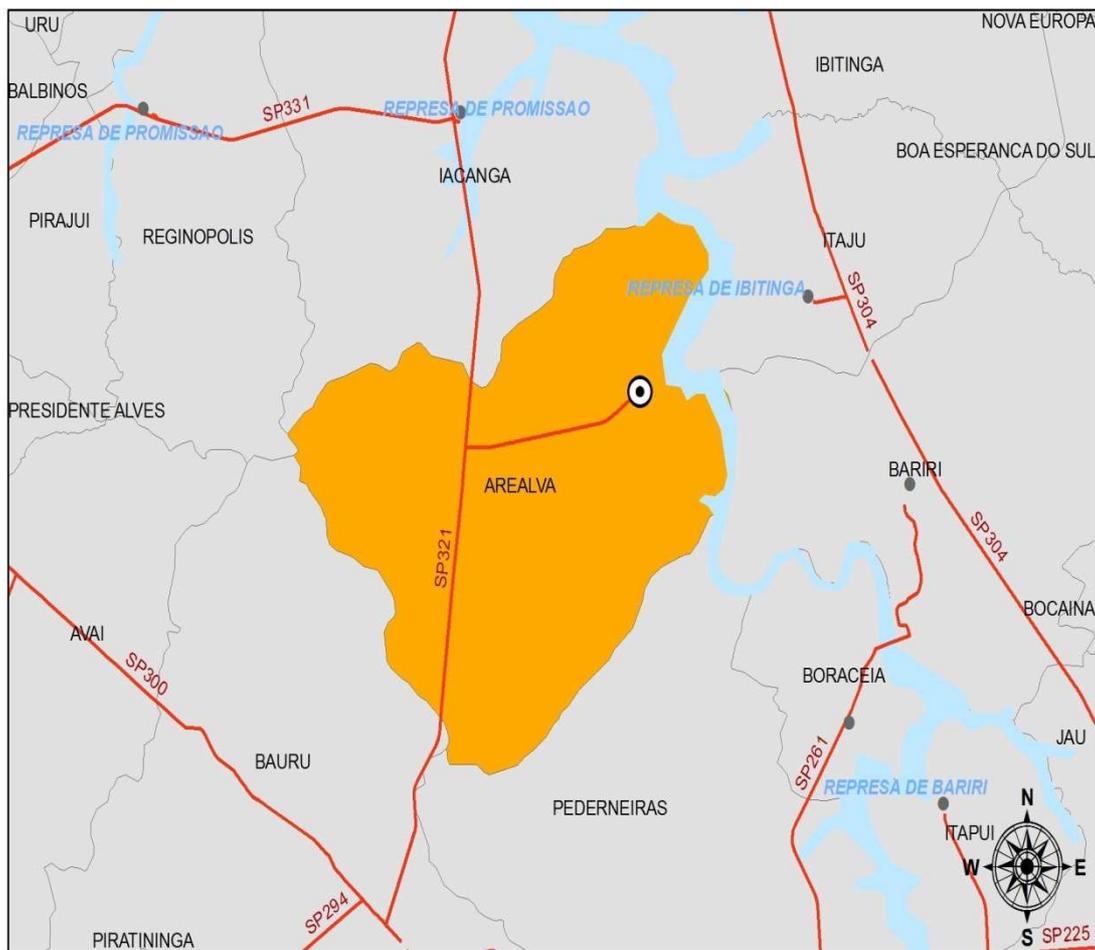
3.2.1 Aspectos gerais

O município de Arealva está localizado na região central do Estado de São Paulo, em uma latitude S de 22°01' e longitude O de 48°54', a 370 km da capital e às margens do rio Tietê (figura 5).



Figura 5: Mapa de localização do município de Arealva

Fonte: Elaboração de Gilberto Back, 2009.



Arealva - Vias de Acesso

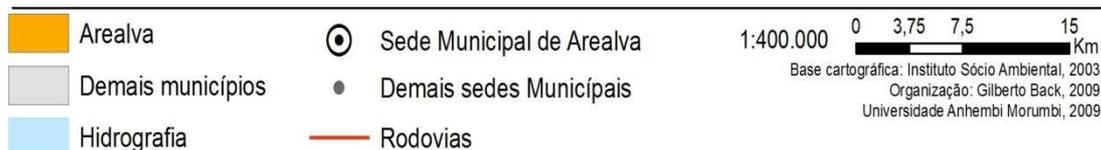


Figura 6: Vias de acesso ao município de Arealva

Fonte: Elaboração de Gilberto Back, 2009.

O acesso rodoviário ao município é feito pela Rodovia SP-321, que interliga a Rodovia Marechal Rondon (SP-300) e a Rodovia Castelo Branco (SP-280), conforme mostra a figura 6. Sua área é de 506 km², fazendo limite com os municípios de Itaju, Bariri, Pederneiras, Bauru, Boracéia, Iacanga e Reginópolis. As principais atividades econômicas do município são a agricultura, com destaque para a produção de milho, arroz, mamona, cana-de-açúcar, café, laranja, alho, feijão, soja, grãos e hortifrutigranjeiros em geral e a pecuária (corte e leite). Segundo dados do último censo demográfico (ano 2007) realizado pelo IBGE, o município possui 7.504 habitantes (PREFEITURA

MUNICIPAL DE AREALVA, 2009), sendo 5.245 habitantes urbanos e 1.999 habitantes rurais.

O município se destaca quanto às boas condições de saneamento. Há água tratada para 96% de sua população. A empresa responsável pela coleta, tratamento e distribuição da água é a Sabesp, que possui três pontos de captação (poços) e ETAs (Estações de Tratamento de Água), localizadas na sede do município, no distrito de Jacuba e no bairro de Marilândia. (PREFEITURA MUNICIPAL DE AREALVA, 2009).

Coleta-se 99% de todo o esgoto produzido e, desse total, 100% é tratado nas estações de tratamento, compondo em 100% o indicador de tratabilidade de esgoto da população. Em alguns bairros da área rural, não há coleta de esgoto, mas as residências em sua maioria possuem fossas para a destinação dos dejetos humanos (PREFEITURA MUNICIPAL DE AREALVA, 2009).

Em relação ao lixo, coleta-se 100% do seu lixo domiciliar urbano, lixo hospitalar, resíduos vegetais (proveniente da poda realizada na arborização urbana e oriunda do processo de limpeza das vias e logradouros públicos) e entulhos. Toda coleta é efetuada pela administração municipal que dispõe para isso somente de dois caminhões coletores. Todo o lixo domiciliar urbano após coletado é destinado para uma Usina de Reciclagem de Lixo (Licenciada pela Cetesb), onde funcionários públicos municipais efetuam a separação do lixo reciclável e lixo orgânico. O lixo orgânico é destinado para o aterro em valas e o lixo reciclável é separado, prensado e comercializado com empresas especializadas. O lixo hospitalar é armazenado em um local específico (PREFEITURA MUNICIPAL DE AREALVA, 2009).

3.2.2 Aspectos históricos

O surgimento do município de Arealva data provavelmente de 1867, quando ainda se chamava Povoado de Soturna, cujo nome está relacionado à sua proximidade do trecho do rio Tietê onde havia uma ilha de igual denominação. Nessa época o povoado pertencia ao município de Pederneiras, comarca de Jaú (CÂMARA MUNICIPAL DE AREALVA, 1999).

Em 1870, a família Prestes (Manuel e João Cândido), realizou uma doação de 10 alqueires de terras para o bispado de Botucatu, sob a invocação de Santa Catarina em 20 de dezembro de 1911. Nessa data, foi criado o Distrito de Paz de Soturna (CÂMARA MUNICIPAL DE AREALVA, 1999).

Em 24 de dezembro de 1924 o distrito de Soturna passou a pertencer ao município de Iacanga quando ocorreu sua municipalização. Em 1927 o distrito de Soturna e o município de Iacanga passaram a pertencer à comarca de Pederneiras (CÂMARA MUNICIPAL DE AREALVA, 1999).

Em 24 de dezembro de 1948 foi assinada a Lei nº 233, que elevou o distrito de Soturna à categoria de município com o nome de Arealva, incluindo também o distrito de Jacuba para o domínio do município. Esse nome originou-se da existência de “areia alva” (areia branca) nas praias da ilha de Soturna. Em 1 de abril de 1949 tomou posse o primeiro prefeito do município, dia instituído como aniversário do município (CÂMARA MUNICIPAL DE AREALVA, 1999).

Segundo o relato de Oliveiro Leutewiler Filho, mais conhecido como Verico, o seu pai, Oliveiro Leutewiler (já falecido), chegou ao município em 1944 e foi o grande responsável pela independência política e pelos primeiros passos para o progresso de Arealva. Cita que muitas obras do município foram construídas com a ajuda dos moradores locais, que faziam doações de terras como é o caso da estrada que liga Arealva ao trevo de Jacuba, cuja área foi doada pelos proprietários rurais. Essa estrada foi construída no início da década de 1950, inicialmente de terra e posteriormente asfaltada; sua atual denominação é Rodovia Agostinho Pereira de Oliveira, e oferece acesso para a rodovia Bauru-Iacanga (SP-321) que liga Arealva a Bauru. Assim, o centro de compras e serviços que era em Bariri, por ser de mais fácil acesso através da balsa, passou para Bauru, município maior e mais desenvolvido.

Nessa mesma década construiu-se o Jardim Central e o grupo escolar. Segundo Verico, o povo lutou muito para construir a escola, principalmente para conseguir o terreno por causa da localização. Mas houve a doação de 5 alqueires por João Pereira de Souza Leão, local onde hoje, se encontram a escola estadual “Sebastião Inoc Assumpção”, a municipal que leva o nome do doador das terras e a garagem da prefeitura (antigo Grupo Escolar).

Assim, muitas obras de grande importância para o progresso do município foram realizadas em mutirões, momentos em que a população se juntava para a concretização daquilo que acreditavam ser necessário para o desenvolvimento da cidade. “*Antes não havia divisões políticas e tudo era construído em mutirões como a Santa Casa, Vila Vicentina e o Arealva Tênis Clube, onde hoje funciona o Clube da Terceira Idade*”, explica Verico. Da mesma forma foi construída a Igreja Matriz em terras doadas em 1870 pela Família Prestes, conforme depoimento de Warner Ferreira Prestes Carraro.

3.2.3 Aspectos físicos

Em 1950, logo após sua transformação em município, Arealva contava com uma população de 8.201 habitantes. A partir de então teve início um processo de decréscimo populacional com a evasão para outros municípios, principalmente para o centro regional de Bauru, onde se configuram maiores oportunidades de emprego. Tal processo somente se inverte, com tendências timidamente positivas na década de 1970, quando se verifica um incremento populacional de 0,40%, e que continua nas décadas seguintes (tabela 2). Dentre as causas mais evidentes para o processo de urbanização destacam-se a falta de apoio ao agricultor, as condições de preço da produção rural no mercado e as novas oportunidades de emprego na cidade (SÃO PAULO, 1983).

Tabela 2: Distribuição da população urbana e rural no período de 1950 a 2007

Ano	População urbana	População rural	Total
1950	1.434	6.767	8.201
1960	2.164	5.517	7.681
1970	2.658	3.861	6.519
1980	3.261	3.523	6.784
1991	4.203	2.689	6.892
2000	5.247	1.999	7.244
2007	5.330	2.174	7.504

Fonte: IBGE/Fundação SEADE, 2009.

Os tipos de solos característicos do município de Arealva são o Latosolo Roxo, Podzolizado Vas Lins e Latosolo Vermelho Amarelo. Em geral estes tipos de solos são benéficos para o cultivo de grãos como o arroz, milho e também a cana-de-açúcar, onde muitos proprietários de terras sobrevivem deste tipo de agricultura (PREFEITURA MUNICIPAL DE AREALVA, 2009).

O clima no município é classificado como *Thornthwaite*, de clima sub-úmido (C), Mesotérmico (B') com pouca umidade no inverno (w) e com média anual da temperatura concentrada em mais de seis meses do ano (c) e fórmula climática CB'cw. A temperatura média anual é de 26°C, o que caracteriza o inverno não é a baixa temperatura, mas sim a ausência de chuva e como consequência baixa umidade relativa do ar. O teor na umidade relativa média do ar no verão é de 75%, de 65% no outono, de 55% no inverno e de 60% na primavera. A precipitação acumulada no ano é menor de 500 mm, sendo que a média acumulada no verão é de 250 mm, no inverno é de 50 mm e no outono e primavera é de 150 mm (PREFEITURA MUNICIPAL DE AREALVA, 2009).

A topografia do município é homogênea, quase plana, estando a sede a 520 m de altitude. Não há declividades excessivas ou zonas inundáveis. Este tipo de topografia é favorável ao plantio e criação de animais, pois não há riscos de inundações (PREFEITURA MUNICIPAL DE AREALVA, 2009).

O município de Arealva é cortado pelo rio Tietê e faz parte da represa de Ibitinga, cuja área total do reservatório é de 114 km² (AES TIETÊ, 2009). A área do município é subdividida em 12 microbacias hidrográficas, cujos nomes e respectivas áreas são apresentados na tabela 4 (CASA DA AGRICULTURA DE AREALVA, 2009).

Há a presença de mata atlântica e mata ciliar no entorno do rio Tietê, e nas áreas restantes predomina a vegetação tipo cerrado (vegetação de campos, com árvores isoladas, de troncos retorcidos e folhas encerradas), conforme pode ser visto no Mapa Florestal do Município de Arealva que se encontra em anexo (anexo A). Imagens de satélite e pesquisas mostraram que o desmatamento da área remanescente de mata atlântica no município diminuiu desde 2007, mas o município já teve 50.146 ha de mata e hoje restam apenas 3.673 ha. Em uma dessas áreas encontram-se macacos bugios, uma espécie que está em extinção (SÃO PAULO, 2009b).

Tabela 3: Microbacias hidrográficas do município de Arealva

Nome	Área (ha)
Microbacia Córrego Soturninha	3.360
Microbacia Córrego Jacuba	4.130
Microbacia Rio Claro	5.410
Microbacia Ribeirão da Água do Meio	1.190
Microbacia Córrego São Vicente	2.837
Microbacia Córrego São Sebastião	3.960
Microbacia Ribeirão da Pirapitinga	4.137
Microbacia Ribeirão do Veado	4.633
Microbacia Córrego da Estiva	2.586
Microbacia Ribeirão Bonito	5.776
Microbacia Córrego da Água Grande	6.360
Microbacia Córrego do Taquaruçu	5.406

Fonte: Casa da Agricultura de Arealva, 2009.

As áreas ciliares totalizam em torno de 2.000 ha, parte das quais ainda não é protegida e nem reflorestadas. Em decorrência disso, observa-se o aumento do processo de assoreamento dos mananciais em decorrência do carreamento de partículas de solo (processo erosivo) com conseqüente diminuição da disponibilidade hídrica (SÃO PAULO, 2009b).

Ressalta-se que a presença de matas ciliares nas áreas ribeirinhas constitui condição básica para garantir a manutenção da integridade dos processos hidrológicos e ecológicos. Assim, face à sua importância para a proteção dos recursos hídricos regionais, a recuperação das APP's degradadas (áreas ciliares) é extremamente necessária nas margens do reservatório (GIAMPIETRO, 2004 *apud* PEREIRA, 2006), e deveria ser motivo de maior atenção no caso de Arealva.

Em duas microbacias hidrográficas (Microbacia do Córrego de Soturninha e do Córrego de Jacuba) está em desenvolvimento o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, onde por meio da conscientização e envolvimento dos produtores rurais efetua-se o plantio de mudas de espécies

florestais nativas em área de preservação permanente (APP) para a recuperação da mata ciliar (CASA DA AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE AREALVA, 2009). Neste caso, essas áreas (APP) referem-se às:

[...] vegetações naturais situadas ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água desde o seu nível mais alto em faixa marginal cuja largura mínima é de 30 metros para cursos de água de qualquer largura, sendo lagos, lagoas ou reservatórios naturais ou artificiais e de 50 metros para as nascentes (PREFEITURA MUNICIPAL DE AREALVA, 2009).

O município de Arealva dispõe de viveiro próprio, que produz anualmente cerca de 5.000 árvores para plantios em APP e área urbana. Até 2009 foram plantadas 20.000 mudas, possibilitando a recomposição de 12 ha de áreas ciliares (CASA DA AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE AREALVA, 2009).

Dentre as ações que estão sendo tomadas para a recuperação dessas áreas, cita-se a Lei Municipal nº 1.585, de 7 de julho de 2009 (anexo C) que estabelece normas protetoras dos córregos situados nos trechos urbanos. Esta lei, amparada no Código Florestal nº 4.771/65, disciplina a supressão e utilização das áreas marginais dos córregos urbanos; prevê que para novas áreas de loteamento e novos parcelamentos de solos só serão liberados o “Habite-se”¹⁵ após a comprovação do cumprimento da mesma e com a aprovação do conselho de defesa do meio ambiente. Os loteamentos irregulares anteriores a essa lei serão analisados caso a caso, devido às suas peculiaridades individuais e para cada um deles será elaborado um termo compensatório, como a reposição florestal (PREFEITURA MUNICIPAL DE AREALVA, 2009).

Também se registram preocupações com o meio ambiente no município, assim como em outras localidades do mundo. Em junho de 2009 o prefeito atual, Elson Banuth Barreto, assinou o termo de adesão à lei internacional “Pacto das Águas”, um documento de compromisso para estimular as lideranças dos municípios e órgãos regionais de gestão dos

¹⁵ “Habite-se” é um documento que atesta que o imóvel foi construído seguindo-se as exigências (legislação local) estabelecidas pela prefeitura para a aprovação de projetos. (Disponível em: <http://www.escolher-e-construir.eng.br>)

recursos hídricos frente às mudanças globais, ou seja, proteção às águas¹⁶. Segundo relato do prefeito para o Jornal de Arealva, tal preocupação é assim justificada:

[...] temos que ter em mente que, se não fizermos nada em relação à qualidade e quantidade da água do planeta, partindo do local onde moramos, não garantiremos o acesso à água de qualidade e ao saneamento as nossas futuras gerações, deixando-as numa difícil situação. Ao longo de nossa administração iremos realizar importantes trabalhos de conscientização e cuidados com a água (SATO, 2009).

3.3 Mapeamento dos componentes turísticos

3.3.1 Identificação dos componentes

Os componentes da oferta turística presentes às margens da represa no município de Arealva foram identificados nas pesquisas de campo e cada componente foi marcado com o auxílio de um GPS – Global Position System (Sistema de Posicionamento Global) da marca Garmin modelo e-trex. Para a marcação de cada ponto, adotou-se a medida de imprecisão inferior a 20 m, a mesma utilizada no Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Mar¹⁷.

Após a marcação do ponto, foi elaborada uma tabela para catalogar cada componente turístico (apêndice A), contendo as seguintes informações: número do ponto, nome, tipo de componente, endereço, bairro, ano de criação e margem de erro. Essa tabela, as imagens do Google Earth¹⁸ e as informações coletadas em campo foram ferramentas básicas para a construção dos mapas temáticos em ambiente SIG – Sistema de Informação Geográfica, cujo *software* utilizado foi o Arc GIS, fabricado pela empresa norte-americana ESRI.

A localização dos componentes identificados aparece na figura 7, na qual se percebe uma maior concentração de componentes próximos à região

¹⁶ O estado de São Paulo foi o primeiro a aderir a esse documento que foi criado em março de 2009, durante o 5º Fórum Mundial da Água, na cidade de Istambul, na Turquia (SATO, 2009).

¹⁷ Esse plano foi elaborado pela Consultoria Independente do Projeto de Preservação da Mata Atlântica (PPMA) e pelo Instituto Ekos Brasil em 2006.

² Segundo o site wikipédia, disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Google_Earth acessado em 18/01/2010, o Google Earth é um programa desenvolvido e distribuído pela Google cuja função é apresentar um modelo tridimensional do globo terrestre, construído a partir de imagens de satélite obtidas em fontes diversas.

central e pontos isolados nos dois extremos da área do município. A figura 8 apresenta a distribuição dos diferentes componentes localizados na região da Praia Municipal, assim denominados: balsa, rodovia Vicinal Rodrigo Candioto Pereira (Yuri), ciclovia, Pousada da Praia, Camping da Praia, loteamentos e condomínios (ranchos), bar da balsa, barraca Pôr do Sol, barraca Lanchonete da Praia, Ilha da Praia, Praia Municipal de Arealva, instalações sanitárias na praia, área de embarque e desembarque de equipamentos náuticos, área de pesca, píer, loja Artesanato do Campo, piscicultura Acqua Santa Clara e CEIB (Centro de Estudos Integrados da Biomecânica), além de dois dos sete loteamentos existentes na área.

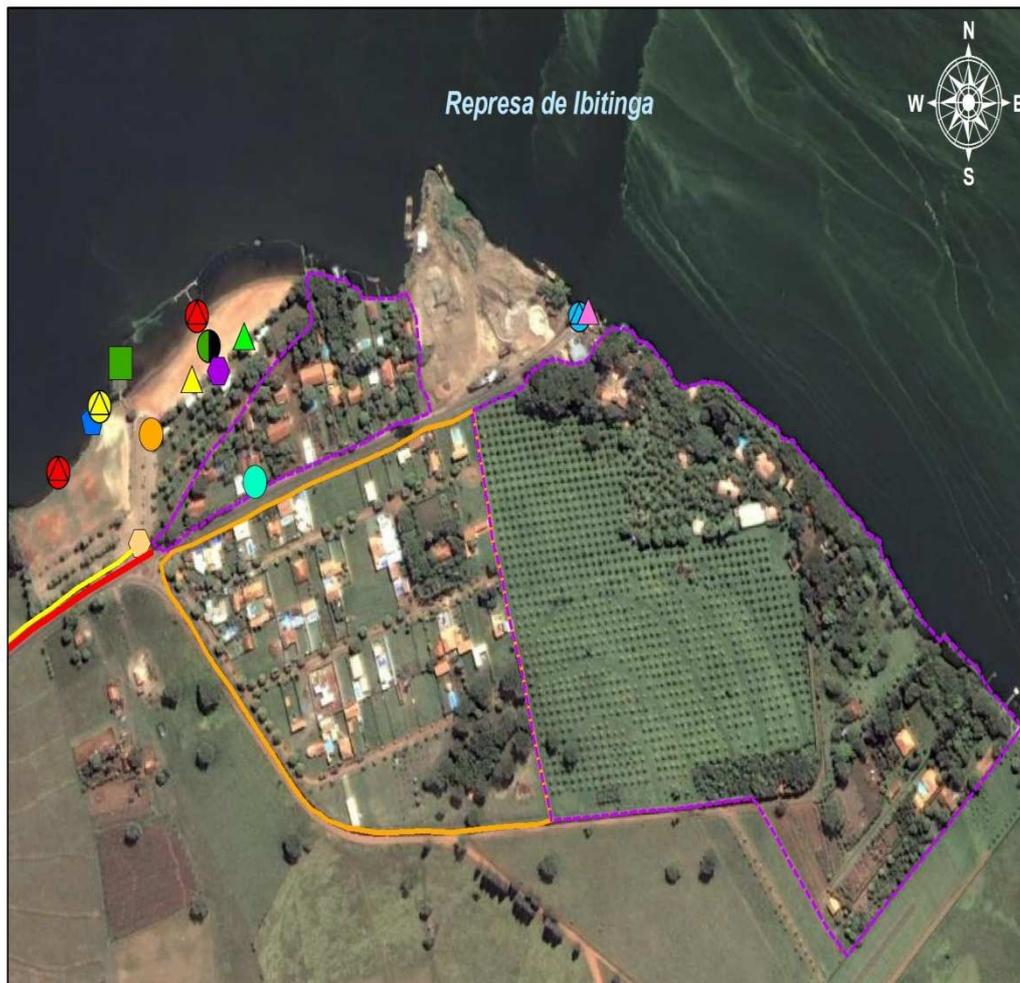


Arealva - Visão Geral dos Pontos Coletados - Divisão por Bairros



Figura 7: Mapa com a visão geral dos pontos coletados – divisão por bairros

Fonte: Elaboração de Gilberto Back, 2009.



Arealva - Região da Praia Municipal



Figura 8 – Mapa região da Praia Municipal de Arealva

Fonte: Elaboração de Gilberto Back, 2009.

A seguir descrevem-se os componentes identificados, subdivididos em grupos mediante adaptação da classificação do inventário da oferta turística do

Ministério do Turismo (2003) e consulta a tesouros especializados em turismo (OMT, 2001; MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2003).

3.3.2 Infra-estrutura de apoio ao turismo

Neste grupo destacam-se os acessos à área estudada: fluvial, envolvendo o rio como via e a balsa; e como vias terrestres, a rodovia e a ciclovia. Outras embarcações que circulam no rio utilizam *píers* construídos nas próprias propriedades ou área de atracação na Praia Municipal.

A descrição geral do rio Tietê encontra-se no item 1.3.1 (Hidrovia Tietê-Paraná) e no item 3.4 (Evolução do turismo no município de Arealva) as características específicas do trecho que corta o município. A seguir descrevem-se os demais componentes.

- **Rodovia Vicinal Rodrigo Candioto Pereira (Yuri):** é o principal meio de acesso que margeia o rio Tietê, indo desde a rotatória no final da Av. Prefeito Adelino Mendonça até a balsa. É uma estrada pavimentada e nela se concentram alguns dos componentes, como é o caso do loteamento Jardim da Praia e o Condomínio Riviera do Tietê, assim como a balsa e a Praia Municipal. O nome atual da rodovia foi dado em 2002 pelo prefeito Paulo Padanos Pereira que prestou uma homenagem ao seu filho falecido em um acidente de bicicleta nessa rodovia em 1999, quando tinha apenas 9 anos, cujo apelido era Yuri. Não se obteve dados sobre a denominação anterior da mesma.
- **Ciclovía:** localizada paralelamente à Rodovia Vicinal Rodrigo Candioto Pereira (Yuri) e tem 1.538,25 m de extensão. Inicia-se na rotatória que dá acesso aos bairros de Marilândia, Ribeirão Bonito, entre outros e termina na praia. Foi inaugurada em 2000 para proporcionar um local seguro e adequado para a prática desse esporte e também de caminhadas.

- **Balsa:** A balsa é o meio de transporte fluvial regular que faz a travessia no rio Tietê entre os municípios de Arealva e Itajú, a partir da estação de embarque situada no Estaleiro de Construção Naval Arealva. É fiscalizada pela Capitania Fluvial do Tietê-Paraná¹⁹. Esse meio de transporte surgiu na década de 1930 (figura 9, e desde 1976 sua administração está a cargo do Estaleiro de Construção Naval Arealva Ltda. Funciona diariamente das 6h00 às 22h00, a cada 30 min. O valor cobrado para a travessia é de R\$ 3,00 para motos, R\$ 5,00 para carros e R\$ 7,00 para ônibus; para os pedestres seu uso é gratuito. Tem capacidade para transportar até 50 passageiros, e o número de veículos varia dependendo do tipo (figura 10).



Figura 9: Travessia do rio Tietê por balsa na década de 1950 – Arealva, 1951

Fonte: Centro Cultural Maestro Henrique Bolsoni, 2009.

¹⁹ Essa Capitania está sediada no final da Rodovia Vicinal Rodrigo Candioto Pereira s/n, a 500 m da Praia de Arealva.



Figura 10: Travessia atual do rio Tietê por balsa – Arealva, 2009

Fonte: Arquivo próprio, 2009.

Além da balsa, citam-se outras embarcações de proprietários particulares ou de empresas que circulam no rio esporadicamente, como, por exemplo, para transportar grupos que se destinam a eventos realizados no CEIB. Ocorre ainda a passagem de raros navios de cruzeiros fluviais, como, por exemplo o cruzeiro a bordo do barco-hotel Xumbury que tem saída do município de Barra Bonita e percorre mais de 300 km na hidrovia até chegar ao município de Ibitinga, esse cruzeiro tem duração de quatro dias.

3.3.3 Recursos turísticos e de lazer

Neste item apresenta-se a Praia Municipal de Arealva como o principal atrativo turístico e de lazer às margens do rio Tietê, sendo um recurso artificial que envolve além de áreas naturais, serviços e instalações de lazer, hospedagem, alimentação e apoio. A praia localiza-se em área urbana do município, a 1.700 m do centro. Seu funcionamento é regido pela Lei municipal nº 13, de 12 de agosto de 2003 que dispõe sobre seu regulamento interno, sendo proibida a entrada no estabelecimento de bebidas em garrafas de vidro, estender lonas nas áreas de lazer, acender churrasqueira, entrada de animais,

limpar peixes e jogar restos de alimentos na areia, grama ou água, entre outros (AREALVA, 2003).

A prefeitura não se responsabiliza por acidentes ocorridos no local e o horário para nadar é das 8:00 às 19:00 horas (anexo B). A figura 11 mostra uma vista geral da praia.

Não foram localizados dados sobre a demanda de visitantes desse atrativo, mas conforme informado pela prefeitura municipal, a maioria dos seus usuários são residentes de Arealva ou de Bauru, caracterizando um fluxo de visitantes local e regional. A época de maior fluxo de visitação ocorre nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro, especialmente nos finais de semana. De acordo com relato de um freqüentador da praia, os dias que ele viu um maior fluxo de visitantes, foram os dias em que o estacionamento estava sendo cobrado.



Figura 11: Praia Municipal de Arealva - 2004

Fonte: Arquivo próprio, 2004.

Os meios de acesso ao atrativo são o rodoviário (a pé, bicicleta ou veículos automotivos) e o hidroviário (balsa e embarcações); porém o primeiro é o mais utilizado. Não existe linha regular de transporte rodoviário que passe pelo atrativo, mas na alta temporada (meses de verão) o ônibus que opera a

linha Bauru-Arealva faz uma parada na praia, desembarcando e embarcando passageiros, conforme horários definidos pela empresa.

Para os que vêm com pequenas embarcações, como lanchas e barcos a vela, e em *jet ski* há uma área de atracação gratuita, conforme mostra a figura 12. Segundo o regulamento da praia, os equipamentos náuticos devem navegar numa distância mínima de 100 m das margens, fora do fluxo de banhistas (AREALVA, 2003).

Os visitantes que chegam à praia por via terrestre têm acesso à mesma por meio de um portal de entrada (figura 13), onde há uma guarita onde há cobrança de taxas de estacionamento conforme o tipo de veículo (tabela 4). Segundo informações da prefeitura municipal, o estacionamento só é cobrado no período de alta temporada e são isentos do pagamento os veículos com placa do município e para deficientes físicos que possuem o adesivo com a devida identificação.



Figura 12: Área de embarque e desembarque de equipamentos náuticos na Praia Municipal de Arealva - 2009

Fonte: Arquivo próprio, 2009.



Figura 13: Portal de entrada para a Praia Municipal de Arealva - 2009

Fonte: Arquivo próprio, 2009.

Por ocasião das visitas “in loco, verificou-se que não havia funcionário na guarita e a cobrança de estacionamento não está sendo feita. A figura 14 apresenta uma visão parcial da área de estacionamento não coberta que tem capacidade para cerca de 570 veículos.

Tabela 4: Taxas de estacionamento cobradas para estacionamento de veículos na Praia de Arealva – 2009

Tipo de veículo	Valor cobrado
Ônibus	R\$ 100,00
Microônibus	R\$ 70,00
Van (fretamento)	R\$ 50,00
Caminhão	R\$ 50,00
Automóveis	R\$ 10,00
Motos	R\$ 5,00

Fonte: Prefeitura Municipal de Arealva, 2009.



Figura 14: Estacionamento da Praia Municipal de Arealva - 2009

Fonte: Arquivo próprio, 2009.

Com relação às áreas e opções de atividades de lazer e recreação, tem-se, além da orla da praia, a Ilha da Praia, uma pequena ilha artificial, cujo acesso é feito por uma ponte; é marcada pela presença de árvores e bancos dispostos ao ser redor para descanso e apreciação da paisagem (figura 15). Existe uma área reservada para pesca (figura 17) e traves que são fixadas na areia para a prática de futebol de areia. Na alta temporada há uma empresa que aluga *jet-ski*, caiaque e faz passeios de *banana boat*.



Figura 15: Ilha da Praia – Praia Municipal de Arealva, 2009

Fonte: Arquivo próprio, 2009.

Havia um píer central que caiu, e o que existe está com a madeira danificada, conforme mostra a figura 16. Esse píer é mais utilizado para pesca do que para atracamento de embarcações.

Na praia também se encontram meios de alimentação e de hospedagem. Existem dois quiosques de alimentação, um camping que pertence a Prefeitura Municipal e uma pousada de propriedade particular, os quais são descritos nos itens específicos de serviços e instalações turísticas. Outra instalação de apoio se compõe por um conjunto de sanitários, divididos em duas alas, uma feminina e outra masculina, ambas com ducha no interior e na parte externa (figura 18).



Figura 16: Píer da Praia Municipal de Arealva – 2009

Fonte: Arquivo próprio, 2009.



Figura 17: Área de Pesca na Praia Municipal de Arealva - 2009

Fonte: Arquivo próprio, 2009.



Figura 18: Instalações sanitárias na Praia Municipal de Arealva, 2009

Fonte: Arquivo próprio, 2009

Falta abordar os aspectos de segurança e sinalização. A segurança é feita por policiais militares que fazem a ronda no local, além dos vigias que são contratos pela Prefeitura Municipal na alta temporada. Não há um posto de salva vidas, e nem são contratados profissionais para atuarem como tal na praia, inclusive no período de alta estação.

Quanto à sinalização, há várias placas indicativas espalhadas na praia como: proibição de churrasco, proibição de animais, proibição de pesca, área de campismo, área de pesca, local de embarque e desembarque, entre outros (figura 19). Porém, não há nenhuma placa que chame a atenção dos visitantes para a proteção ambiental ou cuidados com o meio ambiente.



Figura 19: Placas de sinalização na Praia Municipal de Arealva - 2009

Fonte: Arquivo próprio, 2009.

Por fim importa comenta o estado de conservação do atrativo. A Praia Municipal de Arealva, no final de 2009, não estava em um bom estado de conservação, como se pode observar pela deterioração de instalações e estruturas:

- o píer principal que passou por uma reforma em 2000 já não existe mais; foi danificado no início de 2009 e ainda não foi reestruturado; outro píer está bem danificado, como já mostrado anteriormente na figura 16;

- tem muito mato no local e a areia “virou terra”; não é mais aquela areia branca que se encontrava na ilha de Soturna e que deu nome ao município;
- as instalações sanitárias, assim como as duchas, têm mau cheiro e encontravam-se sujas, não há um funcionário para fazer a limpeza freqüente, e não é cobrada taxa para a utilização dos sanitários e das duchas.
- os visitantes depredam as instalações e levam torneiras, duchas etc.

3.3.4 Serviços e instalações turísticos – meios de hospedagem

Os tipos de meios de hospedagem identificados no área de estudo referem-se apenas a uma pousada, e um camping. Apesar dos ranchos também poderem ser considerados como meios de hospedagem, estes por serem caracterizados como residências secundárias constituem-se em uma tipologia à parte (TULIK, 1995); portanto, foram analisados em separado.

- **Pousada da Praia:** meio de hospedagem localizado na Rodovia Vicinal Rodrigo Candioto Pereira, nº 22. Foi construída em 1996 e funciona o ano todo, com maior fluxo no período de verão nas férias escolares. Possui quatro unidades habitacionais (UH), assim discriminadas: quarto com capacidade para duas pessoas, quarto para quatro pessoas, quarto para seis pessoas, todos com banheiros privativos; e uma casa mobiliada que acomoda de oito a doze pessoas. Cobra uma diária de R\$ 15,00 por pessoa, incluindo café da manhã e estacionamento no local, independentemente do tipo de UH. A pousada não tem nenhuma infraestrutura de lazer.
- **Camping da Praia:** meio de hospedagem localizado no interior da Praia Municipal de Arealva, com chão gramado e pouco arborizado, aberto a partir da segunda reforma desse atrativo ocorrida na década de 2000. Os campistas utilizam toda a infra-estrutura da praia, como: instalações sanitárias, estacionamento, iluminação, alimentação e área de lazer.

Atualmente não é cobrada taxa para o acampamento e a área pertence à Prefeitura Municipal. (Figura 20)



Figura 20: Camping da Praia Municipal de Arealva - 2009

Fonte: Arquivo próprio, 2009.

3.3.5 Serviços e instalações turísticos – meios de alimentação

Foram identificados somente três meios de alimentação na área estudada, sendo dois no interior da Praia Municipal, que são quiosques de alvenaria pertencente à Prefeitura Municipal e um bar próximo à área de atracação da balsa. Os quiosques foram construídos em 2000 quando houve a reformulação da praia e pertencem à Prefeitura Municipal. Mediante licitação, são entregues à administração de residentes do município, os quais pagam uma de taxa mensal. Os administradores devem obedecer o disposto no contrato de concessão de uso do bem imóvel estabelecido entre a prefeitura e o permissionário vencedor do processo licitatório. A seguir segue a descrição dos componentes deste grupo.

- **Bar da Balsa:** meio de alimentação localizado na Rodovia Vicinal Rodrigo Candioto Pereira (Yuri), ao lado da área de embarque e desembarque da balsa. Serve bebidas em geral, salgados e sorvetes (figura 21). Notam vários cartazes de propaganda do que é oferecido em sua entrada, além da presença de uma lixeira, um orelhão e antena parabólica. Em seu interior há algumas mesas, cadeiras e bancos próximos ao balcão em um ambiente simples; algumas mesas e cadeiras são colocadas na área externa sob a proteção do toldo quando há maior frequência de público. Começou a funcionar na década de 1990 e pertence aos mesmos proprietários da balsa.



Figura 21: Bar da Balsa – Arealva, 2009

Fonte: Arquivo próprio, 2009

- **Barraca Pôr do Sol:** quiosque de alimentação localizado dentro da Praia Municipal de Arealva, com capacidade para atender cerca de 30 pessoas. Abre de terça-feira a domingo, sendo que nos finais de semana e feriados o período de funcionamento é das 8h00 às 20h00, e durante a semana das 11h00 às 19h00. Serve bebidas em geral, salgados, porções de petiscos,

lanches e sorvetes. Apesar de estar próximo ao rio, são poucos os pratos à base de peixe, servindo apenas porção de tilápia em seu cardápio.

Pela figura 22 tem-se uma visão geral desse meio, onde se vê uma estrutura de alvenaria com cobertura de telha e varanda em seu redor, aparentemente simples e bem ordenada, que causa menor impacto visual no ambiente em que está inserida do que o Bar da Balsa. Nota-se a presença de mesas e cadeiras, de lixeira e de dois painéis de propaganda. Há também televisão e som ambiente.



Figura 22: Barraca Pôr do Sol – Arealva, 2009

Fonte: Arquivo próprio, 2009.

- **Barraca Lanchonete da Praia:** quiosque de alimentação localizado também na Praia Municipal de Arealva, com capacidade para atender aproximadamente 30 pessoas (figura 23). Seu período de funcionamento é o mesmo da Barraca Pôr do Sol, ou seja, de terça à sexta-feira, das 11h00 às 19h00, e de sábado, domingo e feriado, das 8h00 às 20h00. Serve bebidas em geral, salgados, porções de petiscos, lanches e sorvetes. Segue o mesmo padrão de construção da Barraca Pôr do Sol, e apresenta as mesmas características de mobília e cardápio.



Figura 23: Barraca Lanchonete da Praia – Arealva, 2009

Fonte: Arquivo Próprio, 2009.

3.3.6 Serviços e instalações turísticos – residências secundárias

Na região estudada, é comum as pessoas com algum poder aquisitivo adquirirem propriedades para o lazer nos finais de semana e férias, preferencialmente em áreas localizadas às margens do rio, para usufruírem da água e de embarcações próprias. Esses proprietários acabam construindo o seu “lazer particular”, com piscina, área para churrasco, quadras poliesportivas, campo de futebol, píer para as embarcações e até praias particulares. Assim, poucos usufruem da Praia Municipal.

A tabela 5 apresenta características gerais desses componentes, divididos em cinco loteamentos e dois condomínios. As residências secundárias construídas em ambos são denominadas de ranchos.

As informações que compõem essa tabela foram obtidas na Prefeitura Municipal de Arealva e complementadas em entrevistas. Registra-se que os loteamentos mais antigos não possuem documentação e estão previstos para serem regulamentados a partir do ano de 2010. Nesses, as datas de criação

são estimadas e o número de lotes foi contado visualmente pela pesquisadora, sendo portanto aproximados.

Tabela 5: Loteamentos situados às margens do rio Tietê – Arealva, 2009

Nome do loteamento	Localização (bairro)	Ano de criação	Área total	Nº de lotes
Jardim da Praia	Centro	1974	—	17 lotes
Recanto Eldorado	Ribeirão Bonito	1975	275.765,00 m ²	78 lotes
Vale do Sol	Centro	1977	—	42 lotes
Mimi	Soturninha	1995	—	29 lotes
Marilândia	Marilândia	1997	—	28 lotes
Riviera do Tietê	Centro	1997	95.176,25 m ²	93 lotes
Jardim Primavera	Soturninha	2007	288.560,00 m ²	162 lotes

Fonte: Autoria própria, 2009.

Quando surgiram os primeiros loteamentos no município de Arealva, não havia uma legislação municipal para ordenar essa ocupação. O proprietário da área a ser loteada fazia apenas a divisão dos lotes e comercializava os mesmos. A Prefeitura Municipal transformava a área em perímetro urbano, sendo responsável pela implantação da infra-estrutura urbana, como rede de esgoto, energia elétrica e rede de abastecimento de água.

Também não havia qualquer preocupação com a preservação da vegetação no entorno do rio, o que contribuiu para o desmatamento da vegetação natural. Somente no dia 7 de julho de 2009, com a Lei nº 1.585 (anexo C), foram estabelecidas normas para a criação de novos loteamentos e normas protetoras dos córregos situados nos trechos urbanos.

Com isso, na atualidade, para a criação de loteamentos a área a ser loteada deve ter no mínimo quatro dos seguintes equipamentos de infra-estrutura urbana: malha viária com canalização de águas pluviais; rede de abastecimento de água; rede de esgoto; distribuição de energia elétrica e iluminação pública; recolhimento de resíduos sólidos urbanos e definição legal pelo poder público.

O mapa ilustrado na figura 24 mostra a concentração de loteamentos próximos à região central do município. Entre os 7 loteamentos identificados, 3 têm menos de 50 lotes, 3 entre 51 a 100 lotes, e apenas 1 (o mais recente) mais de 100 lotes. Hoje a tendência dos loteamentos é apresentarem maior quantidade de lotes e em forma de condomínio, para maior segurança dos proprietários dos ranchos; observa-se que os mais antigos são todos abertos, e apenas dois dos mais recentes são condomínios.

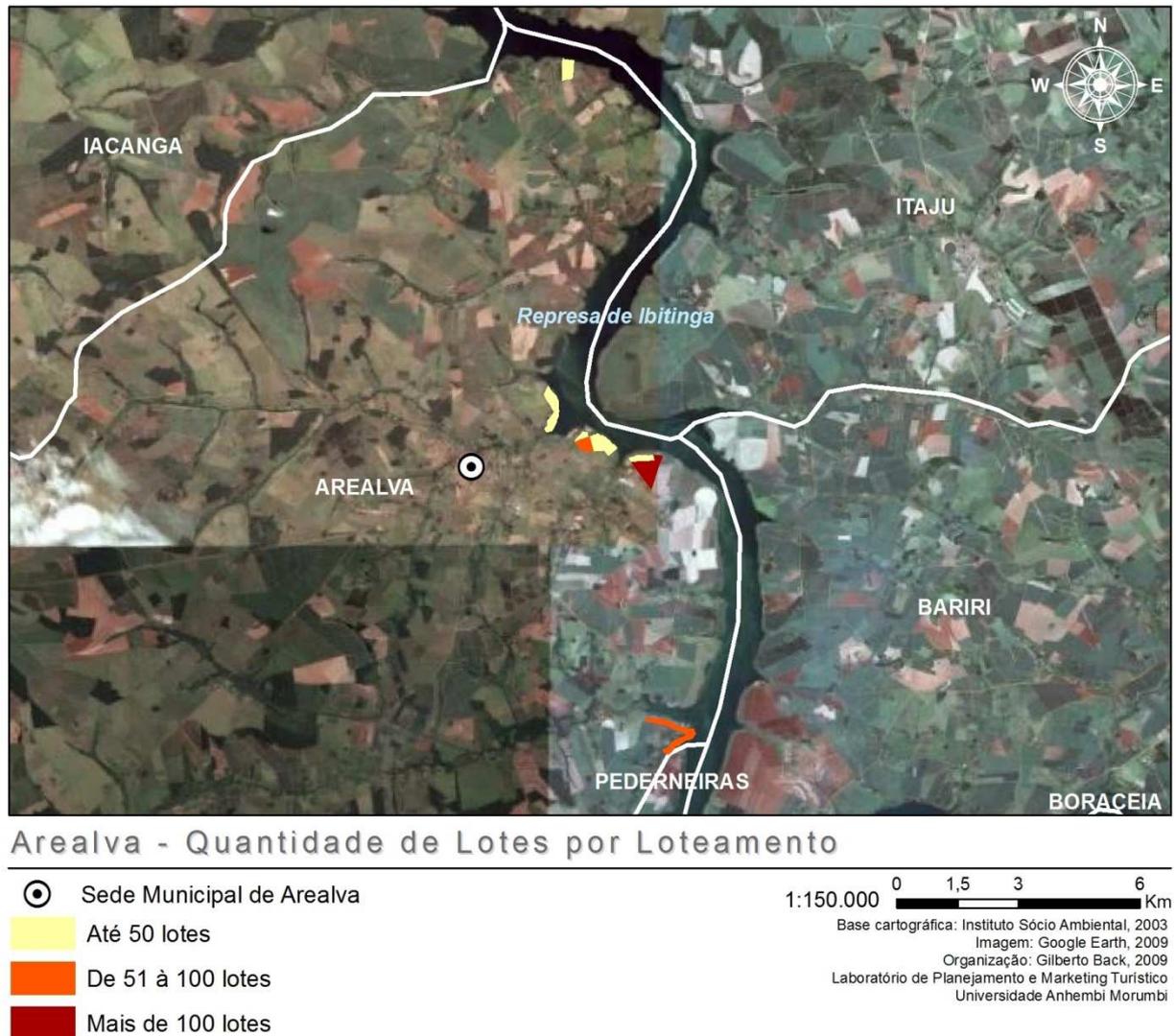


Figura 24: Mapeamento dos loteamentos por quantidade de lotes – Arealva, 2009

Fonte: Elaboração de Gilberto Back, 2009.



Arealva - Década de Criação dos Loteamentos



Figura 25: Mapeamento dos loteamentos por ano de criação – Arealva, 2009

Fonte: Elaboração de Gilberto Back, 2009.

O mapeamento da figura 25 mostra a divisão dos loteamentos de acordo por década em que foram criados. Observa-se que na década de 1970 surgiram 3 loteamentos, sendo eles: Jardim da Praia (1974), Recanto Eldorado (1975) e Vale do Sol (1977); na década de 1980 não aparecem novos loteamentos; na década de 1990 surgiram mais 3 loteamentos, sendo eles: Mimi (1995), Marilândia (1997) e Condomínio Riviera do Tietê (1997); na década de 2000 surgiu apenas 1 novo loteamento situado às margens da represa - o Jardim Primavera (2007). Assinala-se que nessa última década

foram criados diversos loteamentos no município de Arealva, sendo a maioria nas proximidades do município de Bauru.

Nos mapeamentos dos loteamentos adotou-se o traçado em forma de pontilhado para os loteamentos abertos e o com traço contínuo para os fechados, ou seja, em forma de condomínio. Os polígonos foram desenhados de acordo com os dados coletados em campo pela pesquisadora e com as imagens do Google Earth. A seguir descrevem-se as características de cada um desses loteamentos em particular.

- **Loteamento Jardim da Praia:** foi o primeiro loteamento criado no município de Arealva no final de 1974, e é composto por 17 lotes (figura 26). Alguns ranchos estão situados em frente à praia, mas não têm acesso ao rio Tietê; outros ficam próximos à praia, e se encontram às margens do rio. É nesse loteamento que está situada uma das maiores e mais belas propriedades, denominada “Ilha da Fantasia”, pertencente ao Prof. Damásio de Jesus²⁰ (Figura 27).



Figura 26: Rancho Ilha da Fantasia – Arealva, 2008

Fonte: Arquivo próprio, 2008.

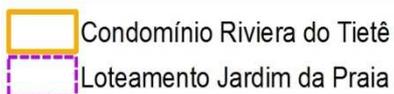
²⁰ O Prof. Damásio de Jesus é advogado criminalista, parecerista, diretor-geral da FDDJ, presidente e professor do Complexo Jurídico Damásio de Jesus, doutor Honoris Causa em direito pela Universidade de Estudos de Salerno (Itália) e autor de mais de 30 livros. (www.blog.damasio.com.br)

A Ilha da Fantasia tem cinco alqueires, com cerca de 300 pés de coqueiros, lago, capela, casa do “Tarzan”, chuva artificial e o proprietário cria cerca de 153 flamingos e cultiva cerca de 17.000 orquídeas em vasos; tanto os animais como as flores não são comercializados. O proprietário costuma dançar com seus flamingos ao som da música “*If You go away*”, na versão de Paul Mauriat; comanda uma coreografia em que as aves vão para a esquerda, viram para a direita e rodopiam. No orquidário, mandou instalar caixas de som que tocam incessantemente “*As quatro estações*”, de Vivaldi. Na década de 1980 recebeu e hospedou a apresentadora “Xuxa Meneguel” (CENTOFANTI, 2005). Segundo Verico.

[...] o pai do Damásio era um pescador que gostava muito do rio, aí o Damásio que também é muito apaixonado pela natureza teve a idéia de ter um local para o lazer próprio às margens do rio e começou então a construir a Ilha da Fantasia.



Arealva - Loteamento Jardim da Praia e Condomínio Riviera do Tietê



1:6.500 0 50 100 200 M

Base cartográfica: Instituto Sócio Ambiental, 2003
Organização: Gilberto Back, 2009
Laboratório de Planejamento e Marketing Turístico
Universidade Anhembi Morumbi

Figura 27: Mapeamento do loteamento Jardim da Praia e do Condomínio Riviera do Tietê – Arealva, 2009

Fonte: Elaboração de Gilberto Back, 2009.

- **Condomínio Riviera do Tietê:** trata-se do primeiro loteamento em forma de condomínio, criado em 1997, em propriedade de José Adelino dos Santos; contém 93 lotes, 5 quadras numeradas de “A” a “E”, 5 ruas numeradas de 1 a 5, 2 vielas e áreas de lazer (figuras 28). Esse loteamento está localizado em frente à guarita da Praia Municipal e não está às margens do rio, é

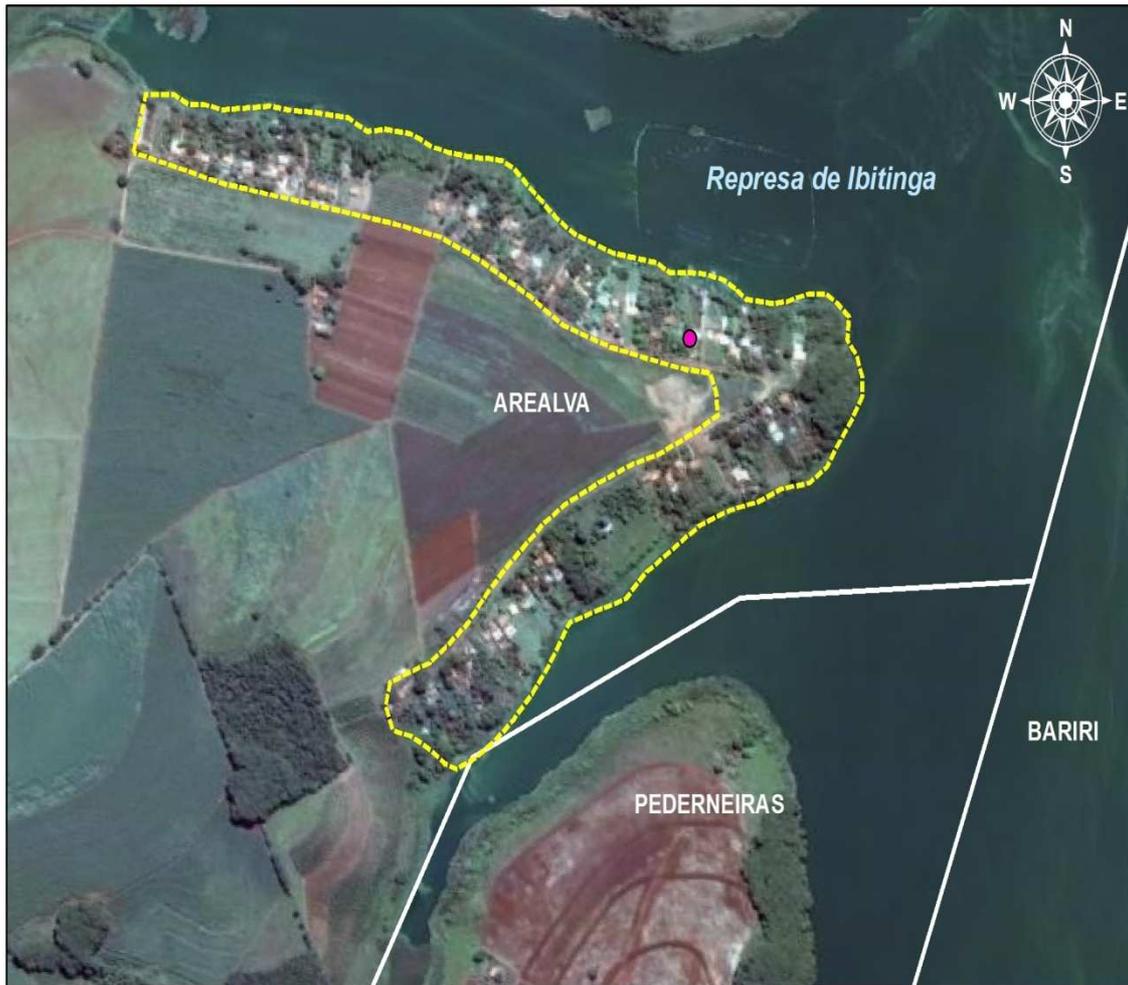
composto por casas de moradores da cidade, mas com grande concentração também de residências secundárias.



Figura 28: Condomínio Riviera do Tietê

Fonte: Arquivo próprio, 2009.

- **Loteamento Recanto Eldorado**; criado em 1975, localiza-se no limite do de Arealva com Pederneiras. Apresenta 78 ranchos, sendo todos à margem do rio Tietê. Pelo mapa apresentado na figura 28, observa-se que esse loteamento é estreito e longo, com alguns lotes ainda sem construção. A figura 30 mostra uma vista parcial de alguns dos seus ranchos à beira do rio. Nele se encontra a piscicultura Aqua Santa Clara, descrita no item 3.3.7.



Arealva - Loteamento Recanto Eldorado

- Loteamento Recanto Eldorado
- Acqua Santa Clara (piscicultura)

1:10.000 0 125 250 500
 M

Base cartográfica: Instituto Sócio Ambiental, 2003
 Imagem: Google Earth, 2009
 Organização: Gilberto Back, 2009
 Laboratório de Planejamento e Marketing Turístico
 Universidade Anhembi Morumbi

Figura 29: Mapeamento do loteamento Recanto Eldorado – Arealva, 2009

Fonte: Elaboração de Gilberto Back, 2009.



Figura 30: Vista parcial do loteamento Recanto Eldorado – Arealva, 2009

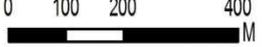
Fonte: Arquivo próprio, 2009.

- **Loteamento Vale do Sol:** criado em 1977, tem acesso pela Rodovia Governador Mário Covas, próximo à região central. Possui 42 lotes. No mapa mostrado na figura 31, observa-se a alta concentração de píers; alguns ranchos têm vista frontal para a Praia Municipal (imagem no canto direito inferior). Nesse loteamento há pouca vegetação preservada às margens do rio, pois como surgiu na década de 1970 ainda não havia preocupação em se preservar a mata ciliar e nenhuma regulamentação nesse sentido. Nesse loteamento se encontra o Centro de Estudos Integrados da Biomecânica, o qual é descrito no item 3.3.7. É o loteamento mais conhecido por nele se encontrarem suntuosas propriedades, como vê-se na figura 32.



Arealva - Loteamento Vale do Sol

 Loteamento Vale do Sol

1:10.000  0 100 200 400 M

Base cartográfica: Instituto Sócio Ambiental, 2003
Imagem: Google Earth, 2009
Organização: Gilberto Back, 2009
Laboratório de Planejamento e Marketing Turístico
Universidade Anhembi Morumbi

Figura 31: Mapeamento do loteamento Vale do Sol – Arealva, 2009

Fonte: Elaboração de Gilberto Back, 2009.



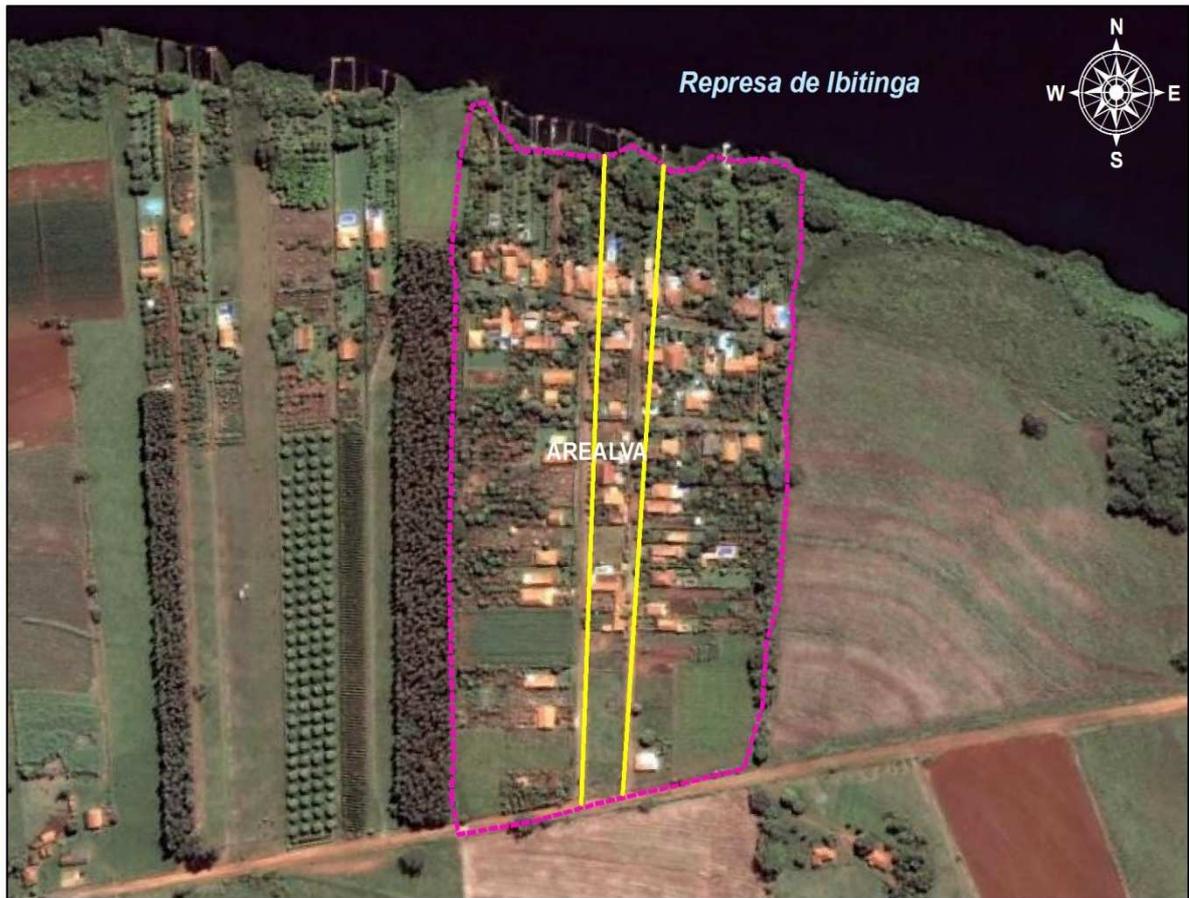
Figura 32: Vista parcial do loteamento Vale do Sol – Arealva, 2009

Fonte: CEIB, 2009.

- **Loteamento Marilândia:** recebeu o nome do bairro no qual está localizado, próximo do limite do município de Arealva com Jacanga, com 28 ranchos construídos, conforme observação da pesquisadora. O registro da sua criação na Prefeitura Municipal é de 1997, mas conforme contato com alguns moradores o empreendimento foi lançado na década de 1980. Nessa dissertação adotou-se o ano de 1997 como ano de criação, seguindo as informações cedidas pela prefeitura.

Difere dos demais loteamentos, pois apresenta ranchos às margens do rio e do outro lado da rua sem acesso direto ao rio. Há a presença de duas passagens públicas com píer para o acesso de pessoas e embarcações ao rio, o que também não ocorre nos outros loteamentos.

O mapeamento do loteamento (figura 33) mostra a sua área e as duas passagens públicas para a entrada de embarcações até o rio de proprietários que não estão às suas margens. O polígono delimitando a área desse loteamento foi traçado de acordo com os pontos marcados na pesquisa de campo; os lotes que aparecem à esquerda do mapa, depois de uma faixa de vegetação, não foram marcados com o GPS, por isso acredita-se haver mais dos 28 lotes contados pela pesquisadora.



Arealva - Loteamento Marilândia

-  Loteamento Marilândia
-  Passagens Públicas

1:5.000  M
Base cartográfica: Instituto Sócio Ambiental, 2003
Imagem: Google Earth, 2009
Organização: Gilberto Back, 2009
Laboratório de Planejamento e Marketing Turístico
Universidade Anhembi Morumbi

Figura 33 – Loteamento Marilândia – Arealva, 2009

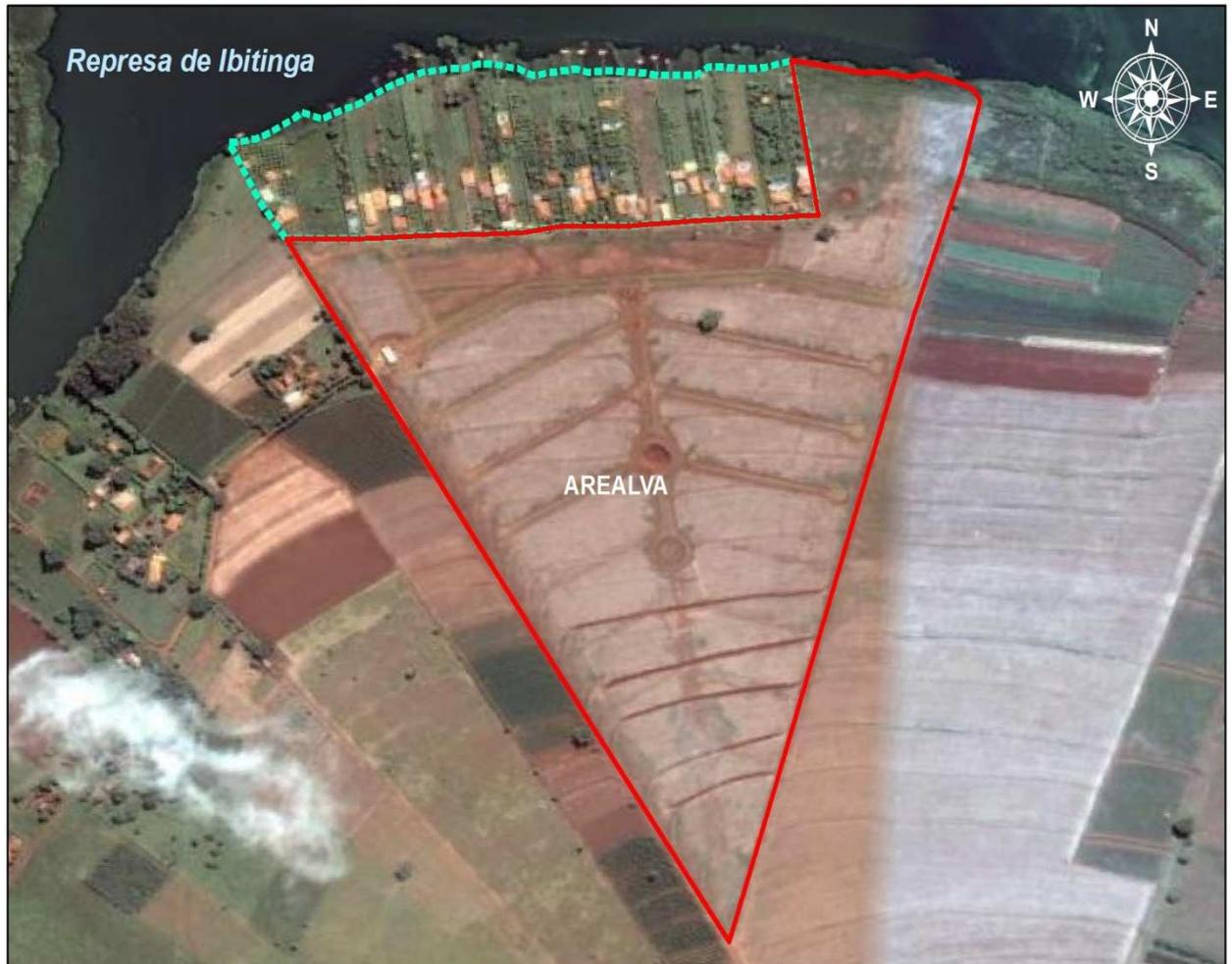
Fonte: Elaboração de Gilberto Back, 2009.



Figura 34: Loteamento Jardim Primavera – Arealva, 2009

Fonte: Arquivo próprio, 2009.

- **Loteamento Jardim Primavera:** em forma de condomínio, foi o mais recente dos loteamentos criado às margens do rio e é o maior entre todos; foi aprovado em fevereiro de 2007 e ainda tem lotes à venda. Ocupa uma área de 288.560 m², divididos em 162 lotes residenciais, 11 quadras, sistema viário com 7 vias públicas, 2 áreas verdes, 3 áreas de lazer e 2 servidões de passagem. Está localizado no bairro de Soturninha, e tem limite com outro loteamento, o do Mimi. A única construção existente é a da guarita de entrada (figura 34), pois nenhuma propriedade foi ainda construída, assim como as áreas verdes e de lazer previstas. Tem uma área pequena que dá acesso ao rio e não há arborização no terreno.
- **Loteamento do Mimi:** está localizado no bairro de Soturninha e foi criado em 1995; tem 29 lotes, e todos os ranchos estão às margens do rio Tietê. É nas proximidades desse loteamento que a Ilha de Soturna estava situada antes do represamento do rio Tietê. No mapa mostrado na figura 35, observa-se que faz limite com o loteamento Jardim Primavera, como já citado.



Arealva - Loteamento do Mimi e Condomínio Jardim Primavera

- Lotamento do Mimi
- Condomínio Jardim Primavera

1:7.000 0 75 150 300
M

Base cartográfica: Instituto Sócio Ambiental, 2003
 Imagem: Google Earth, 2009
 Organização: Gilberto Back, 2009
 Laboratório de Planejamento e Marketing Turístico
 Universidade Anhembi Morumbi

Figura 35: Mapeamento do loteamento do Mimi e condomínio Jardim Primavera – Arealva, 2009

Fonte: Elaboração de Gilberto Back, 2009.

3.3.7 Outros serviços e instalações turísticos

Foram identificadas 3 instalações que não se classificam nos grupos dos componentes já descritos. Assim, foram reunidos neste item como outros serviços e se compõem de loja de artesanato, empresa de piscicultura e centro de estudos, como se apresenta a seguir.

- **Artesanato do Campo:** localizada no Bairro de Soturninha na Fazenda Trabuco, a loja de artesanato é aberta apenas aos sábados, das 14h00 às 18h00, e aos domingos, das 10h00 às 17h00 (figura 36). Vende diversos tipos de produtos artesanais e de produção da fazenda. Oferece também oficinas de artesanato em sementes (quadros, arranjos, bijuterias), com duração de 4 h e oficina de artesanato em palha de milho (flores, traçado, bonecas, bolsas) com duração de 8 h, incluindo café da manhã e almoço rural. Para participar das oficinas é necessário o agendamento prévio, e o número mínimo de participantes é de 6 e máximo de 12.



Figura 36: Loja Artesanato do Campo – Arealva, 2009

Fonte: Artesanato do Campo, 2009.

- **Acqua Santa Clara:** empreendimento de piscicultura, localizado em um dos ranchos do loteamento Eldorado; cria peixes da espécie Tilápia, e seu proprietário vende os peixes no município de São Paulo (Figura 37).



Figura 37: Piscicultura Acqua Santa Clara – Arealva, 2009

Fonte: Arquivo próprio, 2009.

- **CEIB (Centro de Estudos Integrados da Biomecânica):** Criado em 2000, localiza-se no loteamento Vale do Sol. Trata-se de um local de reuniões, palestras e cursos, que recebe profissionais da área de ortopedia de várias partes do Brasil e até do exterior. Foi idealizado e criado pelo engenheiro José Roberto Pengo, proprietário da Biomecânica, empresa que fabrica produtos e equipamentos de alta tecnologia na área médica, localizada na cidade de Jaú.

Segundo entrevista concedida para o Jornal de Arealva em setembro de 2007, José Roberto Pengo disse que escolheu o município de Arealva para a instalação do CEIB devido a este se localizar a 60 km da sede da Biomecânica, em Jaú e a 20 minutos do aeroporto de Bauru-Arealva, facilitando a locomoção dos participantes que vêm de diversos estados e países. Além disso, o CEIB foi construído em meio à natureza do rio Tietê, onde passeios de iate são realizados para confraternização dos grupos e proporcionam desta forma, encontros mais descontraídos (figura 38).



Figura 38: Vista geral do Centro de Estudos Integrados da Biomecânica (CEIB) - Arealva, 2009

Fonte: CEIB, 2009.

3.4 Evolução do turismo no município de Arealva (1960-2009)

Com base nos depoimentos de dirigentes locais, moradores mais antigos e nas atas da Câmara Municipal (1972 a 1975), além de observações “in loco”, traçou-se a trajetória evolutiva do turismo no município, subdividindo-a em quatro fases, de 1960 a 2009, além da visão dos entrevistados em relação às perspectivas futuras do turismo na área da represa no município.

3.4.1 Fase 1 – Turismo e lazer antes do represamento do rio Tietê (Década de 1960)

Inicialmente, os entrevistados destacaram que o rio e a paisagem das suas margens antes do represamento apresentavam-se diferentemente do aspecto atual. Na década de 1960, o rio Tietê que corta o município de Arealva era bem mais estreito que hoje.

O rio tinha por volta de 250 a 300 m de largura e hoje tem cerca de 600 m, chegando a ter até 2 km em alguns trechos. O rio tinha muitas espécies de peixe e a água era muito limpa e com uma grande correnteza. (Francisco de Freitas Nascimento)

Eram realizados diversos campeonatos de pesca e natação nos finais de semana, reunindo os moradores às margens do rio, onde eram feitos churrascos entre amigos e familiares. Também havia vários ranchos que hospedavam as pessoas das excursões e da região que praticavam a pesca e caça de animais como capivara, jacaré, pássaros que eram facilmente encontrados, devido à presença das matas nas margens do rio. (Verico²¹)

Na época, o principal atrativo do município e área de lazer para seus moradores era a Ilha de Soturna com suas areias brancas e sua beleza natural. O local era propício para banhos e o acesso à ilha era fácil, pois estava localizada próxima às margens do rio. Segundo depoimentos de dois moradores antigos do município:

A Ilha de Soturna localizava-se nas proximidades de onde é hoje o loteamento do Mimi, era um local onde as crianças brincavam na água e em suas areias brancas, também as pessoas ficavam ali pescando e fazendo churrasco. Dava para chegar à ilha a pé, pois não era muito fundo e tinha uma paisagem muito bonita. As pessoas tomavam posse do lugar e acabaram construindo propriedades (ranchos) e tinha até criação de animais. (Depoimento de Francisco de Freitas Nascimento)

A Ilha tinha por volta de 3 a 4 ha de terra, tinha uma vegetação alta, muitos animais como: cobras, lontras, capivaras, jacarés etc. Quando ele era criança freqüentava todos os domingos, tinha também muitos barrancos de areia próximos à ilha, onde as pessoas ficam pescando. (Depoimento de Verico)

Nessa fase inicial percebe-se o desenvolvimento espontâneo do turismo associado ao lazer dos moradores locais, com a freqüência de famílias e amigos em busca de lazer, da pesca e de caça. Já se destaca que a ilha de Soturna aparece como uma atração perante o fluxo de residentes e de turistas. A figura 38 mostra aspecto do rio Tietê antes do seu represamento e parte da vegetação da ilha de Soturna.

²¹ Verico é o apelido de Oliveira Leutewiler Filho.



Figura 39 – Visão parcial do rio Tietê em Arealva antes da construção da represa de Ibitinga – Década de 1960

Foto: Arquivo do Centro Cultural de Arealva (sem data).

3.4.2 Fase 2 – Turismo e lazer após o represamento do rio Tietê (Décadas de 1970 e 1980)

Com o represamento do rio e a finalização da construção da Usina Hidrelétrica de Ibitinga em 1969, o rio subiu de 6 a 8 m e a ilha ficou submersa. A concentração e variedade de peixes também diminuíram. Segundo Francisco de Freitas Nascimento, após o represamento do rio

[...] a paisagem ficou mais bonita e melhorou a navegação, hoje é possível navegar até mesmo com grandes embarcações. Mas hoje em dia não tem mais a corrente que tinha e com isso os peixes diminuíram muito. Quando eles construíram a barragem de Ibitinga a Cesp comprou as áreas nas margens do rio, mas pagou um preço muito baixo pelas terras. Houve uma estimativa da área que seria inundada e em toda essa área eles cortaram toda a vegetação existente, o que acabou com grande parte da Mata Atlântica e da vegetação nativa; e muitos animais perderam o seu habitat natural, na inundação cobriu a Ilha de Soturna, mas acreditava-se que a inundação seria ainda maior do que realmente foi.

Já Verico chama atenção para a mudança da paisagem que aconteceu com o represamento do rio:

[...] a paisagem mudou totalmente, antes o rio era muito limpo e bonito, a água parecia uma piscina de tão transparente. Com a inundação desapareceu quase toda a floresta, os barrancos de areia, a ilha, alguns ranchos, tinha também uma grande pedreira muito explorada e hoje restou apenas um pedaço e que fica na propriedade do Sr. Damásio. Foi uma grande transformação da paisagem.

Em fevereiro de 1974 o então prefeito José Ruiz, mais conhecido como Nenê, organizou um campeonato de pesca no município para arrecadar fundos para a construção da praia artificial do município. No mês de setembro daquele mesmo ano foi decretada a Lei nº 16/74 para desapropriação de área destinada à construção da Praia Municipal de Arealva, com o intuito de proporcionar um local de lazer e de pesca aos seus residentes.

A praia foi construída no final daquele ano, mas não tinha adequada infra-estrutura. Conforme depoimento de Francisco de Freitas Nascimento, “só havia um grande barracão como local para a realização de churrascos e um píer para pesca. Mesmo sem grande divulgação, esse atrativo logo passou a ser muito freqüentado pelos moradores do município e da região”.

Foi após a construção da praia que começaram a surgir os primeiros loteamentos de recreio às margens do rio, com alguma concentração na sua confluência com o Córrego Ribeirão Bonito, a sudoeste, e mais próximo ao centro da cidade, nas proximidades da praia. Na década de 1970 surgiram três loteamentos, sendo o primeiro o loteamento Jardim da Praia, localizado em uma área que faz limite com a Praia Municipal. Com o sucesso de vendas desses lotes, em seguida são lançados os loteamentos Recanto Eldorado, no bairro do Ribeirão Bonito, e Vale do Sol, na região central, tendo este vista frontal para a praia.

Na década de 1980 houve uma aparente estagnação imobiliária, pois nenhum loteamento novo surgiu e também não houve melhoria na infra-estrutura da praia ou a implantação de outros atrativos turísticos e de lazer às margem do rio. De acordo com os relatos, naquela década aconteciam ainda alguns campeonatos de pesca e na praia eram realizados campeonatos de futebol de areia e de vôlei de praia, o que gerava grande fluxo de visitantes à

mesma. Não se tem registros ou estimativas de número de visitantes nessa fase, pois o acesso não era controlado, mesmo quando ocorriam os eventos esportivos.

Percebe-se que nesta segunda fase, a praia era um importante local de lazer (talvez o principal) utilizado pelos moradores da região, sendo ponto de encontro para os jovens “paquerarem”, para as famílias se divertirem ou descansarem, para as crianças brincarem na areia e na água. Cita-se que a água era limpa e com boas condições de balneabilidade.

3.4.3 Fase 3 - Turismo e lazer em expansão e a decadência da praia (Década de 1990)

Na década de 1990 registra-se a expansão da ocupação imobiliária das margens do rio pelo lançamento de novos loteamentos: o loteamento do Mimi, o loteamento Marilândia e o primeiro loteamento em forma de condomínio, que foi o Condomínio Riviera do Tietê. Ao mesmo tempo, ocorre o uso massivo da praia e a sua conseqüente decadência. Na figura 40 tem-se uma visão da praia, cuja orla era bastante arborizada, com várias barracas em meio à vegetação, que quase se confundiam com os ranchos do loteamento Jardim da Praia.



Figura 40: Vista aérea da Praia Municipal de Arealva antes da reforma da praia

Fonte: Prefeitura Municipal de Arealva, 1997.

A praia começou a ser utilizada como local de comemorações festivas, como as festas de carnaval, réveillon, entre outras. Mas foi nessa época que o atrativo passou por um grande declínio, inicialmente com a ocupação desordenada e irregular de barracas:

[...] eram cerca de 21 barracas que não pagavam nenhuma taxa para a prefeitura e não tinha uma padronização, cada um construía da forma do seu próprio interesse e tinha gente morando dentro das barracas e usando água e energia sem pagar absolutamente nada. A prefeitura não tinha mais controle nenhum e com isso a praia ficou muito mal freqüentada, virou ponto de vendas de drogas, prostituição, tinha muitas brigas no local, com isso, os moradores deixaram de freqüentar esse local. (Depoimento do prefeito atual, Elson Banuth Barreto)

A maioria do público que a freqüentava era composto por pessoas de baixa renda, vindas principalmente do município de Bauru, e ainda alguns marginais (assaltantes) ou pessoas com hábitos pouco recomendados (usuários de drogas, por exemplo) passaram a ser visitantes freqüentes.

Ao mesmo tempo, começaram a aparecer piranhas no rio, sendo registrados vários e freqüentes ataques a pessoas que se banhavam nas águas do rio. Segundo Francisco de Freitas Nascimento: “todo final de semana tinha alguém que era mordido pelas piranhas e a notícia saía em toda mídia, aí as pessoas deixaram de freqüentar aqui”. Vidal Haddad Júnior, médico dermatologista e Ivan Sazima, zoólogo, estudaram os ataques de piranhas a banhistas e atribuem os ataques à soma de uma série de fatores,

[...] um dos mais importantes é o represamento dos rios paulistas, que origina os remansos – lugares favoráveis à procriação de peixes e à proliferação dos aguapês, onde as piranhas depositam seus ovos. Além disso, o ciclo de reprodução das piranhas coincide com o verão, quando aumenta a freqüência de banhistas nas praias (HADDAD E SAZIMA, 2004).

Assim, de um lugar hospitaleiro nas décadas de 1970 e 1980, passou-se a um local com desfavoráveis condições de hospitalidade, tanto a residentes quanto a excursionistas e turistas, sendo fechada para reforma no final da década de 1990.

3.4.4 Fase 4 - Turismo e lazer com a reforma da praia até 2009 (Década de 2000)

Nesta fase registra-se como principal fato a reforma da praia pelo poder público, a qual foi totalmente reformulada. No ano de 2000, a prefeitura municipal construiu um conjunto de benfeitorias, assim discriminadas: calçadão; guarita de entrada e portões de acesso à praia; dois quiosques amplos e padronizados; área para pesca; área própria para embarque e desembarque das embarcações náuticas; reforma do píer, do estacionamento e das instalações sanitárias; e implantação de área de camping. A reabertura da praia ocorreu naquele mesmo ano e permanece aberta todos os dias; havia cobrança para estacionamento de veículos no local nos finais de semana e feriados.

Também foi construída a ciclovia de acesso à praia, que margeia a Rodovia Vicinal Rodrigo Candioto Pereira, e se inicia na rotatória do final da Avenida Prefeito Adelino Mendonça. Segundo Elson Banuth Barreto, a idéia de uma ciclovia surgiu para proporcionar um local adequado para a prática desse esporte e também de caminhadas, já que essa rodovia era utilizada pelos moradores para prática de exercícios físicos, principalmente no fim da tarde.

Além dessas benfeitorias e da ciclovia, construiu-se mais um atrativo artificial em 2000: a Ilha da Praia, um pequeno local próximo à margem do rio Tietê. Inicialmente pensou-se que a ilha tivesse sido criada para resgatar a identidade do município que antes do represamento tinha uma ilha natural de areias alvas e brancas, a qual dera origem ao nome do mesmo. No entanto verificou-se que essa impressão inicial era equivocada, pois, segundo Elson Banuth Barreto, a ilha foi construída por uma questão de projeto para melhorar a circulação de água, pois na área existia um apêndice de terra, além de contribuir para “um visual bonito”.

A figura 41 mostra uma visão da praia após a sua reforma, e parte dos ranchos ou residências secundárias no Condomínio Riviera do Tietê. Nota-se a urbanização da orla, a ilha artificial, o acesso principal, e a separação nítida entre a área da praia e a área dos ranchos do loteamento Jardim da Praia.



Figura 41: Vista aérea da Praia Municipal de Arealva depois da reforma - 2000

Fonte: Prefeitura Municipal de Arealva, 2000.

É interessante analisar as opiniões dos entrevistados sobre a reforma da praia, tida como benéfica para dois deles e motivo de decadência para o outro.

A reforma da praia em geral melhorou o nível dos freqüentadores e os moradores voltaram a freqüentá-la, ficou mais organizada e mais bonita. (Depoimento do prefeito responsável pela reforma, o mesmo da administração atual, Elson Banuth Barreto)

Com a reforma houve um fluxo melhor de turistas, atingiu uma faixa de pessoas de não tão baixa renda e a infra-estrutura e segurança melhorou muito. (Depoimento de Verico)

Depois da reforma a freqüência de visitantes diminuiu, as pessoas que estavam acostumadas a freqüentar o local eram pessoas de baixa renda que traziam toda a sua comida, bebida e não trazia benefício nenhum para o município, só depredavam o local e faziam sujeira. Depois da reforma começou a cobrar o estacionamento, tinha vigias e segurança para manter a ordem do local, foi proibida a entrada de garrafas e de fazer churrasco na praia, aí essas pessoas não queriam mais freqüentar o local e as pessoas com um poder aquisitivo melhor compraram a sua propriedade as margens do rio e fazem sua própria infra-estrutura de lazer. (Depoimento de Francisco Freitas Nascimento)

Assinala-se também outro fato que poderia ter influência no turismo da área em estudo. Em maio de 2006 foi inaugurado o Aeroporto Estadual de Bauru/Arealva (Aeroporto Estadual Moussa Tobias), localizado no limite entre os dois municípios (figura 42). Com a sua criação havia expectativas de crescimento do turismo no município, o que impulsionou a realização de projetos da iniciativa privada, como a construção de um grande hotel-fazenda à beira do rio Tietê e de uma marina com capacidade inicial para cinquenta embarcações. Porém esses projetos não foram implantados e os entrevistados não souberam indicar se há alguma perspectiva de concretização dos mesmos.



Figura 42: Aeroporto Estadual de Bauru/Arealva (Moussa Tobias) – Bauru, 2006

Fonte: http://i207.photobucket.com/albums/bb135/joaovitor2/IMG_2871.jpg2006

Constatou-se que os loteamentos às margens do rio parecem ter se estagnado, pois até a finalização da pesquisa identificou-se apenas um novo loteamento lançado em 2007 – o Jardim Primavera. No entanto, foram indicados vários outros loteamentos, que estão mais próximos do município de Bauru e também nas proximidades do distrito de Jacuba, os quais portanto se encontram fora da área de estudo. Até dezembro de 2009, Arealva contava com 29 loteamentos, sendo 7 às margens do rio Tietê.

Em 2008 deixou-se de cobrar as taxas de estacionamento de veículos e de camping na praia, e houve a deterioração de algumas benfeitorias.

Registra-se assim nova decadência desse atrativo turístico e de lazer, com o descaso dos seus visitantes e o desinteresse e não valorização do mesmo pelos residentes no município, além da sua inadequada gestão pública.

Conforme observação “in loco”, durante os anos de 2008 e 2009, o movimento na praia não era intenso. Os residentes de Arealva pouco a freqüentam; alguns a visitam nos meses de menor movimento e geralmente para tomar uma cervejinha, comer uma porção de peixe em uma das barracas no fim de tarde ou nos finais de semana. Nos períodos de feriados e finais de semana do verão, o fluxo maior é de excursionistas da região. Alguns depoimentos explicam porque os turistas e moradores não se interessam tanto pela praia:

[...] os turistas diminuíram também por causa da poluição da água, em determinadas épocas do ano a água fica com um lodo verde e mal cheirosa por causa da grande concentração de aguapés. Hoje tem mais gente freqüentando as cachoeiras do que a própria praia, porque o ar é mais puro, o rio mais limpo e tem mais opções de lazer. Lá você também pode fazer churrasco e tem que consumir apenas as bebidas do local. Nesses rios menores também tem mais peixe e é mais fácil pescar. (Depoimento de Francisco de Freitas Nascimento)

[...] os moradores não valorizam muito esse atrativo, a utilização é feita em sua maioria por turistas da região e pessoas de baixa renda. As pessoas não têm respeito e depredam toda a infra-estrutura, recentemente derrubaram o portão de entrada da praia e quebraram a cerca, destruindo todo o paisagismo que havia no local. É muito comum os freqüentadores roubarem os chuveiros, duchas, torneiras dos sanitários. Depois que a praia passou pela reforma tinha um vigia 24 horas no local, mas hoje em dia não tem mais. (Depoimento do prefeito atual, Elson Banuth Barreto)

Segundo a prefeitura municipal, a praia sofrerá nova reforma e as taxas de cobrança voltarão a vigorar, pois o projeto dessa nova reforma estaria em fase de desenvolvimento. Segundo o prefeito municipal, “o deputado federal Edson Aparecido através de uma emenda parlamentar, conseguiu viabilizar uma verba de R\$ 100 mil para Arealva, a ser investida na área de turismo e essa quantia será investida na Praia Municipal”.

3.5 Visão do turismo e perspectivas futuras

Como mencionado anteriormente, estão previstos novos investimentos para a praia, principalmente no que se refere à melhoria da sua infra-estrutura.

Segundo o prefeito atual, Elson Banuth Barreto, especificamente em relação à revitalização da praia:

Há um projeto para a implantação de um quiosque com churrasqueiras na praia para atender melhor os turistas. Também vou reconstruir o píer que caiu e ampliá-lo, já temos um projeto de um píer redondo, que vai passar por toda a praia e formar uma grande marina.

Coerentemente ele ainda complementa, chamando a atenção para a responsabilidade compartilhada, pois assinala o seguinte:

[...] para melhorar o turismo em Arealva a comunidade deve se unir ao poder público e se envolver mais com os projetos futuros para a melhoria da infra-estrutura da praia, além de valorizar os atrativos e recursos que o município tem.

O município de Arealva faz parte também de um programa para incentivo do turismo regional. Em 2006 o Conselho de Desenvolvimento Econômico Regional (CODER) buscou a parceria do Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas de São Paulo (SEBRAE-SP) para a construção de um projeto denominado Caminhos do Centro Oeste-Paulista. Esse projeto contempla dez municípios, sendo eles: Agudos, Arealva, Avaí, Bauru, Duartina, Iacanga, Lençóis Paulista, Macatuba, Pederneiras e Piratininga. No final de 2007, o Instituto Soma foi integrado ao projeto com a atribuição de coordenar e gerenciar as ações integradas, representar as prefeituras municipais e articular as instituições parceiras desta iniciativa²².

Esse programa incentiva o turismo rural no município, e está voltado para a visitação de propriedades que oferecem hospedagem, alimentação, recreação em lagos, cachoeiras, trilhas, campos de futebol, vôlei de areia, pista de bocha, pesqueiro, atividades típicas do campo, entre outros. Faz parte do programa também o Orquidário Bom Senhor que oferece visitas para aprendizado das técnicas de cultivo das orquídeas e contemplação do ambiente rural repleto de plantas e pássaros.

Há um grande incentivo pela produção do artesanato local, como os produtos alimentícios (doces, pães, produtos derivados do milho verde) e produtos feitos com sementes e palha de milho. A Praia Municipal de Arealva

²² No anexo D, consta o “folder” do município de Arealva integrado ao projeto Caminhos do Centro Oeste Paulista.

não recebeu o credenciamento necessário para entrar como atrativo após a sua reforma.

Todos os entrevistados citam que Arealva tem potencial para desenvolver melhor o turismo, mas falta ainda infra-estrutura. O município não possui um hotel ou pousada adequado para receber visitantes, falta uma marina na represa para receber as embarcações, um bom restaurante e passeios mais organizados. Os turistas de classe média ou classe alta que freqüentam o município, ou são donos de propriedades ou acabam alugando algum rancho com boa infra-estrutura de lazer e que tenha condições de acolher embarcações.

Para Francisco de Freitas Nascimento, falta ação empreendedora e vontade da própria população local para o melhor desenvolvimento do turismo:

A população local não tem consciência de como tratar o turismo; Arealva tem um povo muito sociável e hospitaleiro que recebe bem as pessoas de fora, mais não sabem lidar com o turismo e não dão valor muito para certas coisas. Eles são comodistas, querem ir para um caminho mais fácil, não gostam de trabalhar muito, falta cultura. (Depoimento de Francisco de Freitas Nascimento)

A visão dos entrevistados em relação ao futuro do turismo no município é que deverá haver maiores investimentos em infra-estrutura e conscientização da comunidade para colaborar e atender bem os turistas e também valorizar os seus atrativos. Porém, se nada for feito o turismo tende a continuar da forma que está ou até piorar muito; por exemplo, se a água do Rio Tietê ficar muito poluída acaba com as possibilidades de desenvolvimento do segmento do turismo fluvial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa abordou o turismo em área de represa, um tema recente e que começou a ser estudado nas últimas décadas, por isso há poucas publicações nacionais e internacionais sobre o tema, o que gerou uma dificuldade para a aquisição de dados para o embasamento teórico. O interesse na conservação dos recursos hídricos é uma preocupação recente, ocasionado pelo problema da falta de água doce em um futuro muito próximo.

Os estudos existentes nessa área abordam mais os impactos que essa atividade causa nos recursos naturais e enfocam a residência secundária como um componente predominante localizado nas margens das represas.

A pesquisa teve como objetivo principal a identificação dos componentes da oferta turística encontrados nessas áreas, traçando a trajetória evolutiva do turismo na área da represa de Ibatinga, no município de Arealva (SP).

Em um primeiro momento pretendia-se fazer um estudo comparativo entre os municípios de Arealva e Barra Bonita, para mostrar a diferença entre um município com o segmento do turismo fluvial desenvolvido e que conta com uma boa infra-estrutura com outro município ainda em desenvolvimento nesse segmento. Após a primeira pesquisa de campo ficou inviável estabelecer essa comparação, devido à dificuldade encontrada na obtenção de dados no município de Arealva.

A Prefeitura Municipal não tem registros de dados importantes da evolução e do surgimento dos componentes turísticos, não há um inventário da oferta turística do município e nem um órgão oficial que trate do mesmo. Quando se pensa em um município pequeno, tem-se a impressão de ser mais fácil coletar dados e encontrar os colaboradores para o estudo. Mera ilusão, já que falta organização dos órgãos públicos em organizar e manter arquivos, o que dificultou em muito esta pesquisa.

A primeira dificuldade encontrada foi logo no levantamento inicial de dados sobre os componentes existentes na área de estudo. Não havia nenhum documento registrando a data de construção da Praia Municipal, que é o principal atrativo do município. Para a obtenção desse dado, recorreu-se ao arquivo das atas de reuniões da Câmara Municipal.

Em seguida, sobre os loteamentos existentes, a Prefeitura Municipal só tinha a documentação dos mais recentes e não havia sequer dados sobre a quantidade exata dos mesmos. Tais informações foram obtidas apenas em 2009 com a ajuda do engenheiro agrônomo da Secretaria da Agricultura, pois ele precisava fazer um levantamento das áreas verdes existentes no município para posteriormente regularizar todos os loteamentos.

Devido a essas dificuldades, optou-se por traçar a evolução turística do município a partir do represamento do rio, como uma contribuição ao registro de fatos que compõem parte da história do município e da identidade dos seus residentes. Ao mesmo tempo, elaborar um documento a ser considerado para a tomada de decisões sobre o turismo, particularmente o turismo fluvial às margens do rio Tietê em Arealva.

Ressalta-se que a finalização desta dissertação foi possível graças à colaboração e apoio de autoridades e moradores antigos que se dispuseram a ser entrevistados e autorizam o uso dos seus depoimentos na íntegra ou em parte. Eles ofereceram à pesquisadora informações preciosas sobre a evolução do turismo e do lazer no município desde a época anterior ao represamento do rio, ou seja, desde a década de 1960.

Os componentes da oferta turística identificados nas margens da represa foram marcados com o auxílio do GPS e os dados coletados nas pesquisas de campo possibilitaram a construção dos mapas temáticos a partir da utilização da do Sistema de Informação Geográfica como ferramenta. Nesta etapa da pesquisa contou-se com o apoio do Laboratório de Planejamento e Marketing Turístico da Universidade Anhembi Morumbi, o que foi crucial para o tratamento dos dados coletados.

A divisão dos componentes em quatro grupos foi acertada, pois com isso pode-se descrever e analisar as suas características, as quais diferem, em parte desses componentes em outros locais como no turismo litorâneo. Tanto neste segmento quanto no turismo em áreas de represa há uma grande incidência de residências secundárias, em geral caracterizadas como o principal componente da oferta turística. No entanto os ranchos, assim como as praias fluviais artificiais têm características peculiares que merecem ser estudadas em todas as suas particularidades. Já as barracas nos quiosques

de alimentação não apresentam grandes diferenças em relação a outros componentes similares.

Surpreendeu também a descoberta de outros componentes, uma loja de artesanato, uma piscicultura e, principalmente, um centro de estudos e eventos. Isso demonstra que a oferta turística evoluiu além dos atrativos naturais e fora do âmbito das residências secundárias, indicando o início de diversificação da mesma. Apesar da piscicultura no momento não ser direcionado ao mercado turístico, poderá no futuro abrir para visitação educativa, ou at e, comercializar pescados junto aos turistas e empreendimentos de alimenta o.

Considerando que o uso e ocupa o das margens dos reservatórios influenciam direta e indiretamente na qualidade e quantidade dos recursos hídricos,   de suma importância a sua caracteriza o e análise, principalmente nas áreas de contato direto com os corpos d' gua. Por outro lado, o grande potencial hidrográfico brasileiro e, em particular, o das áreas de represas, constituem um segmento de turismo fluvial a ser desenvolvido de forma responsável, cujos estudos podem contribuir tanto para a sua prática quanto para a constru o de bases teóricas do conhecimento turístico.

Com a pesquisa de campo observou-se que no município de Arealva há vários loteamentos e condomínios situados às margens da represa e o desenvolvimento desse segmento teve início na década de 1970, após o represamento do rio. As propriedades construídas nesses loteamentos são conhecidas como ranchos e os proprietários, além da casa, constroem instala es e equipamentos de lazer em suas propriedades, como   o caso de praias particulares, quadras poliesportivas, piscinas e p iers para embarca es. Portanto, quem tem um poder aquisitivo maior, não utiliza a infra-estrutura da Praia Municipal, sendo esse atrativo utilizado mais por pessoas de baixa renda, dentre residentes e visitantes (turistas e excursionistas).

A implanta o dos primeiros loteamentos não seguia as leis ambientais e a falta de fiscaliza o de órgãos públicos ocasionou um grande desmatamento da área verde do município, principalmente das matas ciliares e da mata atlântica, destruindo o habitat de várias espécies de animais que desapareceram com o passar dos anos. Essa ocupa o desordenada causou vários impactos no meio ambiente, principalmente a questão da erosão do solo.

Antes do surgimento dos loteamentos a área no entorno do rio era repleta de fazendas produtivas com plantações e pastagens. Hoje, além dos loteamentos, ainda há muitas fazendas que cultivam principalmente cana-de-açúcar, o que agravam ainda mais o desmatamento da vegetação.

A preocupação com a preservação dos recursos naturais do município é uma questão recente, e medidas estão sendo tomadas para a conscientização e envolvimento dos produtores rurais para o reflorestamento e plantio de mudas de espécies florestais nativas em área de preservação permanente (APP), visando à recuperação da mata ciliar. Foi promulgada também a Lei Municipal nº 1.585 (AREALVA, 2009) que estabelece normas protetoras dos córregos situados nos trechos urbanos e exige que os novos loteamentos cumpram essa legislação e implantem ou preservem áreas verdes. A preocupação com a água e os recursos hídricos fez o município aderir a lei internacional “Pacto das Águas”, e o desmatamento da sua área remanescente de mata atlântica vem diminuindo desde 2007.

Em vários estudos sobre áreas de represa, como foi o caso de Queiroz (2000) e Leal e Pereira (2009), a questão do esgoto não tratado e do lixo despejado nos rios são fatores graves para a poluição da água. Isso não ocorre no município de Arealva que tem índices de 100% de tratamento do esgoto e coleta do lixo.

O município carece de infra-estrutura de hospedagem e alimentação e o único local de lazer público situado às margens da represa é a Praia Municipal que está em franca decadência, sendo que vários de seus equipamentos e infra-estrutura de apoio estão mal conservados e deteriorados. É difícil para a prefeitura administrá-la, pois os gastos são altos com o local e o atrativo não gera grandes rendas para o município, sendo que os recursos provenientes da praia não são suficientes para mantê-la.

Tal situação também ocorreu na Prainha Branca, no município de Promissão (SP). Polo (2008) diagnosticou o descaso das autoridades e a falta de planejamento e políticas, cujo resultado comprometeu o atrativo, o qual apresenta mínimas condições de recuperação. Esse fato é um alerta do que pode vir a ocorrer na Praia Municipal de Arealva, caso não sejam tomadas ações urgentes.

O turismo no município na década de 2000 cresceu mais em relação ao turismo rural, praticado em propriedades particulares que investiram na melhoria de seus atrativos e infra-estrutura para atender os turistas. Esse segmento do turismo tem o apoio do governo federal e, com isso, da comunidade e dos dirigentes locais para incentivá-lo e divulgá-lo. Em contrapartida, o turismo na área da represa não recebeu apoio e investimentos.

Tal situação pode ter sido ocasionada, pela falta de interesse das autoridades em praticarem uma gestão responsável em detrimento de investimentos em outros programas de turismo ou de lazer; pelo declínio do uso público do principal atrativo (a praia) pelos residentes e turistas que buscam locais com melhor estrutura e novas opções de atividades de lazer; ou, ainda, pela falta de conhecimento e visão estratégica das possibilidades do turismo e lazer na área da represa de Ibitinga em Arealva.

A adoção de políticas públicas que apoiem e promovam o turismo pode ser fator de incentivo para o seu desenvolvimento, mas é necessário que haja um bom planejamento turístico baseado na sustentabilidade para a recuperação e conservação dos seus recursos. A Praia Municipal não pode apenas receber outra reforma, como a que está prevista, pois essa medida não será suficiente para retomar o seu prestígio e desenvolver o turismo fluvial no município. O ideal seria uma aliança entre o poder público e privado e a comunidade local para o desenvolvimento de um plano municipal que objetive melhoria do turismo e lazer no local, com base em planejamento e gestão sustentável.

Acredita-se que sem o engajamento e comprometimento de todos os envolvidos, e principalmente a valorização do lazer para a comunidade local e a melhoria da sua qualidade de vida, o turismo não cumprirá o seu verdadeiro papel. Ao mesmo tempo, há necessidade de novos estudos e pesquisas que registrem a história do município, a percepção dos residentes e turistas ou excursionistas quanto às atividades de lazer, os impactos do uso e ocupação do solo no meio ambiente, as formas de gestão pública nas últimas décadas, dentre tantos outros temas.

O importante é que ao finalizar esta dissertação sentiu-se a responsabilidade de realizar uma pesquisa científica, as dificuldades na coleta de dados, os cuidados no tratamento e análise dos resultados e a satisfação de

ter assumido uma tarefa difícil que foi se configurando como um pleno exercício de raciocínio, crítica e criatividade.

Mas acima de tudo, espera-se que este estudo alerte as autoridades quanto à tomada de decisões quanto ao planejamento e a gestão do turismo em áreas de represa, e estimule outros pesquisadores a se debruçarem sobre as diversas problemáticas do turismo fluvial no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Fernanda Moreira; SILVA, Gilzilena de Jesus. **Elaboração de mapas turísticos em ambientes SIG: Região do Circuito do Ouro (MG)**. 3ª Semana de Estudos Turísticos (SETUR). Ouro Preto, 2008.

ANA (Agência Nacional das Águas). Disponível em: <<http://www.ana.gov.br>>. Acesso em: 28 jul. 2009.

AREALVA (Município). **Lei nº 13, de 12 de agosto de 2003**. Dispõe sobre o regulamento de leis da Praia Municipal de Arealva. Arealva, 2003.

_____. **Lei nº 1.585, de 07 de julho de 2009**. Estabelece normas protetoras dos córregos situados nos trechos urbanos. Arealva, 2009.

AVANA, Alba; FAVARETO, Giuliano; VALENTIN, Belisa. **O turismo e o poder público: um estudo sobre a represa Laranja Doce no município de Martinópolis-SP** (Trabalho de conclusão de curso –Universidade do Oeste Paulista – Unoeste). Presidente Prudente, 2004.

BACK, Gilberto. **As coordenadas do turismo**. (Dissertação mestrado em hospitalidade – Universidade Anhembi Morumbi). São Paulo, 2009.

BAENINGER, R. A.; LEONELLI, G.; BOLLIGER, C. **Municípios da Hidrovia Tietê-Paraná: regionalização e dinâmica sócio-espacial**. In: XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Ouro Preto, MG, 2002.

BAHAIRE, T.; WHITE, E. **The application of geographical information system (GIS) in sustainable tourism planning: a review**. Journal of Sustainable Tourism, v. 7, n. 2, 1999.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 6. ed. São Paulo: Senac, 2001.

BISSOLI, M. A. M. A. **Planejamento turístico municipal com suporte em sistemas de informação**. 3.ed. Sao Paulo: Futura, 2002.

BITTENCOURT, Thiago; ELIAS, Adão. **O geoprocessamento no turismo: estudo de caso sobre a implantação do turismo popular nas margens do rio Tietê, estado de São Paulo**. In: II Fórum Ambiental da Alta Paulista, Tupã, 2006.

BORSOI, Zilda; TORRES, Solange. **A política de recursos hídricos no Brasil**. Falando de qualidade: gestão, processos e meio Ambiente, p. 82-92, São Paulo, 2003.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Inventário da oferta turística – metodologia**. Brasília: Ministério do Turismo, 2003.

_____. Ministério do turismo. **Turismo Náutico: orientações básicas**. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

_____. Agência Nacional das Águas – ANA. **O turismo e o lazer e sua interface com o setor de recursos hídricos**. (Cadernos de Recursos Hídricos). Brasília: ANA, 2005.

_____. Agência Nacional das Águas – ANA e Secretaria Nacional de Recursos Hídricos. **Hidrografia Brasileira**. Disponível em: <http://www.portalbrasil.net/brasil_hidrografia.htm>. Acesso em: 24 maio 2008.

_____. Resolução CONAMA nº 302 de 20 de março de 2002. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 de maio de 2002a, n.90, seção 1 p. 68. Disponível em :<<http://www.mma.gov/port/conama/legiano>>. Acesso em: 24 maio 2008.

_____. Resolução CONAMA nº 303 de 20 de março de 2002. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 de maio de 2002b, n.90, seção 1 p. 68. Disponível em:<<http://www.mma.gov/port/conama/legiano1.cfm?codlegitipo=3&ano=2002>> . Acesso em: 24 maio 2008.

CABRAL, João. **Utilização de técnicas de segmentação e correlação de Spearman em imagens TM para o estudo da concentração de sedimentos em suspensão no reservatório de Barra Bonita (SP)**. GeoFocus (Artículos), n. 3, p. 235-267, 2003. ISSN 1578-5157

CÂMARA MUNICIPAL DE AREALVA. **Cartilha em comemoração aos 50 anos do município de Arealva (1949-1999)**. Arealva, 1999

CAVENAGHI, A.; VELINI, E.; GALO, M.; CARVALHO, F.; NEGRISOLI, E; TRINDADE, M; SIMIONATO, J. **Caracterização da qualidade de água e sedimento relacionados com a ocorrência de plantas aquáticas em cinco reservatórios da bacia do rio Tietê**. Revista Planta Daninha, Viçosa-MG, v.21, p.43-52, 2003. Edição Especial

CENTOFANTI, Marcella. **Entre leis e flamingos**. Revista Vejinha, São Paulo, out. 2005. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/vejasp/051005/perfil.html>>. Acesso em: 29 jul. 2009.

CESÁRIO, Marília F. P. **Um estudo da viabilidade do uso turístico do Rio Capibaribe no Recife**. 2006 (Dissertação mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

CESP (COMPANHIA ENÉRGICA DO ESTADO DE SÃO PAULO). **Hidrovia Tietê-Paraná: plano de complementação, operacionalização e fomento**. São Paulo, 1992.

CHAUDRHY, F. H. **Aproveitamento de recursos hídricos**. In: Desenvolvimento sustentado: problemas e estratégias. CASTELLANO, E. G.; CHAUDRHY, F. H. eds. EESC-USP, 2000. p. 27-37.

COLITO, Clementina E. **A construção de usinas hidrelétricas e os impactos sobre a população e o espaço – Comunidades rurais ameaçadas pela U.H. de Jataizinho – Rio Tabagi/PR.** Serviço Social em Revista, Centro de Estudos Sociais Aplicado, Universidade Estadual de Londrina. Vol. 1, n. 1 (jul./dez. 1998). Londrina: ed. UEL, 1998, p. 275-285.

CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE – CONSEMA. **Deliberação CONSEMA nº 40/95**. São Paulo, 1995.

CORREA FILHO, C.; ALBERTIN, L; MAUAD, F. **Determinação dos Polinômios Cota x Área x Volume Utilizando a Sonda Acoustic Doppler Profiler (ADP) no Reservatório de Barra Bonita - SP.** Revista Minerva, v. 2, n. 1, p. 79-90, 2005.

DENCKER, Ada. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo.** São Paulo: Futura, 2007.

DINES, M.; PERES, A.; RONDA, F. **Plano de manejo do Parque Estadual da Serra do Mar: relatório turismo sustentável** (Elaborado pela Consultoria Independente do Projeto de Preservação da Mata Atlântica (PPMA) e pelo Instituto Ekos Brasil), 2006

ESPAÑA. MINISTERIO DE ECONOMIA. SECRETARIA GENERAL DE TURISMO. CENTRO DE DOCUMENTACIÓN TURÍSTICA DE ESPAÑA. **Thesauro turismo.** Madrid: IET, 2003.

ESPÍNDOLA, E.L.G.; LEITE, M.A.; DORNFELD, C.B. **Reservatório de Salto Grande (Americana, SP): caracterização, impactos e proposta de manejo.** São Carlos: Rima, 2004.

FRANCA; Terezinha; CARVALHO, Yara; ANDRADE; João Paulo; VIÉGAS, Jéssica. **Turismo e lazer em áreas periurbanas de proteção de mananciais: território, paisagem e multifuncionalidade.** XLIII Congresso da SOBER (Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural). Ribeirão Preto, 2005.

GARCIA, Rita Maria. **Territorialidade do lazer e turismo em uma área ribeirinha: análise do baixo rio Sucuriú, município de Três Lagoas – MS.** Trabalho apresentado ao GT Turismo Urbano e de Fronteiras na América Latina. In: V Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL – Caxias do Sul, 2008.

GERASUL. **Plano Diretor do reservatório da UHE Ita e seu entorno** (Programa 22: usos múltiplos do reservatório). Versão preliminar 2. Florianópolis, 2000.

GRANZIEIRA, M.L.M. **Direito das águas: disciplina jurídica das águas doces.** São Paulo: Atlas, 2001.

GUANDALIA, Giuliano; SILVA, Crystiane. **A dupla conquista**. Revista Veja, São Paulo, ed. 1941, 01 fev. 2006. Disponível em:<http://veja.abril.com.br/010206/p_090.html>. Acesso em: 02 set. 2009

HADDAD, Vidal Júnior; SAZIMA, Ivan. **Mordidas de mãe**. Revista Ciência e Tecnologia no Brasil – Fapesp, São Paulo, ed. 98, abril 2004.

HENRY, R. **Ecologia de reservatórios: estrutura, função e aspectos sociais**. FUNDIBIO: FAPESP, Botucatu, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/SP.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2009.

JACINTHO, L.R.C. **Geoprocessamento e sensoriamento remoto como ferramentas na gestão ambiental de unidades de conservação: O caso da área de proteção ambiental (APA) do Capivari-Monos**. (Dissertação mestrado – Programa de Pós Graduação em Recursos Minerais e Hidrogeológicos). São Paulo, 2003.

QUEIROZ, Odaléia. **Turismo e ambiente: temas emergentes**. Campinas: Alínea, 2006.

_____, Odaléia. **Impactos das atividades turísticas em área de reservatório uma avaliação sócio-ambiental do uso e ocupação na área da Represa do Lobo, município de Itirapina, SP**. Tese (Doutorado em Ciências da Engenharia Ambiental) – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2000.

Lei 9.433. **Política nacional de recursos hídricos**. Secretaria de Recursos Hídricos; Ministério do Meio Ambiente dos Recursos Hídricos e da Amazônia, 1997.

LEME, F. B. M. **Represas como lugares turísticos: novas funções e valorizações de uma paisagem sem memória**. In: I Seminário de Pesquisa em Cultura e Turismo da UESC - CULTUR, Ilhéus, 2007.

_____, F. B. M. **Impactos sócio-ambientais associados ao turismo na represa Jaguari-Jacareí no município de Bragança Paulista, estado de São Paulo**. In: XI Seminário de Iniciação Científica e 8ª Semana de Pesquisa e Pós-Graduação - UESC, 2005, Ilhéus. Anais do XI Seminário de Iniciação Científica e 8ª Semana de Pesquisa e Pós-Graduação - UESC, 2005.

LIMA, Rozuila. **Turismo náutico sustentável: um diferencial competitivo**. In: PANOSSO NETTO, A.; ANSARAH, M. (Org.). Segmentação do mercado turístico: estudos, produtos e perspectivas. Barueri: Manole, 2009.

LINO, K. C. O.; DECANINI, M. M. S. **Projeto e produção cartográfica do guia turístico eletrônico das represas paulistas para web**. Revista Brasileira de Cartografia, v. 54, 2002.

MENDONÇA, Aramis Marengo Coutinho de. **Proposta de metodologia para execução de projetos de turismo fluvial**. 2002. Dissertação (Mestrado em Engenharia) – Escola Politécnica, São Paulo, 2002.

MIÃO, Hugo. **Levantamento da distribuição espacial dos potenciais e atrativos turísticos do município de Areado-MG, utilizando ferramentas de geoprocessamento e imagens do Google Earth**. (Trabalho de conclusão do curso de turismo - UNESP Rosana). Rosana, 2008.

MILARÉ, E. Instrumentos legais e econômicos aplicáveis nos municípios - SISNAMA. In: PHILLIPI JR. *et al* editores. **Municípios e meio ambiente: Perspectivas para a municipalização da gestão ambiental do Brasil**. São Paulo, 1999.

MINISTÉRIO DE ECONOMÍA. Secretaria de Estado de Comércio y Turismo. Secretaria General de Turismo. Instituto de Estudios Turísticos. **Tesouro – turismo** (español-ínglês-francês). Centro de Documentación Turística de España: Madrid, 2003 P.177-186

MINISTÉRIO DO TURISMO. Manual do Pesquisador – **Inventário da oferta turística: instrumento de pesquisa formulários**. Brasília, 2003.

MONICO, J.F.G. **Posicionamento pelo NAVISTAR/GPS: descrição fundamentos e aplicações**. São Paulo: Unesp, 2000.

MONTEJANO, Jordi Montaner. **Estrutura do mercado turístico**. São Paulo: Roca, 2001.

MOTA, S. **Planejamento urbano e preservação ambiental**, UFSC, 1981.

MOURA, Ana Clara; OLIVEIRA, Sérgio; LEÃO, Cláudio. **Cartografia e geoprocessamento aplicados aos estudos em turismo**. Santa Maria: Geomática v.1, n.1, 2006.

NAKAGAWA, Lia Dominguez. **Relevamiento turístico. Propuesta metodológica para el estudio de una unidad territorial**. Instituto Superior de Turismo Sol: Santa Fé, 1994.

NICOLOSI, R. M.; PIROLI, E. L.; THOMAZ, Rosangela C. C. **O Turismo e suas potencialidades em Rosana - SP**, 2006.

NODARI, Luciana; BECKER, Tonia; CANALE, Daniela. **Aplicação do geoprocessamento como ferramenta de auxílio ao turismo**. In: Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário (COBRAC), 2006, Florianópolis.

NOGUEIRA JÚNIOR, J. B. **Controle de qualidade de produtos cartográficos: uma proposta metodológica** (Dissertação de mestrado - Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP). Presidente Prudente, 2003.

OLIVEIRA, M. A. T.; HERRMANN, M. L. P. Ocupação do solo e riscos ambientais na área conturbada de Florianópolis. In: **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

OLIVETTE, Diego. **O geoprocessamento no turismo: estudo de caso sobre o desenvolvimento do turismo popular no rio Paraná, estado de São Paulo**. In: III Fórum Ambiental da Alta Paulista, Tupã, 2007.

Organización Mundial del Turismo (OMT). Secretaría de Estado de Turismo de Francia. **Tesouro de turismo y ocio**. Madrid: OMT, v. 5, p. 646-675, 2001.

PEREIRA, Alessandra. **Caracterização do uso e ocupação do solo na área de influência do reservatório de Ilha Solteira**. (Dissertação de mestrado - Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira da Universidade Estadual Paulista). Ilha Solteira, 2006.

POLO, Rodrigo Balsalobre. **Turismo fluvial no reservatório de Promissão (SP): estudo de caso da hospitalidade e do turismo receptivo na Prainha da Pedra Branca**. (Dissertação mestrado – Universidade Anhembi Morumbi). São Paulo, 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AREALVA. Disponível em: <http://www.arealva.sp.gov.br> Acesso em: 10 maio 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA. Disponível em: <http://www.estanciabarra bonita.com.br>. Acesso em: 10 maio 2009.

QIAO, Lifang et al. **Application of GIS technology in chinese tourism**. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON ENVIRONMENTAL SOCIECE AND INFORMATION APPLICATION TECHNOLOGY, 2009. Disponível em: <http://doi.ieeecomputersociety.org/10.1109/ESIAT.2009.401> . Acesso em 2 dez. 2009.

RAGHUVANSHI, Tarun K.; BELWAL, Rakesh; SOLOMON, Nehemia. **An approach to develop tourism potential in Ethiopia through geographic information system**. The Consortium Journal of Hospitality and Tourism. Cheney, v. 11, n. 1, p. 35-44, 2006.

RAMOS, C. S. **Visualização cartográfica e cartografia multimídia: conceitos e tecnologias**. São Paulo: Unesp, 2005.

REZENDE, Jozrael; BOTTER, Rui. **Programa de gestão de resíduos e efluentes para marinas de águas interiores, terminais hidroviários de passageiros e embarcações de turismo e lazer em reservatórios**. Revista Engenharia Sanitária e Ambiental, vol. 9, n.1, jan/mar 2004.

RIBEIRO, M. L. B. (org.). **Observando o Tietê**. Fundação SOS Mata Atlântica – Núcleo União Pró-Tietê, São Paulo, 2004.

ROCHA, Aristides de Almeida. **Rio Tietê: O rio e sua história**. SOS Mata Atlântica, 2002. Disponível em: <http://www.rededasaguas.org.br/nucleo/na_historia.htm>. Acesso em: 7 set. 2009.

RUDZEWICZ, Laura; PEREIRA, Renata; LANZER, Rosane; TEIXEIRA, Paulo; SBERSI, Francieli; SCHÄFER, Alois. **Interfaces entre geoprocessamento e turismo: o estudo de caso do Projeto Lagoas Costeiras no Litoral Médio e Sul do Rio Grande do Sul**. In: VI ANPTUR. São Paulo, 2009.

RUSCHMANN, Dóris Van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 9 ed. Campinas: Papirus, 1997.

SÃO PAULO. Secretaria do Estado de São Paulo. São Paulo, s.d. Disponível em: <<http://www.transportes.sp.gov.br/v20/hidrovia.asp>>. Acesso em: 11 maio 2009.

_____. Governo do Estado de São Paulo; Secretaria da Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia; Coordenadoria da Indústria e Comércio; Companhia de Desenvolvimento de São Paulo; Prefeitura Municipal de Arealva. **Estratégia municipal de desenvolvimento industrial e habitacional – município de Arealva**. São Paulo, 1983.

_____. Consórcio Intermunicipal Tietê-Paraná; Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo (CITP/SCTDE). **Projeto Calha**. São Paulo: Unidas Artes Gráficas e Editora, 1994.

_____. Secretaria do Estado dos Transportes; Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico; Secretaria Estadual de Esportes e Turismo. **Ação estratégica de Governo na Hidrovia Tietê-Paraná**. Reuniões Técnicas para o Reconhecimento do Cenário, Tratamento e Encaminhamento de Demandas do Sistema. São Paulo, 2000.

_____. Secretaria do Estado dos Transportes – Departamento Hidroviário. **Hidrovia Tietê-Paraná**. São Paulo, 2002

_____. Governo do Estado de São Paulo. **O rio Tietê e a Hidrovia Tietê-Paraná**. São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.bv.sp.gov.br>>. Acesso em: 26 nov. 2008.

_____. Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. **Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS 2008** (Os dados desta publicação referem-se a 2006). São Paulo, 2008a. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/web/forum/iprs06/>>. Acesso em: 09 jun. 2009.

_____. Relatório Técnico nº 402/08 da **Revisão do Plano de Bacia da Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Tietê/Jacaré (UGRHI 13)**, 2008b.

_____. Secretaria de Economia e Planejamento. **Perfil regional**. São Paulo, 2009a.

_____. Secretaria do Meio Ambiente; Governo do Estado de São Paulo. **Protocolo município verde**. São Paulo, 2009b. Disponível em: <<http://www.cetesb.sp.gov.br/municipioverde>>. Acesso em 24 jul. 2009.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Studio Nobel, FUNDAP, 1993.

SATO, Douglas. **Pacto das Águas São Paulo**. Jornal Arealva, ano IV, n. 40, jun. 2009.

SEADE. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **Caderno do Fórum São Paulo Século XXI**. Caderno 12 (Turismo e Serviços), São Paulo, 1999.

SERVILHA, E.R. **As áreas de preservação permanente dos cursos d'água urbanos para a ordem pública: município de Campinas, SP**. (Dissertação mestrado – Faculdade de Engenharia Civil – Universidade de Campinas). Campinas, 2003.

STELLFELD, Maria Carolina. **Sistema de informações geográficas aplicado ao ecoturismo na Chapada dos Veadeiros** (Dissertação mestrado – Universidade de Brasília). Brasília, 2002.

TANAKA, Jamile. **Os impactos do turismo de segunda residência na represa de Itupararanga** (Trabalho de conclusão do curso de turismo - Unesp de Rosana). Rosana, 2008.

TULIK, Olga. **Residências secundárias – presença, dimensão e expressividade do fenômeno no estado de São Paulo**. São Paulo: USP, Tese (Livre- Docência), 1995.

_____, Olga. **Turismo e meios de hospedagem: casas de temporada**. São Paulo: Roca, 2001.

TURK, T.; GUMUSAY, M.U. **GIS design and application for tourism**. In: ISPRS CONGRESS, XX. Istanbul, 2004.

LISTA DE ANEXOS

Anexo A: Mapa florestal do município de Arealva

Anexo B: Legislação da Praia Municipal de Arealva

Anexo C: Lei nº 1.585, de 07 de julho de 2009

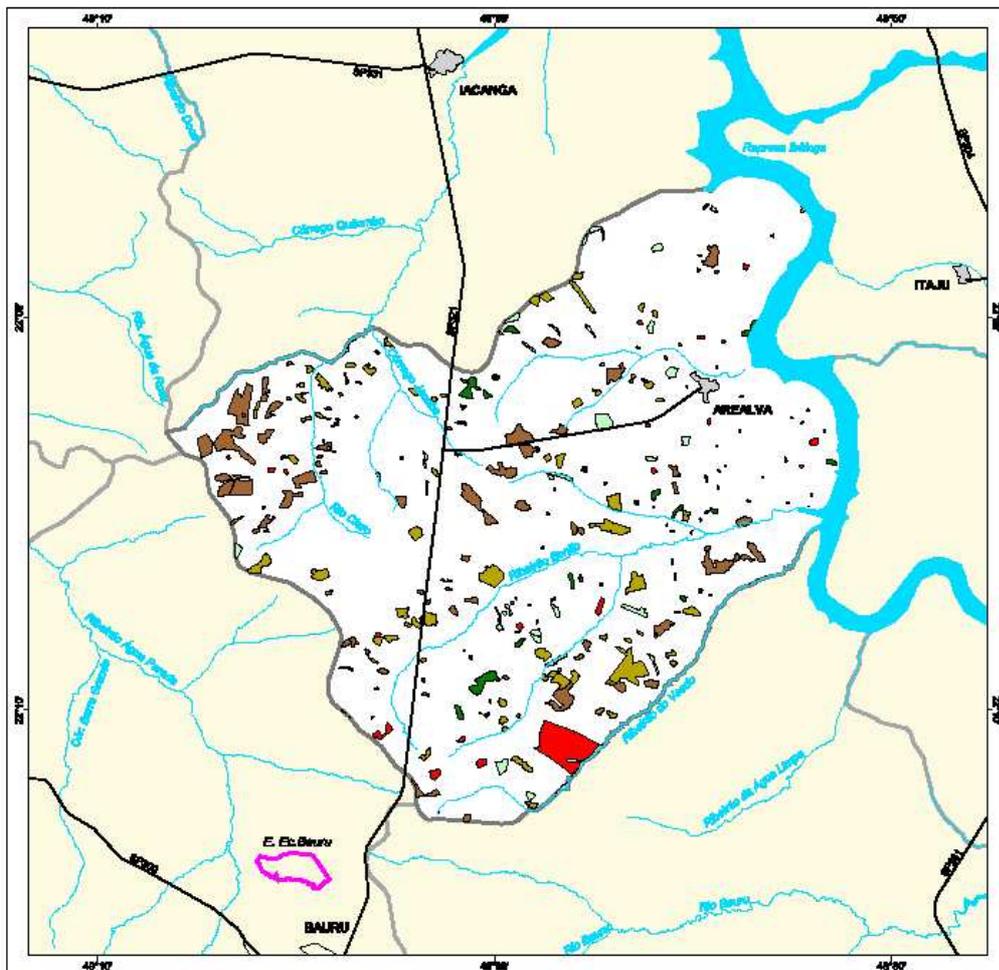
Anexo D: Folder do município de Arealva integrado ao projeto “Caminhos do Centro Oeste Paulista”

Anexo A: Mapa florestal do município de Arealva



MAPA FLORESTAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

AREALVA



- cobertura vegetal**
- mata
 - capoeira
 - cerrado
 - cerrado
 - campo cerrado
 - campo
 - vegetação de várzea
 - mangue
 - restinga
 - vegetação não identificada
 - reflorestamento
- outros**
- curso d'água
 - represa
 - linha municipal
 - via de circulação
 - área urbana
 - Unidade de Conservação

Cobertura Vegetal	Área (ha)	% *
mata	209,45	0,44
capoeira	340,80	0,71
cerrado	1.062,89	2,22
campo	1.397,64	2,92
vegetação de várzea	20,52	0,04
vegetação não classificada	71,32	0,15
TOTAL	3.102,62	6,48
reflorestamento	510,18	1,07

* (em relação a área do município)
 área do município: 47.800 ha

Localização no Estado de São Paulo
 Unidades de Gerenciamento dos Recursos Hídricos



1:100.000



SECRETARIA DO
 RECURSOS HÍDRICOS



Anexo B: Legislação da Praia Municipal de Arealva

Anexo C: Lei nº 1.585, de 07 de julho de 2009

Anexo D: Folder do município de Arealva integrado ao projeto “Caminhos do Centro Oeste Paulista”



O surgimento do município ocorreu em 1867, quando era chamado de povoado de Soturna pela proximidade com trecho do rio Tietê, onde havia uma ilha com esse nome. O povoado pertencia a Pedemeiras, comarca de Jaú. Em 1948, foi assinada a Lei nº 233, que levou o povoado a categoria de município com o nome de Arealva. O nome vem da existência de “AREIA ALVA” (clara) na ilha que deu nome ao povoado.

A presença marcante de famílias com descendência italiana no município tem forte influência nos hábitos e costumes locais, como na gastronomia e devoção religiosa, manifestada nos pratos tradicionais derivados do milho e as festividades religiosas realizadas nas áreas rurais.

O Município conserva ainda suas características tipicamente rurais, com sua hospitalidade, tranquilidade e um sotaque típico “arealvense”. Sua principal fonte econômica, a agropecuária às margens do Rio Tietê e seus ribeirões afluentes, possibilitam o cultivo de diversas culturas irrigadas, tendo na cultura do Milho Verde, destaque especial pela produção o ano todo, abaste-

cendo o mercado regional com milho verde e garantindo a produção das delícias de seus derivados.

A Praia Municipal é dotada com área de lazer, rampa para embarque/desembarque de embarcações, quiosques, camping e espaço de eventos, onde são realizados os grandes eventos da cidade.

Na área rural estão os principais atrativos turísticos, com lazer e diversão, área de camping, gastronomia, pesca, artesanato, visitação a produção de orquídeas e vivência da rotina típica da roça de milho verde. Para quem gosta de entretenimento noturno, há uma chácara que realiza quinzenalmente eventos com shows musicais sertanejos.



Apêndice A: Tabela Componentes Turísticos

